UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

BRUNA AUGUSTA MATTOS RAMACHIOTTI

**O mercado como dispositivo de gestão da ordem em uma favela
paulistana ou quando a pobreza se torna solução**

São Paulo
2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**O mercado como dispositivo de gestão da ordem em uma favela
paulistana ou quando a pobreza se torna solução**

Bruna Augusta Mattos Ramachiotti

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob orientação da Profa. Dra. Vera da Silva Telles.

São Paulo
2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Bruna Augusta Mattos Ramachiotti

O mercado como dispositivo de gestão da ordem em uma favela paulistana
ou quando a pobreza se torna solução

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia do
Departamento de Sociologia da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Mestre em
Sociologia

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos personagens desta pesquisa,
Por fazê-la de uma abstração, realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de uma maneira ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho. Com certeza ele não é só meu, foi realizado em conjunto com pessoas imprescindíveis e pelos caminhos que percorri ao longo desses quase três anos.

Agradeço, antes de tudo, aos personagens que aparecerão ao longo deste trabalho, em especial aos moradores de Paraisópolis. A vocês que se dispuseram a contar histórias de vidas, experiências, trajetórias. A vocês que me atenderam prontamente sempre que necessitava de informações e que me abriram a porta de suas casas e de suas vidas. A vocês que me fizeram compreender um pouco mais sobre a vida e fizeram do cansativo trabalho de atravessar a cidade algo prazeroso. Sem vocês essa pesquisa não existiria.

Ao João Paulo, por todo o amor e companheirismo, além de uma boa dose de paciência. Agradeço por estar ao meu lado ao longo de todo o processo e por ser a segurança nos momentos em que eu achava que não iria conseguir.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Vera Telles, pela orientação dedicada, pela confiança e especialmente pela paciência com os atrasos e ausências em razão do meu trabalho. Obrigada pelo conhecimento compartilhado e pelo aprendizado.

Agradeço a todos que ao longo desses anos discutiram o meu projeto, o relatório de qualificação e os próprios rumos da pesquisa.

Ao Tiaraju pelas primeiras ideias, pelas dicas de entrada em campo e por me apresentar uma Paraisópolis que ainda não conhecia.

Ao Daniel Hirata e ao Ronaldo Almeida, pela leitura atenta do relatório de qualificação, pelas indicações de leitura e pelas valorosas contribuições na banca de qualificação.

Ao Carlos Veiner pelas sugestões na reta final da escrita.

Aos colegas do grupo de orientação, Rafael, Thiago, Tiago, Juliana, Thaís, Andrea e Carlitos por me acompanharem ao longo dessa jornada, pelos incentivos e críticas e, especialmente pela companhia nos bares depois das nossas reuniões.

Agradeço à Silvana Abramo, pelo carinho, pela compreensão e por ter me deixado trabalhar em casa alguns dias da semana para conseguir terminar a pesquisa. E obrigada pelo exemplo de sensibilidade com que você vê o mundo.

A todos os colegas de trabalho, pelo incentivo: Antônio, Erika, Marisa, Rosângela, Irene, Carlos e Anderson.

Agradeço aos meus amigos que com sua presença, ou mesmo na ausência, tornaram mais ameno o árduo trabalho de pesquisa, especialmente Bethânia, Carol, Monalisa, Gabriel e Bruna. Obrigada pelas oportunidades de desabafo e pelo companheirismo.

Ao Jonas, pelas conversas durante a madrugada enquanto eu escrevia e pelos quase vinte anos de amizade.

Agradeço aos companheiros Zé Maria, Bethânia e Brizola, pelo exemplo de vida e de luta pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com moradia digna para todos. A luta de vocês também é minha.

Por fim, agradeço imensamente ao meu pai. Pela compreensão e confiança, bem como pelo apoio incondicional, mesmo sem saber direito o que eu faço.

Felicidade hoje é fantasia
e o povo canta mesmo sem saber
que a favela virou poesia
na boca de quem nunca soube o que é sofrer

(Geraldo Filme)

Barulho indescritível
Muito lixo entre barracos
Gente andando em vielas
E ratos por buraco (...).
Paraisópolis não é só isso
Esse é o lado que a sociedade vê
Aqui também tem gente culta
Poetas do bem, pode crer (...).
Por isso não me envergonho
Quando confesso que moro aqui
Se foi para lutar pelos meus sonhos
Que deixei em Jacaraci

(Jussara Carvalho)

RESUMO:

O objetivo da presente pesquisa é estudar as formas de gestão da pobreza, tal como estas parecem estar se configurando na favela Paraisópolis. Trata-se de um diagrama de relações de poder, bem como de formas de intervenção social e urbana em que se articulam dispositivos ‘tradicionais’, como a filantropia, mecanismos modernos pautados por critérios de mercado e mecanismos locais de regulação. Nesse cenário, o chamado empreendedorismo e a celebração da pobreza na sua potência empreendedora combinam-se com uma série de outros dispositivos de gestão da ordem aparentemente tão díspares e acabam por impactar a própria produção do espaço. Os dispositivos de mercado emergiriam, dessa maneira, como forma de gestão da ordem sob a lógica da governamentalidade (Foucault) – gestão das populações sob o primado da “condução das condutas”.

PALAVRAS CHAVE: favela; celebração da pobreza; empreendedorismo; governamentalidade; produção do espaço.

ABSTRACT

The objective of this research is to examine ways of managing poverty, as these seem to be shaping up in the Paraisópolis slum quarter. This is a diagram of power relations, as well as forms of social and urban intervention that articulate 'traditional' devices such as philanthropy, modern mechanisms guided by market criteria and local regulatory mechanisms. In this scenario, the so-called entrepreneurship and the celebration of poverty, in their entrepreneurial power, combine with a host of other devices order management, seemingly disparate, and impact the production of space. The marketplace devices emerge, in this way, as forms management order under the logic of governmentality (Foucault) - managing populations under the rule of "conduct of conduct".

KEYWORDS: slum quarter; celebration of poverty; entrepreneurship; governmentality; production of the space.

SUMÁRIO

<i>Apresentação.....</i>	<i>13</i>
<i>Introdução.....</i>	<i>22</i>
<i>I – Território em transformação.....</i>	<i>22</i>
<i>II – A cidade como perspectiva.....</i>	<i>26</i>
<i>Capítulo 1: Paraisópolis como questão – cenário e inserção em campo.....</i>	<i>29</i>
<i>1.1.Caracterização.....</i>	<i>29</i>
<i>1.2. Entrada em campo.....</i>	<i>36</i>
<i>1.2.1. A mudança no objeto da pesquisa.....</i>	<i>41</i>
<i>1.2.2. Os afetos em campo.....</i>	<i>46</i>
<i>1.3. Construção do objeto.....</i>	<i>53</i>
<i>Capítulo 2: Associativismo popular a profissionalização da filantropia – do militante ao empreendedor social.....</i>	<i>57</i>
<i>2.1. Profissionalização da filantropia – o exemplo do Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis.....</i>	<i>57</i>
<i>2.2. O empreendedor social e suas ambivalências.....</i>	<i>67</i>
<i>2.3. União dos Moradores e o novo modelo de associativismo popular – trajetória de uma reconversão em curso.....</i>	<i>77</i>
<i>2.3.1 União dos Moradores e as disputas políticas em torno do protagonismo das ações locais.....</i>	<i>89</i>
<i>2.4. A União do Movimento em Defesa da Moradia de Paraisópolis e os resquícios da militância política.....</i>	<i>95</i>

Capítulo 3: Paraisópolis, ou sobre como a pobreza é celebrada.....	105
3.1. A expansão do mercado e a formação de indivíduos empreendedores.....	105
3.2 Pobreza é onde a riqueza circula.....	121
3.3 A urbanização e a produção do espaço.....	132
3.3.1. Espaços informalizados e as ambivalências do legal/ilegal.....	141
3.3.2. As contradições do processo de formalização.....	149
 Considerações finais.....	156
Referências Bibliográficas.....	161
Anexo: Fotos tiradas em campo.....	166

LISTA DE SIGLAS

ABACH – Academia Brasileira de Arte Cultura e História
ABCP – Associação Brasileira de Cimento Portland
AMA – Assistência Médica Ambulatorial
CEU – Centro Educacional Unificado
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPAS – Centro de Promoção e Atenção à Saúde
CUFA – Central Única das Favelas
DRS – Desenvolvimento Regional Sustentável
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
MEI – Microempreendedor Individual
MPO – Microcrédito Produtivo Orientado
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONG – Organização Não Governamental
PCC – Primeiro Comando da Capital
PECP – Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis
PROAC – Programa de Ação Cultural
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSF – Programa de Saúde da Família
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC/SP – Pontifícia Universidade de São Paulo
SAJU – Serviço de Assessoria Jurídica Universitária
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UNE – União Nacional dos Estudantes
USP – Universidade de São Paulo
ZEIS – Zonas Espaciais de Interesse Social

Apresentação

Figura 1: Foto aérea de Paraisópolis

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa empírica realizada na favela de Paraisópolis desde o final do ano de 2011 até meados de 2013. Também é consequência de um trabalho coletivo de leituras e discussões travadas junto à equipe de pesquisa, coordenada pela Profa. Dra. Vera da Silva Telles, minha orientadora, no grupo denominado “Cidade, Trabalho e Território”.

Paraisópolis surge de uma ocupação ilegal, vizinha a uma das regiões mais ricas da cidade, expande-se nos anos 1960 impulsionada pelo crescimento do bairro do Morumbi e passa por crescimentos significativos correspondentes ao processo de favelamento na cidade de São Paulo, especialmente na virada da década de 1990. Atualmente, segundo dados do censo de 2010 do IBGE, ultrapassou Heliópolis e se tornou a maior favela de São Paulo, contando com 42.826 habitantes. O conjunto de suas características a torna um provável foco de problemas – problemas a serem geridos. Assim, a área da favela é transformada em um campo de intervenções, passa a ser diagnosticada, caracterizada, mapeada em seus problemas através de todo um conjunto de dados, indicadores, relatórios que acompanham as várias modalidades de ação e intervenção pública no local. Além das ações públicas, há também as fundações empresariais, como a do hospital Albert Einstein, da Bolsa de Valores e a do colégio Porto Seguro, instituições ligadas à igreja, além de um assim chamado fórum de

multientidades que articula as várias associações de moradores e organizações sociais atuantes na favela.

É uma malha de ações, relações, interações políticas e instituições, que convive, no entanto, com outros modos de regulação da vida local. Ao longo dos anos, essas formas de regulação ganharam forma no mando paralelo de gangues que disputavam entre si o poder de “gerir” a favela, o que posteriormente culminou com a longa liderança de um justiceiro local, de nome fictício Tenório¹, até meados dos anos 2000. Devido as transformações urbanas ocorridas em Paraisópolis, Tenório foi perdendo seu poder e, aos poucos o tráfico de drogas tomou conta da favela, sendo que atualmente o mando não oficial de Paraisópolis encontra-se nas mãos do PCC (Primeiro Comando da Capital).

Tendo em vista esse cenário, pode-se dizer de uma certa maneira, que o objeto inicial da presente pesquisa começa a ser desenhado antes mesmo de eu pensar em fazer pós-graduação. E aqui cabe o relato de uma experiência pessoal. O primeiro contato que tive com a favela de Paraisópolis foi em 2003. Era estudante de Direito e membro da diretoria do Centro Acadêmico XI de Agosto e do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU), um projeto de extensão criado e gerido à época também pelo centro acadêmico, quando foi celebrado, nas comemorações do centenário da entidade, um convênio entre a Prefeitura de São Paulo e o XI de Agosto, no qual o SAJU também participaria, para um projeto piloto de regularização fundiária de uma quadra próxima à região central de Paraisópolis, onde viviam cerca de 250 famílias.

E foi justamente nos anos de atuação do SAJU em Paraisópolis o momento em que se pode acompanhar as alterações nas tramas da sociabilidade local, a partir da entrada do tráfico de drogas na favela e também o início das intervenções marcadas pela urbanização do local.

¹ Tenório é nome fictício, utilizado por Almeida e D’Andrea (2004) para descrever uma das principais lideranças que existiu em Paraisópolis. Pelo fato dessa mesma pessoa também ser objeto de investigação da presente pesquisa, continuarei a utilizar o nome Tenório ao me referir a ele.

No entanto, com as mudanças de gestão no centro acadêmico, deixei de participar do projeto ainda no início, retornando a Paraisópolis apenas em 2007 para uma pesquisa de campo da graduação em Ciências Sociais, sobre as diferenças de percepção dos moradores acerca da questão da posse e propriedade dos lugares onde viviam, tendo em vista os projetos de regularização fundiária que estavam sendo implantados.

Em 2007, ao retornar a Paraisópolis, retomo o contato com algumas lideranças comunitárias e com moradores da quadra 46 – área do projeto piloto de regularização fundiária promovido pelo centro acadêmico XI de agosto. Nesse momento, já era possível perceber os primeiros efeitos do projeto de urbanização, que iniciava as primeiras remoções, bem como as transformações na dinâmica econômica na região.

Terminado o campo que realizei em Paraisópolis em 2007, não mais retornei. Em 2010, ao decidir pela continuidade dos estudos em Sociologia, agora na pós-graduação, deparei-me com algumas pesquisas realizadas em Paraisópolis e, ao perceber que em menos de dez anos a dinâmica interna da favela havia se alterado em uma velocidade impressionante, surgiu o interesse de retornar à favela para fazer a minha pesquisa de mestrado, só que dessa vez o objeto não seria a questão fundiária.

Ao iniciar a pesquisa, interessava-me compreender como se dava a gestão da ordem por meio de um mando não oficial em um território marcado por diversos dispositivos de poder e pela forte presença do Estado e, especialmente como se deu essa mudança nas formas do mando interno, ou seja de um justiceiro que comandava a favela com mãos de ferro ao comando difuso do PCC, e as relações de um e de outro com essas organizações sociais, estatais, não estatais, etc. Pretendia investigar se tais alterações tinham relação com a própria reconfiguração econômica e social do lugar.

A entrada em campo, contudo, permitiu-me perceber questões que até então não tinha me deparado através de leituras de trabalhos acadêmicos sobre Paraisópolis, qual seja, a ampliação do mercado local

impulsionada pelos dispositivos de microcrédito e a promoção do assim chamado empreendedorismo pelos mais variados atores que operam na favela, passando pelo discurso e ações das diversas ONGs de atuação local, associações de moradores ou mesmo nas ações do Estado.

Além da dificuldade de decifrar os problemas que propus investigar inicialmente, que serão descritos ao longo do primeiro capítulo, o intenso trabalho de leituras e reuniões semanais com a equipe de pesquisa do grupo “Cidade, trabalho e território”, deu-me algumas pistas interessantes para compreender as alterações em Paraisópolis sob uma outra perspectiva que não aquela adotada no projeto inicial. Muitas das ideias desse trabalho, partiram do contato com uma literatura que pretende construir um plano de referência para situar a reflexão crítica e fazer um deslocamento de perspectiva para pensar os chamados “territórios da pobreza” e que possui embasamento em experiências concretas de pesquisa em uma das maiores favelas do mundo, a de Dharavi, na Índia.

A decisão final em alterar o tema da pesquisa, no entanto, resulta de uma alteração de percepção do próprio campo. Deu-se quando entrei em contato com algumas lideranças locais, cerca de um ano após o início da pesquisa, ligadas ao movimento de moradia, as quais já havia conhecido quando entrei pela primeira vez em Paraisópolis. Fui aceita quase que como um membro do grupo que participavam, facilitando o meu contato com os moradores e me aproximando das questões internas da favela sob uma outra ótica. Quando intensifiquei as idas a Paraisópolis e as relações com as lideranças acima referidas, pude perceber que a favela não era mais a mesma. O processo de urbanização, a chegada de grandes equipamentos de consumo, a reconversão das entidades sociais e das associações populares ao empreendedorismo e a financeirização da sua economia acabara por reconfigurar o espaço urbano. E tais questões me inquietavam. Assim, decidi investigá-las.

De acordo com o *survey* aplicado em Paraisópolis² no ano de 2002, mais da metade da sua população estava empregada em serviços

² O *survey* é resultado de uma pesquisa realizada pelo CEBRAP, em 2002 e 2003 e os resultados apresentados estão publicados em: Almeida; D’Andrea (2004).

domésticos, de limpeza, zeladoria e construção civil, especialmente em casas e prédios no Morumbi. O trabalho no entorno rico ainda possui grande importância na renda dos moradores de Paraisópolis, empregando boa parte da sua população, mas nos últimos anos parece que algo foi modificado na sua economia interna.

Ao andar pelas ruas Itajubaquara, Pasquale Gallupi e Esnest Ranan, que cortam o centro de Paraisópolis, é possível ter uma ideia da expansão do comércio na região. Se até bem pouco tempo, o comércio da região era formado por moradores mais antigos, sendo boa parte dele controlada por redes de parentesco, como demonstrou Almeida e D'andrea (2004), nos dias atuais muito deste cenário se alterou significativamente. São lojas, cabeleireiros, restaurantes, padarias, mercados, açougues, bancos, lotérica, agências de viagem, que vão desde as pequenas vendas, passando pelo comércio de produtos chineses, até chegar nas grandes lojas como as Casas Bahia, que ocupa uma área de 2,2 mil metros quadrados. Muitos dos moradores mais antigos que foram pioneiros no comércio da região acabaram perdendo espaço para as grandes redes que estão chegando na favela e cada vez mais investidores e empresários de fora têm aumentado o interesse nos negócios internos. Segundo um dos representantes da União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis, em 2007, o comércio local já empregava 21% da população.

Do mesmo modo, também pude perceber uma reconfiguração das práticas políticas e organizacionais das inúmeras entidades que atuam na favela. As ONGs e as organizações sociais se profissionalizaram. Cada vez mais são geridas por meio de mecanismos empresariais, cálculos e metas de produtividade, mobilizando saberes técnicos e recursos privados. Proliferam-se os projetos sociais geridos por empresas e fundações empresariais. Mesmo as organizações populares, como a União dos Moradores, passam a pautar sua atuação como gestora de projetos e incentivadora de ações empreendedoras, tanto que a partir de meados dos anos 2000 passa a se chamar União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis.

Ao que parece, todas as questões suscitadas se entrelaçam com a intensificação do processo de urbanização da favela, o chamado Projeto Paraisópolis, que, de acordo com informações oficiais da Prefeitura, pretende integrar a favela à “cidade formal”, através da regularização fundiária e urbanística. Os dados de campo mostram que esse processo se dá de acordo com padrões de mercado. Para além das obras de infraestrutura, os equipamentos urbanos e mesmo os edifícios, possuem projetos assinados por celebrados escritórios de arquitetura e disputam prêmios de excelência, o que lhe agregam valor de mercado, algo distinto do que se costuma pensar quando se fala em habitação social.

E essas transformações ganham o noticiário. A imprensa, desde o início da presente pesquisa, com alguma regularidade, divulga reportagens acerca da expansão do comércio, da chegada das grandes redes de consumo, dos bancos e das intensas transações comerciais em Paraisópolis, além de ressaltar muitas vezes que essas mudanças se devem ao “espírito empreendedor da comunidade”. Também é comum ler em jornais e revistas como o processo de urbanização permitiu a emergência de uma “elite” em Paraisópolis, com acesso ao crédito e ao consumo de bens antes reservados à chamada classe média tradicional e que acaba por mudar a dinâmica da favela. Os dados empíricos aqui coletados dialogam com essa dinâmica mostrada por jornais, revistas e noticiários de televisão e, permitem realizar alguns questionamentos acerca dessa celebrada pobreza que se transformou em ativos de mercado e que gera impactos na própria produção do espaço com a saída dos moradores mais pobres, que não conseguem bancar os novos custos de viver em Paraisópolis.

Ao longo da pesquisa de campo, pude apreender um pouco acerca da reconfiguração em curso. Para a construção analítica do objeto, a inspiração metodológica é aquela denominada por Vera Telles (2007) como cenas descritivas. Trata-se de seguir os percursos de pessoas, com suas histórias de vida, suas práticas e redes sociais mobilizadas ou construídas. E através de tais elementos, pode-se seguir certos fios que compõem cenas descritivas.

Aqui, no entanto, cabe também uma explicação. A despeito do apoio do grupo de pesquisa e da orientação dedicada de Vera Telles, o fato de eu realizar a pesquisa concomitante com outro trabalho com vínculo empregatício, aliado às dificuldades do campo, de locomoção até Paraisópolis e do prazo exíguo para a realização da dissertação de mestrado, há uma opção deliberada pela elaboração do trabalho empírico, restando prejudicada uma produção bibliográfica acerca das questões suscitadas.

Mas como demonstra D'Andrea (2008), a construção do objeto a partir do empírico, não significa recriar o localismo. Ao contrário, o trabalho de campo é imprescindível para colocar em evidência as linhas de força e os campos de conflito de uma realidade em mutação.

Desse modo, a partir dos dados empíricos, pretende-se discutir as questões acerca dos vários elementos que parecem estar reconfigurando o modo de gerir a pobreza em Paraisópolis, a partir de mecanismos moderno de gestão pautados pela lógica do mercado e que impacta na própria produção do espaço urbano. O que se pretende fazer a seguir é uma cartografia do lugar, seus atores e seus fluxos, para tentar compreender como o mercado e a economia popular em expansão na periferia se combinam com uma série de dispositivos de gestão já arraigados e como as relações entre eles se articulam.

O texto está dividido da seguinte forma: introdução, seguida de três capítulos e das considerações finais.

Na introdução, serão apresentadas e discutidas as reconfigurações dos chamados “territórios da pobreza”. Trata-se de mostrar como alguns desses territórios, que apareciam na teoria urbana, geralmente através de uma sinonímia entre pobreza e favela e daí todas as patologias associadas, se transformam em vigorosos ativos de mercado.

O que se pretende mostrar são os liames dessa reconfiguração com a própria dinâmica da cidade, colocando-a em perspectiva. Pretende-se discutir os modos como a gestão da pobreza vem se reconfigurando nas chaves do chamado empreendedorismo e dos dispositivos do mercado e as

conexões com a cidade. Ressalta-se que não se trata aqui de um capítulo teórico introdutório, mas de uma reflexão sobre o tema.

O primeiro capítulo é aquele no qual será apresentada a favela de Paraisópolis e situado o campo empírico da pesquisa e apresentadas as questões metodológicas.

Trata-se de descrever o espaço empírico no qual trabalhei, através da sua constituição, trajetória, bem como dos fluxos e circuitos que o compõem, bem como mostrar a realização do trabalho de campo, a entrada no território, o tipo de material utilizado, bem como a descrição das mediações que acionei, os contatos, os lugares por onde circulei e em que circunstâncias.

O que se pretende aqui é indicar como a pesquisa foi realizada, a minha inserção no campo como pesquisadora, os percursos, as dificuldades e a forma como foi construída a minha relação com esse campo empírico, fazendo com que a pesquisa tomasse rumos diferentes em relação ao projeto original.

A ideia desse capítulo é fazer também uma cartografia das posições dos informantes nos circuitos em que participei – os que foram entrevistados e aqueles com os quais conversei e tive contato: quem são, quais lugares ocupam na cartografia social da favela, etc.

No segundo capítulo será investigada a conversão das entidades sociais e associações de moradores a uma lógica empresarial de gestão, na qual a sua atuação passa a ser pautada por estímulos ao empreendedorismo.

Aqui serão apresentados os atores institucionais e os fluxos que compõem o espaço da favela de Paraisópolis, para tentar compreender como o mercado e a economia popular em expansão na periferia se combinam com um dispositivo de gestão já arraigado, ou seja, o associativismo popular e as miríades de organizações civis que fazem parte do cenário de Paraisópolis desde a sua constituição, para tentar compreender como as relações entre eles se articulam.

Também aqui serão apresentadas as dificuldades de uma associação de moradores, que atua sob a antiga dinâmica dos movimentos sociais, para sobreviver aos novos tempos de gestão empresarial, baseada em projetos e parceiras e a busca por prêmios de excelência.

O quarto capítulo da dissertação pretende discutir, por meio da análise dos dados do campo, como o chamado empreendedorismo e a celebração da pobreza na sua potência empreendedora emergem como forma de gestão da ordem sob a lógica da “condução das condutas”.

Para tanto, serão apresentadas as cenas descritivas, baseadas nas entrevistas, nas conversas informais e na observação do campo, para descrever o cenário no qual está inserida essa celebração. Aqui, trata-se especificamente de juntar os fios que se cruzam e que compõem um modelo de implementação de uma forma de gestão da pobreza pautada pela perspectiva do acesso ao mercado através dos dispositivos de crédito e de endividamento, bem como a formação de indivíduos empreendedores.

E a partir da relação entre os ditos mecanismos modernos de gestão, pautados primordialmente por critérios de mercado, com aqueles tidos “tradicionais” como a filantropia e os modos de regulação local, pretende-se construir um quadro analítico no qual seja possível compreender o modo como o próprio espaço é produzido, bem como as reconfigurações que se processam nas próprias vidas da população local.

Por fim, será retomado o problema discutido e lançados alguns questionamentos a título de reflexões finais.

Introdução

I – Território em transformação

O contexto do qual esta pesquisa parte é o das recentes e rápidas transformações urbanas por que passa a favela de Paraisópolis nos últimos anos. De certa maneira, as questões que serão aqui colocadas dialogam com as próprias reconfigurações por que passa a sociedade brasileira, com a redução da pobreza e a emergência da chamada “nova classe média” ou “classe C”, embora não seja o objetivo deste trabalho discutir definições de pobreza, classe ou mesmo das recentes alterações macroestruturais pelas quais o país.

Paraisópolis surge e se constitui na relação com o seu entorno, pois grande parte do seu crescimento se deve à oferta de mão de obra ali existente, especialmente na área de construção civil, sendo sabido também que a oferta de empregos domésticos e manutenção predial no bairro do Morumbi também propiciaram a sua expansão (D’Andrea, 2008). E foi em razão dessas peculiaridades da sua constituição e do seu crescimento que a favela se fez representada no imaginário urbano da cidade, para além da sinonímia entre pobreza, favela e violência.

Mas de uns tempos para cá, não é essa a imagem propagada. Algo parece estar se modificando no imaginário urbano quando se fala na favela de Paraisópolis. São inúmeras as reportagens e séries televisivas que ressaltam a expansão da economia local. Se ainda é verdade que boa parte da população da favela vive da relação com o entorno, trabalhando como empregados domésticos, porteiros, vigilantes, dentre outras coisas nas mansões do Morumbi, o que se tornou notícia nos últimos tempos são os “empreendedores” da favela e expansão da economia local. A todo momento, mostra-se no noticiário os novos “empresários”, a expansão e a diversificação do comércio, a chegada dos bancos, o aumento do crédito, o mercado imobiliário aquecido e, como pano de fundo, o processo de urbanização que pretende integrar a favela à “cidade formal”.

Seguindo os fluxos do capital globalizado, os grandes equipamentos financeiros e de consumo que lá aportam, redefinem as práticas e os agenciamentos de Paraisópolis. Uma das consequências será a intensificação da reconversão do associativismo popular e das entidades sociais a uma pragmática do empreendedorismo social. Trata-se de um

processo em curso desde meados dos anos 1990, quando houve um processo de reestruturação produtiva, com a desregulamentação da economia e o aumento dos níveis de desemprego e da pobreza e que se intensifica a partir de meados dos anos 2000, com uma reorientação das políticas de combate à pobreza fundamentadas no acesso ao crédito e na financeirização da economia popular.

Os anos 1980 colocou em evidência novos personagens³. Os assim chamados “novos movimentos sociais”, trouxeram para a arena política interesses das classes populares, traduzidas em reivindicações sociais, como o direito à moradia com a regularização da posse da terra, expansão dos serviços de água e energia elétrica, asfaltamento das ruas, saneamento básico, linhas de ônibus, escolas, hospitais, creche. Com isso entra em cena um novo sujeito social coletivo que transformou em luta política a situação precária das periferias. É esse o contexto de formação das Uniões de Moradores nas favelas paulistas. Ao longo da década de 1980, essas associações populares ganham força, através de uma gramática política de confronto, própria dos movimentos sociais e, em Paraisópolis isso não foi diferente. A União dos Moradores esteve à frente de inúmeras lutas, seja impedindo a remoção da favela, seja reivindicando serviços públicos.

Ao longo da década de 1990, esse cenário se altera, reconfigurando os territórios e as condições da ação coletiva. Os anos 90 são

³ No Brasil da década 1980, há uma descoberta do mundo da pobreza, que deixa de ser vista como o lugar da subordinação e passa a ser o lugar da autonomia. Essa literatura surge como contraponto ao legado do mundo oligárquico escravagista, do pobre como absoluta ausência de autonomia, assim como ao autoritarismo da ditadura implantada em 1964. Nesse contexto, a celebração da capacidade dos pobres foi politicamente decisiva, pois pretendia romper com uma narrativa dominante da história do país e do continente, bem como com a tradição autoritária do regime militar. Daí surge a problemática dos novos movimentos sociais, com a formação de um novo sujeito social coletivo, responsável pelo protagonismo da luta pela nova forma de fazer política no Brasil. O problema é que o campo polêmico se desloca e a ideia da autonomia popular deixa de ser um campo de disputa e se transforma em substância, criando uma ontologia da pobreza como lugar da criatividade que será apropriada pelo terceiro setor e, posteriormente, pelo empreendedorismo. Dessa maneira, a pobreza se transforma em um campo de batalha distinto, pois os itinerários através dos quais é reconhecida passará então pela questão do turismo, do empreendedorismo e da expansão do mercado. É exatamente o quadro que se apresenta em Paraisópolis nos últimos anos.

Para uma melhor compreensão acerca da questão teórica sobre os itinerários pelos quais a pobreza é reconhecida, ver *Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism* (2011), de Ananya Roy.

marcados pela flexibilização do trabalho, com a desmontagem do arcabouço jurídico, político e institucional que conformavam as formas do emprego (Telles, 2007). Isso acarreta em uma precarização das condições de trabalho, com a expansão das ocupações informais. No campo das relações de emprego, aumenta-se os contratos temporários de trabalho, a prestação de serviços autônomos, redes de subcontratação e a figura jurídica da terceirização dos serviços, com vistas à diminuição dos encargos trabalhistas. O declínio do complexo institucional em torno do trabalho será um duro golpe nas formas de representação coletiva. As experiências de atuação coletiva são deslocadas para o nível individual, as formulas públicas de enfrentamento da questão social é substituída pelo terceiro setor.

Como demonstra Telles (2007) há uma “metamorfose da questão social” com a passagem de cidadãos reivindicantes a público alvo. Nesse contexto, a gramática dos movimentos sociais é substituída pela do terceiro setor e as associações de moradores e entidades sociais passam a ser operadoras das modernas formas de gestão social.

Nos anos 2000, com o aumento da pobreza em razão do programa econômico liberalizante e a crise econômica mundial, faz com que organismos multilaterais passem a pensar em uma alternativa ao “fundamentalismo do mercado”, com programas focados nos pobres. É nesse cenário que organismos como o Banco Mundial vão colocar o acesso ao crédito pelos pobres como um mecanismo de combate à pobreza. Trata-se agora de uma política focada na ideia de empoderamento. Na análise de pesquisadores do Banco Mundial, os pobres representam um mercado latente por novidades e serviços e uma nova fronteira de acumulação de capital (Roy, 2010). Daí as políticas de acesso ao crédito e a formação de indivíduos empreendedores, já que o acesso aos serviços financeiros empodera os pobres, reduzindo a sua vulnerabilidade.

Esse processo também vai levar a novas reconfigurações dos atores institucionais que atuam na favela, agora para poder abarcar a nova configuração social que transforma uma mão de obra outrora excedente em empreendedores, fazendo com que cada vez mais se adote modelos de gestão da pobreza baseado no mundo corporativo.

Esse rearranjo produz impacto na produção do espaço urbano. Ao reconstituir o processo de remoção de favelas ocorrido no entorno da Av. Berrini, como consequência das operações urbanas Águas Espraiadas e Faria Lima, Fix (2007) aduz que ocupações ilegais como favelas, são largamente toleradas, desde que não interfiram nos circuitos centrais de realização do lucro. No caso de Paraisópolis, não é possível remover a favela, devido ao seu tamanho e a sua consolidação. Por outro lado, as suas características de formação e desenvolvimento, a torna um caso atípico em São Paulo, quando comparada ao conjunto de favelas da Região Metropolitana, possibilitando que lá surgisse uma significativa “estrutura de oportunidades” (Almeida; D’Andrea, 2005).

Isso significa que se trata de uma favela com relativo acesso a um capital econômico e social e que, portanto, pode ser integrada aos circuitos do lucro. Daí a necessidade de um processo de urbanização que seja realizado de acordo com critérios que se traduzam em vantagens para aqueles moradores, que possam ser incluídos nos novos circuitos financeirizados da economia local e contribuam para a reprodução do capital⁴.

O modelo de gestão da ordem baseado na conversão da pobreza em mercado (e, como diz Roy (2010), fronteira de expansão do capital), no entanto, não abarca toda a população de uma favela como Paraisópolis. Aqueles mais pobres não conseguem pagar pelos novos serviços e, tampouco manter em dia as prestações das moradias subsidiadas do programa de urbanização, que são construídas e comercializadas com base mais em critérios de mercado do que sociais. Por outro lado, os novos serviços e equipamentos de consumo fazem com que explodam os valores dos aluguéis fazendo com que haja uma tendência, que por óbvio não ocorrerá em um curto prazo, de que o encarecimento do custo de vida com a

⁴ Uma reportagem publicada pelo jornal Folha de São Paulo em dezembro de 2011, ilustra o que será discutido ao longo deste trabalho. Ao se referir à proximidade de Paraisópolis com o polo globalizado da cidade e à crescente procura pela favela para novos negócios, a arquiteta entrevistada afirma: "A pessoa que precisa de dinheiro sabe que só vai ter se estiver perto de onde ele está". Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/16345-paraisopolis-na-zona-sul-e-a-maior-favela-paulistana.shtml> , acessado em 22 de novembro de 2013.

formalização dos serviços e a especulação imobiliária, acabe por “expulsar” os moradores mais vulneráveis.

II – A cidade como perspectiva

Para compreender as recentes transformações que vêm ocorrendo em Paraisópolis, que acabam por redefinir tempos e espaços da experiência social, não se pode pensar o território de forma isolada, mas ao contrário é preciso pensar essas reconfigurações tendo como perspectiva a dinâmica da cidade como um todo e, nesse sentido, não se pode pensar Paraisópolis sem as alterações da centralidade urbana que fizeram do setor sudoeste o polo globalizado da metrópole paulistana⁵.

Em torno das margens do Rio Pinheiros, entre os anos 1980 e 2000, criou-se na cidade o mais recente eixo de negócios, produto de uma especulação imobiliária sem precedentes. Como mostra D’Andrea (2008), o vetor Sudoeste é a região com os melhores índices socioeconômicos, maior índice de desenvolvimento humano, maior índice de postos de trabalho relativo ao contingente populacional e, ao redor do qual se construiu uma ampla rede de infraestrutura de transportes.

A nova reconfiguração do espaço urbano na região se inicia pelos primeiros grandes empreendimentos na região, com o deslocamento do eixo de negócios para a marginal Pinheiros em fins dos anos 1970, mas se intensifica com as parcerias público-privadas e o ingresso de grandes empresas estrangeiras ao longo da década de 1990, o que faz com que se aumente exponencialmente a valorização da área (Fix, 2007).

Assim, ergue-se no quadrante sudoeste, mais especificamente ao redor da avenida Luis Carlos Berrini, a nova centralidade da metrópole, o eixo globalizado da cidade com seus centros comerciais, grandes equipamentos de consumo e cultura, simbolizando a internacionalização do capital. Segundo Fix (2007) o receituário desse deslocamento é o planejamento estratégico, as operações urbanas e as parcerias público-

⁵ Sobre os conflitos e negociações entre os agentes sociais de cada centralidade da metrópole, ver o livro *Centralidade em São Paulo* (2006), de Heitor Frúgoli.

privadas. Esse modelo de intervenção urbana, segue, portanto, o que David Harvey (2005) chama de empreendedorismo urbano, que seria uma reorientação das posturas das governanças urbanas: de uma abordagem administrativa para uma forma de ação empreendedora.

O empreendedorismo urbano, para Harvey, tem como elemento principal exatamente a noção de parceria público-privada, em que agentes privados passariam a intervir em determinados locais que antes eram monopolizados pelo Estado, passando também a controlar a sua política urbana. Desse modo, o investimento e o desenvolvimento econômico teriam como enfoque a construção especulativa em vez de melhorias das condições de um território específico.

Ocorre que Harvey deixa explícito que está falando de governanças urbanas adotadas por países capitalistas avançados. A implementação desse empreendedorismo urbano em países da periferia do capitalismo traz consequências devastadoras. Embora se possa dizer que há de fato em São Paulo uma mudança no padrão de urbanização, no sentido da financeirização da produção do espaço, esse processo é truncado e não ocorre sem arbitrariedades. Os investimentos públicos e privados que culminaram em substancial valorização da região do entorno da Av. Berrini se deram basicamente nas Operações Urbanas Águas Espraiadas e Faria Lima. A infraestrutura urbana montada através dessas operações se deu com a remoção das favelas do entorno em uma parceria entre o poder econômico do capital especulativo e a violência do Estado.

O processo social que resulta na reconfiguração espacial do vetor sudoeste, no entanto, não é homogêneo e depende da capacidade de integração das áreas contíguas aos circuitos financeirizados da economia, tendo em vista que há uma diversidade da pobreza no espaço metropolitano.

Paraisópolis, ao contrário das favelas do entorno da Av. Berrini que foram removidas ou tendem ao desaparecimento devido à sua localização valorizável no mercado imobiliário, parece estar sendo integrada a esses circuitos econômicos. Os capitais globalizados transbordam os circuitos globais da nova centralidade do rico quadrante sudoeste, chegando

até a maior favela de São Paulo, que pelas suas peculiaridades que serão descritas nos próximos capítulos, torna-se uma promissora área de atração de investimentos públicos e privados.

Para atrair ainda mais investimentos, rompendo o estigma que associa favela a pobreza, degradação, desordem, o Estado anuncia, via urbanização, a transformação da favela em bairro. Assim, altera-se o mercado de terras, os valores imobiliários, provocando deslocamentos populacionais e redesenhando o seu multifacetado jogo de atores.

Não se trata aqui de descrever de forma detalhada os processos urbanos de produção dessa nova centralidade em São Paulo. Mas não se pode deixar de pautar essas reconfigurações na cidade, especificamente no vetor sudoeste, pois elas trarão impactos nas formas de gestão da pobreza na favela de Paraisópolis, ou seja, a estruturação do espaço urbano dialoga diretamente com o campo empírico desta pesquisa.

O cenário é de paradoxos: o Estado está presente através de mecanismo de repressão, de programas de redução da pobreza, da urbanização; há uma miríade de ONGs e associações de moradores, além de um mando não oficial; o comércio, os serviços bancários e o acesso ao crédito se expandem sensivelmente; transversalmente, há presença constante do empreendedorismo. Como se concilia a celebração dos pobres e o empreendedorismo com projeto de urbanização? Como se articulam essa série de dispositivos de gestão da ordem em Paraisópolis?

O que se pretende é uma reconstituição cronológica desses elementos para tentar entender não somente as mudanças nesse governo das condutas, mas especialmente as articulações entre dispositivos inicialmente tão díspares. Há um campo de dobras que precisam ser melhor estudados para poderem dar uma resposta ao questionamentos colocados acima.

Capítulo 1: Paraisópolis como questão: cenário e inserção em campo

1.1 Caracterização

Figura 2: Complexo Paraisópolis

As áreas coloridas na foto do satélite mostram a região denominada Complexo Paraisópolis⁶. O Complexo Paraisópolis abrange a área das favelas de Paraisópolis, Porto Seguro e Jardim Colombo e, segundo informações da própria Prefeitura do Município de São Paulo, ocupam uma área de aproximadamente 100 hectares. A favela de Paraisópolis é a maior área do complexo e, de acordo com dados do censo do IBGE de 2010, tornou-se a maior da cidade, com cerca de 43 mil habitantes. Encontra-se no centro de uma das regiões mais ricas da Região Metropolitana de São Paulo, o bairro do Morumbi, entre as Avenidas Giovanni Gronchi e Morumbi. Ao contrário da maioria das favelas paulistanas, cujas ocupações se deram em terras públicas, a ocupação de Paraisópolis remonta à antiga Fazenda do Morumbi, que foi parcelada em 2.200 lotes pela União Mútua Companhia Construtora e Crédito Popular S.A no ano de 1921. Muitos daqueles que adquiriram os lotes não tomaram posse, assim como não foi implantada a infraestrutura do loteamento, o que propiciou a ocupação da área a partir de 1950⁷.

⁶ Todas as fotos áreas, de satélite, bem como as plantas da região que ilustram este trabalho foram cedidas pela Secretária da Habitação do Município de São Paulo.

⁷ Embora a ocupação da área tenha se dado de forma mais regular a partir da década de 1950, os dados da SEHAB (Secretária de Habitação do Município de São Paulo) remonta a fundação de Paraisópolis a 1937, porém, a despeito da precariedade do assentamento, este

Nos anos 1960 e 1970, impulsionada pelo crescimento do bairro do Morumbi, com a abertura da avenida Giovanni Gronchi, a construção do Estádio do Morumbi e das mansões que ali se instalaram, Paraisópolis se expande. Na virada da década de 1990, Paraisópolis passa por outro momento de crescimento significativo, correspondente ao processo de favelamento na cidade de São Paulo e a chegada de moradores vindos de favelas removidas pela prefeitura. Atualmente, sua área ocupada é de 822.739,4 m², a população chega a cerca de 43 mil residentes, possui 17.141 imóveis, sendo 14.538 de uso residencial⁸.

Paraisópolis é dividida em cinco regiões: Centro, Brejo, Antonico, Grotinho e Grotão. O Centro é a área de ocupação mais antiga, abrange atualmente 9% da população. É onde está situada a maior parte do comércio, bem como a melhor rede de infraestrutura como pavimentação de ruas e serviços de água, esgoto e energia. No Brejo estão localizados 8% da população local. É nessa área que está o córrego do Brejo, canalizado pelo projeto de urbanização, e também a construção da perimetral que atravessa parte da favela, indo da marginal Pinheiros até o Estádio do Morumbi. Na região do Antônio é onde se encontra a maior parte da população de Paraisópolis, 42% do total. Cortada pelo córrego do Antônio, é uma das áreas de remoção com a sua canalização. As regiões do Grotão e Grotinho, são as áreas de ocupação recente, especialmente a partir da década de 1990, onde estão cerca de 25% da população. Trata-se de uma área de topografia acidentada, onde ocorrem as grotas. Nesses locais, com quase nenhuma infraestrutura, especialmente a área do Grotão, vivem em condições precárias os que chegaram a partir de meados da década de 1990.

As fotos aéreas abaixo nos dão uma boa visão do crescimento de Paraisópolis ao longo dos anos:

não poderia ainda ser classificado como favela, o que só ocorre ao longo da década de 1950.

⁸ Fonte: **Hagaplan/Sondotécnica** – **2005** disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/paraisopolis/estatisticas/index.php?p=4394> acessado em 29/06/2010. Apesar dos dados oficiais apontarem um número da população, em Paraisópolis, assim como demonstrou Lívia de Tommasi e Dafne Velasco (2012) em relação à Cidade de Deus, os números de habitantes também é um objeto de disputa. Os dados do IBGE, apontam que atualmente vivem cerca de 43 mil pessoas em Paraisópolis, mas segundo lideranças comunitárias, esse número passaria dos 100 mil.

Figura 3: Foto aérea de Paraisópolis em 1940

Figura 4: Foto aérea de Paraisópolis em 1954

Figura 5: Foto aérea de Paraisópolis em 1968

Figura 6: Foto aérea de Paraisópolis em 1977

Figura 7: Foto aérea de Paraisópolis em 1987

Figura 8: Foto aérea de Paraisópolis em 1996

Figura 9: Foto aérea de Paraisópolis em 2007

Paraisópolis cresceu junto com o seu entorno. À leste, faz divisa com grandes mansões. Ao norte, Paraisópolis acaba no "ladeirão", onde de um lado da calçada localizam-se mais mansões e, do outro, barracos. A divisão oeste é feita pelos condomínios de apartamentos da Avenida Giovanni Gronchi. A face sul tem como fronteiras os muros do cemitério do Morumbi e vários terrenos particulares (Almeida e D'Andrea, 2005).

Trata-se de uma favela incrustada no coração rico e globalizado da cidade, o vetor sudoeste, região onde se ergueu a nova centralidade paulistana, o novo eixo de negócios e consumo. A expansão do setor sudoeste envolveu a construção de centros empresariais e sua rede de equipamentos, vários novos *shoppings centers*, equipamentos de cultura e lazer, além de um complexo viário de túneis e avenidas que começa na 23 de maio e chega ao Morumbi (Fix, 2001). As transformações em curso na área fizeram de Paraisópolis um problema, motivo pelo qual a favela se transformou em alvo de várias intervenções e projetos.

A origem de Paraisópolis data de 1920, constituída originalmente a partir do loteamento da antiga fazenda Morumbi, cujo projeto de parcelamento do solo delimitou 2.200 lotes em quadras retangulares. Devido a falta de infraestrutura local, bem como a dificuldade de acesso, o loteamento foi um fracasso, fazendo com que os proprietários abandonassem a área.

Abandonada por seus proprietários, a partir de 1937, a área começa a ser ocupada por famílias de baixa renda, ainda que a forma dos assentamentos não pudesse ser considerada como favela, o que só ocorre na década de 1950. As formas de intervenção social em Paraisópolis, no entanto, sob as mais diversas modalidades, ocorrem desde o boom imobiliário da década de 1960, quando se intensificou a ocupação irregular da área. Em 1968, a área de assentamento de Paraisópolis foi enquadrada na Lei geral de zoneamento do município, aprovada neste mesmo ano. Através da referida lei, pretendeu-se congelar os índices de ocupação da área, limitando a ocupação unifamiliar por lote, e admitindo o uso comercial e de serviços diversificados. O objetivo da prefeitura com tal esforço, era elaborar um projeto de ocupação para a área, o que, todavia, não ocorreu, dando continuidade a uma ocupação irregular e desenfreada.

Em 1975, a prefeitura elaborou, através da Empresa Municipal de Urbanização, o Plano de Reurbanização, propondo, com a concordância dos proprietários, a desapropriação, algo que não foi concretizado por falta de recursos orçamentários e financeiros (Alessi, 2009).

Durante a década de 1980, as intervenções se deram no sentido de remover a favela. Em 1983, chegou a ser criada uma comissão, vinculada ao gabinete do prefeito, para realizar estudos de urbanização da área com a consequente remoção das famílias. Na gestão de Jânio Quadros (1985-1988), desenvolveu-se um projeto de Lei que ficou conhecido como “Lei do Desfavelamento”, destinado a resolver o problema das favelas incrustadas nas áreas centrais da cidade, através de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada (Fix, 2001).

A última tentativa de remoção da favela ocorreu em 1994, quando a prefeitura, na gestão Paulo Maluf, pretendia levar as famílias de Paraisópolis para um conjunto do denominado “Projeto Cingapura”, visando construir um anel viário no local. A remoção de Paraisópolis não foi possível, mas como consequência da relação tão próxima com o seu entorno, tem-se que este último não pagaria o preço de viver em um local com os atributos negativos imputados a qualquer outra favela, motivo pelo qual Paraisópolis passa a ser na década de 1990 o alvo preferencial da ação de ONGs,

colégios particulares, empresas, e associações assistencialistas, muitas delas atuando com financiamento do próprio Estado.

Nos anos 2000, inicia-se um novo momento no que diz respeito às intervenções em Paraisópolis, marcado especialmente pela urbanização da favela. Em 2005, a Secretaria da Habitação da Prefeitura do Município de São Paulo lança o Programa de Urbanização de Favelas, no qual há um projeto específico de Urbanização do Complexo Paraisópolis, cuja etapa mais importante é a regularização fundiária e que conta também com a participação do governo estadual e especialmente do federal, de onde vem a maior parte do dinheiro, através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)⁹. Com o projeto de urbanização, a ideia é transformar a favela em um bairro, com pavimentação, infraestrutura de serviços, equipamentos de saúde, educação e lazer, removendo somente famílias que se encontram em áreas de risco e frente de obras. Tal projeto será objeto de análise aprofundada mais adiante.

Em suma, Paraisópolis apresenta um cenário marcado pela presença do Estado, de programas sociais, organizações sociais, políticas de intervenção de escopo variado. Isso, de partida, desfaz a associação corrente no senso comum – e também acadêmico – entre periferia e ausência do Estado. Como sugere Veena Das (2007), o Estado está presente tanto na lei como nas regras incorporadas e nas instituições. É o que podemos verificar em Paraisópolis. Há uma malha de ações, relações, interações políticas e instituições, que mostram que o Estado está presente por meio dos seus inúmeros projetos, desde programas como o Bolsa Família até a urbanização, passando, inclusive, pelas suas formas de repressão. Está presente também, inclusive onde se imagina a sua ausência, como na atuação de ONGs e associações populares, seja através de parcerias diretas, ou na forma de leis de incentivo.

Ao andar pelas ruas da favela, é fácil verificar a multiplicidade de cenários. No centro consolidado, encontram-se casas de alvenaria em meio a um comércio absolutamente variado, que vão desde barraquinhas de

⁹ Fonte: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=4291> , acessado em 25 de junho de 2010.

produtos de procedência duvidosa, até uma rede de supermercados, passando por bancos, lotéricas, agências de viagens. Pessoas, carros, motos e micro-ônibus circulam pelas ruas estreitas e íngremes em um movimento constante. A luz e a água são regularizadas, assim como há coleta de lixo, embora ainda se veja os famosos “gatos”, que são as ligações clandestinas. São essas ligações clandestinas que impossibilitam a favela de receber redes à cabo de televisão. Por outro lado, tal fato não impediu que as operadoras de TV paga entrassem na região, por meio de transmissão via satélite. Assim, não raro, se vê espalhado pelo centro e regiões mais “abastadas” da favela, antenas de transmissão via satélite.

Mais para as “bordas” da favela, seguindo o modelo de expansão periférica existente na cidade, a paisagem é outra. Ainda é possível ver os barracos de madeira, sem nenhum tipo de infra estrutura, pessoas que vivem em meio ao esgoto aberto, sujeitas a todo tipo de doença. Embora o programa de urbanização tenha como foco essas pessoas, que geralmente habitam em áreas consideradas como de risco, devido a demora na construção dos prédios, muitas das pessoas que haviam saído das suas casas, acabam reocupando as áreas e construindo novos barracos.

As mudanças ocorridas em Paraisópolis nos últimos anos são incontestes. Na sua cartografia, para se compreender as mudanças recentes na gestão interna, é preciso seguir os fios desses emaranhados institucionais que estão presente na favela desde a sua constituição e tentar apreender as linhas de forças que parecem estar reconfigurando as sua próprias práticas.

1.2. Entrada em campo e impressões iniciais

A entrada em campo, no entanto, se deu para investigar um objeto distinto dos rumos que a presente pesquisa acabou tomando. A partir de uma experiência precedente, de quase uma década atrás, quando ao conhecer a favela, por meio de um projeto piloto de regularização fundiária, pude perceber as alterações nas tramas da sociabilidade local a partir da entrada do tráfico de drogas favela e também o início das intervenções marcadas pela urbanização do local.

Então, quando da apresentação do projeto de mestrado, pretendia investigar as alterações no mando não oficial da favela, ou seja, o declínio de uma figura, que pelo seu modo de atuar, se assemelhava aos justiceiros, que dominaram o cenário das periferias paulistanas na década de 1980 e a ascensão do tráfico de drogas, que até fins da década de 1990 era diminuto em Paraisópolis, através do Primeiro Comando da Capital (PCC), que passou a fazer a gestão interna da ordem.

Nesse momento, interessava-me compreender como o PCC entrou na área, se seria por conquista de gente de fora ou por reconversão de gente de dentro, desde quando, dentre outras coisas. Pretendia também analisar como se operava concretamente a suposta lógica empresarial e mercantil¹⁰ do tráfico de drogas e se, a mudança de uma gestão interna da ordem baseada no uso da violência por parte de indivíduos mobilizados em torno de disputas entre grupos rivais, geralmente relacionados por parentesco, cuja origem, por vezes, estaria no local de origem no Nordeste, para um modelo empresarial, estaria relacionada com o modo como o varejo da droga local se organiza e como se articula com as redes de sociabilidade local.

Ocorre que, como pude perceber ao longo da pesquisa, inclusive nas entrevistas que realizei, é sempre muito difícil tratar de assuntos que permeiam a violência em Paraisópolis. Há um silêncio relativo a tais questões, assim como existe o medo e as ameaças. Há todo um campo de tensão que faz com que as pessoas fiquem receosas em se expor, colocar suas opiniões publicamente e depois sofrer represálias.

O silêncio que existe em torno das questões que envolvem a problemática do tráfico de drogas e da violência em geral na favela, de início se tornou um obstáculo para a investigação do objeto inicial da pesquisa. Então como estratégia inicial, resolvi começar o campo não em Paraisópolis,

¹⁰ D'ANDREA, Tiaraju. *Nas Tramas da Segregação: o Real Panorama da Polis* (dissertação de mestrado, 2008)

mas no Morumbi, participando das reuniões dos CONSEGs¹¹ (Conselhos de Segurança), Morumbi e Portal do Morumbi.

Essa estratégia se deu, pois a relação de Paraisópolis com o seu entorno rico é indissociável. Além disso, em relação aos traficantes locais, os demais personagens que sempre fizeram a gestão interna da ordem em Paraisópolis (todas essas organizações, agentes sociais do entorno e políticos) continuam mantendo – como sempre mantiveram – uma relação ambígua com essas figuras, entre acordos e regras de convivência nunca explícitos, mas sabidos, tal como demonstra Tiaraju D’Andréa (2006).

Porém, não era possível realizar uma pesquisa sobre Paraisópolis através de um campo empírico limitado ao seu entorno. Em razão disso, realizadas duas entrevistas com os presidentes dos CONSEGs, resolvi iniciar o campo em Paraisópolis. Como já havia algum tempo que eu não ia a Paraisópolis, perdi o contato com algumas lideranças locais que tinha conhecido na época do SAJU e, sem ter um contato específico, decidi começar a participar das reuniões do Forum Multientidades.

A Multientidades, como o fórum é chamado pelos seus membros e, conforme foi relatado anteriormente, é um espaço que reúne as inúmeras entidades e organizações que atuam em Paraisópolis, realizando reuniões mensais, sempre na última quinta-feira do mês para discutir, questões internas. Durante os primeiros meses apenas participava das reuniões para observar quem eram os membros mais frequentes, as entidades que representavam, as suas posições em relação às questões internas da favela. Para um primeiro contato com os entrevistados, resolvi procurar aquelas pessoas que tinham presença mais constante nas reuniões e realizavam mais intervenções.

Em razão da dificuldade de falar sobre questões internas relacionadas ao mando não oficial, que invariavelmente permeava a questão da violência, decidi, como estratégia de pesquisa, dar preferência nas

¹¹ Os Conselhos de Segurança – CONSEGs – foram criados através do Decreto Estadual n.º 23.455, de 10 de maio de 1985, e regulamentados pela Resolução SSP-37, de 10 de maio de 1985. São conselhos de bairro, divididos por delegacias. Trata-se de um órgão oficial vinculado à Secretária de Segurança Pública. As reuniões são mensais e o objetivo é integrar a população às polícias civil e militar.

primeiras entrevistas aos representantes de entidades. Isso porque, tendo em vista a minha inexperiência em relação a modo de como abordar os pesquisados e, em face da complexidade das relações entre pesquisador e pesquisados, a conversa com representantes das entidades, em um primeiro momento, seria mais fácil de contornar o estranhamento inicial.

Mas não foi exatamente o que aconteceu. Isso porque a presença do pesquisador em campo deixa claro a sua posição de estranho, de diferente. No início das reuniões da Multientidades, há a apresentação dos presentes. Já nessa ocasião, a minha posição de estranha ao grupo se torna evidente. Ao me apresentar como pesquisadora e da USP, tal situação em algumas vezes se impõe como obstáculo, gerando certa desconfiança ou antipatia. Na primeira reunião que participei não era a única pesquisadora presente, havia mais duas pessoas que também estavam lá para fazer campo e também tinham como objeto o PCC e a violência de modo geral. No momento da apresentação, uma das representantes de uma associação que atua em Paraisópolis e que mais tarde me ajudaria muito com as informações da presente pesquisa, deixou claro um certo incômodo com a nossa presença. Fez questão de ressaltar que Paraisópolis é uma favela que chama a atenção de muitos pesquisadores, que vão lá, fazem a sua pesquisa e vão embora sem trazer retorno algum para a “comunidade” e sem sequer disponibilizar o trabalho para consulta.

Naquele momento, eu e os outros dois pesquisadores presentes, explicamos a nossa pesquisa e nos comprometemos em enviar as entrevistas realizadas transcritas, assim como disponibilizar nos meios eletrônicos que o grupo dispunha o texto final da pesquisa.

Interessante notar que no momento da apresentação, a confrontação inicial não se deu em razão de diferenças sociais ou econômicas, como se haveria de se esperar, já que desde o início a minha condição social se tornava evidente, seja pela cor da minha pele, do meu cabelo ou dos meus olhos, seja pelo meu jeito de me vestir ou de falar, ou pelo fato de eu ser estudante de pós-graduação da USP. A confrontação se deu

com coordenadores de muitos dos projetos ali instalados, que assim como eu, também são brancos, de classe média e tiveram acesso à universidade¹².

E foi exatamente por tais características que defini como estratégia de pesquisa, em um primeiro momento, dar preferência nas entrevistas àquelas pessoas que estavam mais envolvidas com a “vida institucional” da favela. Imaginava ser mais fácil romper as desconfianças iniciais, em razão de que, para muitas daquelas pessoas que vieram de fora para trabalhar em Paraisópolis, a minha condição social não era um obstáculo para uma relação horizontal.

Como de início parecia que não tinha sido muito bem recebida, era preciso desfazer as primeiras desconfianças, bem como superar as primeiras impressões que poderiam ter sido negativas. De um modo de certa forma aleatório, resolvi conversar com Iraci, que naquela minha primeira visita, era quem controlava a mesa da reunião e falou do incômodo que muitas vezes os pesquisadores representavam para quem trabalhava ali, que teria que parar suas atividades, sendo que muitas vezes não havia qualquer retorno.

O desafio inicial era o de convencer as pessoas que apesar de ser uma “estranha” para a maioria delas, estava lá realizando um trabalho acadêmico e que para levar em frente as minhas investigações, necessitava da ajuda daqueles que trabalham, moram, conhecem a dinâmica interna e que, sem os seus relatos e opiniões, não conseguiria realizar o meu trabalho.

Embora a escolha por Iraci para tentar um diálogo com alguns dos atores da dinâmica interna de Paraisópolis tenha sido aleatória, pode-se dizer que foi uma decisão acertada. Para tentar desfazer uma possível má impressão, fui me apresentar, dizendo de onde eu era, que além de pesquisadora também trabalhava como assessora de uma desembargadora, porque eu escolhi Paraisópolis e qual o interesse na região. A desconfiança

¹² Como se é sabido, Paraisópolis é uma área de filantropia antiga e, devido às peculiaridades da sua formação e especialmente da sua localização, incrustada em uma das regiões mais ricas da cidade, é um das favelas que mais atraem organizações civis de escopo variado, que em sua maioria são coordenadas por gente de fora da favela.

inicial se desfez, no entanto, a partir do momento que relatei uma experiência anterior, ao participar de um projeto de extensão universitária para a regularização fundiária em Paraisópolis.

Ao contar acerca de minha experiência pregressa na favela, percebi que o fato de já conhecer o local e de certa forma ter atuado lá dentro me ajudaria a vencer um pouco da desconfiança inicial dos entrevistados, especialmente porque tal fato afastaria um pouco a ideia de que estaria lá apenas com interesses pessoais, sem trazer qualquer “retorno para a comunidade”.

O fato é que vencido o desconforto inicial, Iraci, que era há mais de cinco anos coordenadora de uma das associações empresariais mais importantes de Paraisópolis, deu-me uma longa entrevista de mais de duas horas, assim como sugeriu várias outras pessoas que poderiam me ajudar com o tema da minha pesquisa, indicando-me um dos seus funcionários que trabalhava como professor de educação física há quase dez anos em Paraisópolis.

1.2.1. A mudança no objeto da pesquisa

Na entrevista com Iraci e com o professor Daniel pude perceber o quão difícil seria a minha investigação a respeito das alterações do mando não oficial. Há um interdito em relação à questão da violência, da existência de um mando não oficial. Iraci e Daniel tentaram me ajudar com as informações que eu precisava, mas as suas falas sempre vinham acompanhada de *“não sei se essa é a história verdadeira”* ou *“é o que se ouve falar por aqui”*. Disseram-me que esses assuntos não são correntes entre os moradores e que diante de um gravador ligado, as falas a respeito da questão com moradores seriam sempre a de que pouco se sabe sobre o *“tal poder paralelo”*. Iraci inclusive, fez questão de ressaltar tampouco os representantes das entidades sociais eram informados sobre o mando não oficial, relatando-me que certa vez, em uma reunião da Multientidades, quando entrou uma pessoa estranha, após a reunião já ter começado e que falava alto e sem respeitar as ordens de inscrição. Foi informada na hora que se tratava de um chefe do PCC. Disse ainda que quando ele entrou todos

ficaram quietos. O homem falou de um projeto no campo do Palmeirinha, um campo de futebol de várzea de Paraisópolis reformado como parte do projeto de urbanização, e depois foi embora.

Ou seja, nas entrevistas que realizava, o mais recorrente, quando se falava em mando não oficial, PCC e justiceiros era a resposta de que pouco se sabe sobre isso. Diante das respostas que ouvia, percebi que uma das maneiras de conseguir as informações que pretendia seria por meio das conversas com representantes de entidades, pois o fato de não morarem dentro da favela fazia com que eles tivessem mais liberdade para abordar tais assuntos, já que com os moradores há um medo velado que os impede de abordar certos temas. Se usasse tal estratégia, porém, provavelmente teria prejuízos em minha pesquisa, pois teria um espectro muito limitado do tema, a partir de um grupo que, apesar de representativo, possui uma visão que também é de certa forma, externa.

A outra forma de conseguir as informações que necessitava era a partir de uma presença constante na vida da favela, não apenas participando de reuniões, mas conversando com as pessoas na rua, participando do seu dia-a-dia, com interesse não apenas nas questões da pesquisa, mas na vida das pessoas com quem entrasse em contato.

E andando por Paraisópolis atrás de informações para a minha pesquisa, participando das reuniões mensais em lugares distintos, comecei a perceber que algo havia mudado na dinâmica interna da favela. Paraisópolis sempre teve comércios no centro, mas a favela que encontrei em 2011 era diferente daquela que eu fui em 2007 e muito distante daquela que eu conheci em 2003.

Ao andar pelas ruas do centro, vê-se uma diversidade de comércio que não existia em 2007, há desde barraquinhas de produtos chineses até agências de viagens. A favela se monetarizou, além de uma agência do Banco do Brasil, e um posto avançado do Bradesco, há uma lotérica. Há também uma rede de supermercados, uma loja das Casas Bahia e até uma seguradora. Muitos restaurantes, padarias, salão de cabeleireiro,

pet shop, muitos dos quais recém-reformados e que poderiam muito bem estarem em alguma avenida do Morumbi.

Intrigada com tamanha mudança em pouco tempo, ao conversar com as pessoas, comecei a perguntar a que devia tal transformação em um intervalo relativamente pequeno. Ao contrário do que acontece quando se fala em questões relativas à violência, todos falavam com facilidade das mudanças ocorridas nos últimos tempos. Seja para criticar ou para fazer elogios, tinham uma opinião a respeito das transformações em curso.

Por indicação de Iraci, conheci Cecília, coordenadora da instituição filantrópica mais antiga de Paraisópolis. Cecília está no cargo e em Paraisópolis desde o início dos anos 1980. É conhecida por toda a favela em razão do seu trabalho como assistente social, que é tido como um dos mais respeitados, já que coordena a creche mais antiga da região. Na fala de Cecília, percebi a exaltação e o reposicionamento da favela como um lugar da superação, do empreendedorismo. Contou-me com entusiasmo histórias de seus antigos funcionários e que hoje abriram seu negócio na favela, os relatos colocavam esses personagens como metonímia do espírito empreendedor do morador de Paraisópolis.

Das conversas com Iraci, Daniel e Cecília, bem como das minhas andanças por Paraisópolis, era cada vez mais forte o meu interesse por compreender a dinâmica interna da favela que a transformou em uma região de forte interesse comercial. Mais do que isso, as próprias associações civis como a União dos Moradores foi reconvertida a uma gramática empresarial. Muitas das ONGs são patrocinadas por empresas e atuam sob a forma empresa. Com o projeto de urbanização, explodem os preços dos aluguéis. Como se deu esse processo? Qual o impacto que isso dá na dinâmica interna? É toda a favela ou só uma parte dela que se monetariza? Se for só uma parte, o que acontece com as outras famílias?

O meu interesse crescente por tais questões, aliado a dificuldade de obter informações sobre as mudanças no mando não oficial da favela, fez-me rever o objeto da pesquisa. Nesse sentido, a entrevista que

realizei com Carlos foi determinante para os rumos da minha pesquisa. Conheci Carlos em uma das reuniões da Multientidades, na qual ele se apresentou como jornalista. Bem articulado, Carlos, morador de Paraisópolis, mantém há quatro anos um jornal na favela. Desde a primeira conversa que tivemos, ainda na reunião da Multientidades, Carlos foi muito solícito. Apresentei-me, contei sobre a minha pesquisa, as indefinições sobre o tema e solicitei uma entrevista. Carlos aceitou prontamente a me ajudar, marcando a entrevista para o local onde mantém um escritório improvisado do jornal que edita. Como ainda não era muito familiarizada com as ruas e vielas de Paraisópolis, dispôs-se a me buscar no ponto de ônibus na avenida Giovanni Gronchi na hora marcada para a entrevista. Mais do que isso, fez questão de circular comigo pela favela, para que eu pudesse conhecer mais de perto as suas regiões, sejam aquelas mais prósperas como o centro com seus inúmeros comércios, sejam as mais distantes e precárias, como a área do Grotão.

Quando digo que a entrevista com Carlos foi determinante para minha pesquisa, é porque por meio dela que pude perceber a força de um discurso nativo, segundo a qual a favela é reconhecida como um espaço criativo, autossuficiente e empreendedor. Logo no início da nossa conversa, Carlos fez questão de falar sobre a sua vida em Paraisópolis, as dificuldades que passou, tendo sido obrigado a trabalhar desde muito pequeno, fazendo vários bicos, até que um dia, quando trabalhava em uma obra no Morumbi junto com um vizinho, pode ver Paraisópolis de cima, o tamanho da favela, ocasião na qual disse a seu amigo: *“caramba, eu sou muito empreendedor, quero fazer algum negócio”*. A todo momento, Carlos ressaltava o caráter empreendedor do morador da favela, característica que também assumia como sua.

Sobre a questão da existência de um mando não oficial em Paraisópolis, a entrada do tráfico de troca e demais assuntos relacionado à violência, disse-me apenas que há na favela uma lei do silêncio sobre tais assuntos, que há muitas coisas que se vê, mas não se pode falar, pois há um medo generalizado. Inclusive, relatou-me que atrasou em três anos a sua ideia de criar um jornal comunitário, pois em 2004 e 2005, a violência era

crescente na favela, com a disputa de grupos rivais, exatamente em torno do mando não oficial. Segundo o seu relato, há uma cultura estabelecida em torno do silêncio relativo a tais assuntos e criar um jornal em uma época conturbada não seria viável, já que o fato de mexer com informação poderia lhe trazer problemas internos.

Diante do relato de Carlos e das demais pessoas que eu conversava, cada dia mais eu tinha a noção de que a realização do campo com o meu tema inicial seria muito difícil. Primeiro em razão da minha posição, da minha condição social que dificultaria uma abertura dos entrevistados, especialmente aqueles que moram na favela, em ter uma relação horizontal para que confiassem a mim informações que eles normalmente não dariam em razão de um sabido medo velado. Para que conquistasse a confiança das pessoas a ponto de conseguir tais informações, deveria ter uma presença constante nas suas vidas, a ponto de construir uma relação de confiança em que não fosse vista como uma “estranha”.

Depois em razão do tempo exíguo para a realização de uma pesquisa de mestrado, aliada ao fato de que eu tinha outro trabalho que consumia mais da metade da minha semana, fazendo com que eu tivesse apenas as quintas e sextas feiras livres, além dos finais de semana, para me dedicar ao campo e à pesquisa, havia o medo de que não conseguisse estreitar laços com os moradores. E os laços de confiança eram fundamentais para que eu conseguisse falar abertamente com as pessoas sobre mando não oficial, tráfico de drogas, PCC, justiceiros e outros temas ligados à violência.

Além disso, já nesse momento da pesquisa, aumentava a cada dia o meu interesse nas recentes transformações que fizeram com que Paraisópolis, em um curto espaço de tempo, passasse a ser alvo de grande interesse econômico. Por que tantas empresas querem investir em uma favela? Quais são os fatores que levaram a uma reconversão das inúmeras instituições presentes, assim como as entidades representativas dos moradores a uma gramática empresarial? Como aquela economia informal que era estigmatizada passa a ser celebrada e incentivada através do discurso de formação de indivíduos empreendedores?

Nesse momento, mais do que o interesse pelo silêncio das pessoas em relação à temas que permeiam a violência, com o a existência de um mando não oficial, a questão da transformação dos ditos “territórios da pobreza” como é reconhecida a favela, em área de expansão econômica, que é o que se via claramente em Paraisópolis, é o que mais me motivava a ir a campo investigar. Aliado a isso, nas discussões e leituras com grupo “Cidade, trabalho e territórios”, coordenado pela minha orientadora Vera da Silva Telles, pude entrar em contato com uma literatura dessas questões, baseadas em experiências concretas de pesquisa em uma das maiores favelas do mundo, a de Dharavi, na Índia. Foi assim que então, decidi alterar o objeto da minha pesquisa.

1.2.2. Os afetos em campo

A decisão de alterar o objeto da pesquisa coincide com a intensificação das minhas idas à Paraisópolis. Passei a circular pelas diversas regiões da favela para compreender a dinâmica interna e verificar o modo como se espacializa as principais transformações, seja por conta do processo de urbanização, seja pela chegada das diversas empresas. Foi nesse período que, em uma das reuniões da Multientidades, conheci Dirceu, o líder comunitário que iria mudar a minha maneira de me relacionar com os pesquisados.

Dirceu estava sempre presente nas reuniões da Multientidades e sempre foi muito crítico ao modo como era conduzido às reuniões. Na sua fala, ressaltava inúmeras vezes que se discutia pouco a questão da moradia, que faltava transparência nas escolhas do conselho da urbanização, que é sabido a existência de muitas ONGs em Paraisópolis, mas que poucas fazem algumas coisas pela “comunidade”, dentre outras críticas.

Depois de já ter decidido alterar o objeto da minha pesquisa e após umas das reuniões da Multientidades, apresentei-me como pesquisadora da USP, falei sobre o meu trabalho e perguntei a Dirceu se ele aceitava me dar uma entrevista. Com a prática de quem a muitos anos participa de movimentos sociais, aceitou na hora, devolvendo-me um convite. Disse-me que participava de um grupo de moradores que lutam por moradia

e estava montando com seus companheiros uma entidade representativa em defesa da moradia, já que ele e seu grupo não concordavam com a atuação da União dos Moradores, a entidade representativa mais antiga da favela. Mais do que isso, falou também que seu grupo também contava com a ajuda de alguns estudantes de direito da USP, especialmente em relação aos trâmites jurídicos da entidade. Na conversa, acabei descobrindo que esse grupo de estudantes de direito era do Núcleo de Direito à Cidade, um núcleo de extensão universitária ligada ao Centro Acadêmico XI de agosto e ao departamento Jurídico XI de agosto. Ou seja, tratava-se do mesmo grupo e do mesmo projeto do qual participei em 2003 e através do qual pude conhecer Paraisópolis, só que agora tinha outro nome, pois o SAJU havia se desmembrado e o Núcleo de Direito à Cidade, uma cisão do grupo original, passou a atuar no processo de regularização fundiária da quadra 46, próxima ao centro de Paraisópolis, através de uma ação de usucapião coletivo, que visa garantir a propriedade da quadra aos seus moradores, realizando também reuniões mensais com os moradores.

Assim, através de Dirceu e seu grupo, passo a ter novamente contato com o coletivo que participei há quase dez anos. Daquela época já não havia mais nenhum membro, apenas o advogado que acompanha o processo de usucapião é o mesmo, mas ele só participa de algumas reuniões mensais sobre o processo para tirar dúvidas dos moradores. Quem acompanha e ajuda o grupo de Dirceu nas questões políticas e jurídicas é um grupo de estudantes bem mais jovens, que estão, em sua maioria, no segundo e terceiro anos da graduação.

Conhecer Dirceu e reencontrar com os estudantes do Núcleo de Direito à Cidade tornou bem mais fácil a minha “aceitação” pelos pesquisados. Conteí a minha história, a minha participação, como apoiadora, na época da faculdade de direito em movimentos de moradia e a própria experiência em Paraisópolis. A partir daquele momento, teria mais facilidade no contato com um grupo de moradores, qual seja, aqueles que de certa maneira estavam envolvidos nas questões de moradia, pois estaria referendada pelo projeto que participei e pela proximidade com o grupo de Dirceu.

Assim, decidi começar a participar das reuniões da União em Defesa da Moradia, a entidade que Dirceu e seu grupo estavam tentando oficializar em cartório. E desse contato, reencontro Vicente, outro líder comunitário, que conheci lá em 2003, mas que não se lembrava de mim. Vicente será o presidente da instituição que está sendo criada e é uma das grandes lideranças internas. Sua vida se confunde com as lutas pela moradia em Paraisópolis, esteve presente em todas as reivindicações populares por moradia desde meados da década de 1970 e se orgulha muito disso. Muito bem relacionado, inclusive com vereadores e deputados petistas, Vicente tem como grande antagonista Claudio, o atual presidente da União de Moradores. Bem mais novo que Vicente, Claudio chegou em Paraisópolis no início da década de 1990 e muito jovem chegou à presidência da União de Moradores, substituindo uma antiga liderança que fora outrora seu padrinho político.

Vicente discorda da política adotada pela União dos Moradores, especialmente aquela em relação à questão da moradia, pois acha que a atual gestão é “comprada”, recebe verbas públicas e privadas para financiar seus projetos em troca do silêncio em relação às questões relacionadas à moradia, especialmente em relação ao projeto de urbanização.

A polarização entre dois grupos, o grupo de Dirceu e Vicente e seus apoiadores de um lado e, de outro, o grupo de Cláudio e seus apoiadores, envolve primordialmente as disputas pela União dos Moradores, mas também permeiam todas as questões internas, razão pela qual é assunto presente em qualquer fala. Todas as pessoas que entrevistei em algum momento se referem à União dos Moradores e a disputa interna, que também é uma disputa de projetos.

É nesse contexto que se desenvolve a maior parte da minha pesquisa. Ao reencontrar o grupo de extensão universitária do qual fiz parte, bem como a aproximação com o grupo de Vicente e Dirceu, passei a circular por Paraisópolis como uma espécie de membro do grupo. Todos sabiam a minha condição de pesquisadora, mas também me tornei um tanto quanto “militante” do movimento de moradia. Participava das reuniões com o grupo, fui a encontros com a assessoria do Vereador Nabil Bonduki, encontros com a Defensoria Pública, chegando a participar da Pré-Jornada da Moradia

Digna, organizada pela defensoria pública e por diversos movimentos sociais, dentre os quais estavam a União em Defesa da Moradia e o Núcleo de Direito à Cidade, realizada em Paraisópolis.

Como mostra Eunice Durham (1986), o uso da técnica da observação participante pelos investigadores que pesquisam a cidade se alterou a partir das produções acadêmicas de meados da década de 1980, com uma crescente valorização da subjetividade do observador, descrevendo-se e analisando-se os conflitos íntimos do pesquisador, bem como a sua identificação com a população que estuda, privilegiando a participação. Além disso, a autora fala, inclusive, de um tipo de atuação e identificação política que os próprios pesquisados cobram dos investigadores, o que faz com que se passe de uma observação participante para uma “participação observante”, resvalando para a militância.

No caso da minha pesquisa, a identificação política com a União em Defesa da Moradia facilitou por um lado a minha entrada em determinados setores da favela, mas por outro lado, dificultou o diálogo com determinados grupos. O contato com atual gestão da União dos Moradores foi extremamente difícil, o que de certa forma dificulta a própria realização do objeto da pesquisa, já que para uma análise da reconversão de uma entidade que surge com uma gramática de movimento social organizado e passa a funcionar sob a lógica de uma empresa, compreender o que se passou nos últimos anos é primordial.

De qualquer maneira, ao participar mais ativamente das atividades da União em Defesa da Moradia, pude ter um contato mais próximo com seus membros, para além das entrevistas gravadas, pude estabelecer um contato informal e participar um pouco da rotina das suas vidas. Além de Dirceu e Vicente, pude conhecer Cristina, fundadora e primeira presidente da União dos Moradores e Seu José, um senhor que embora se autodenomine “independente”, também era membro da União em Defesa da Moradia e contrário à política da atual gestão da União dos Moradores.

Foi por meio de Dirceu, Vicente, Cristina e Seu José que circulei por Paraisópolis, conheci moradores, líderes comunitários ou não, e pude compreender um pouco da dinâmica interna. Uma maior intimidade com essas pessoas facilitou a coleta de dados para a pesquisa, já que caso necessitasse de informações adicionais, sabia que poderia contar com a ajuda dos membros da União em Defesa da Moradia. Como retribuição também os ajudava, seja com informações jurídicas, seja apenas participando de reuniões como sua apoiadora.

Por outro lado, sempre tive a noção de que a minha identificação política e até afetiva com o grupo da União em Defesa da Moradia, já que inclusive, conheci as famílias de Vicente e Dirceu, poderia incorrer no risco de sair de uma análise sociológica e tentar explicar o meu objeto através de categorias “nativas”. Foi então que decidi procurar Iraci para tentar o contato com outras pessoas que poderiam me ajudar com a construção da minha pesquisa.

Iraci é uma pessoa muito bem relacionada entre as entidades sociais. Por coordenar uma das instituições mais bem avaliadas em Paraisópolis, tem trânsito fácil seja com a União dos Moradores, seja com as inúmeras ONGs ali instaladas. Por sua indicação, além de Cecília, conheci Fernanda e Elisabeth. A primeira é assistente social e uma das principais representantes do Programa Einstein na Comunidade, a maior instituição empresarial com fins filantrópicos em Paraisópolis, nos fóruns institucionais da favela. A segunda é coordenadora também de uma instituição empresarial com fins filantrópicos, a Associação Crescer Sempre, mantida pela seguradora Porto Seguro.

Através das entrevistas com Iraci, Fernanda e Elisabeth, pude acompanhar um pouco o diagrama de relações de filantropia que reconvertem a partir de meados da década de 1990, bem como compreender as relações entre empresas, filantropia e financiamento público.

Para investigar o objeto a que me propus, no entanto, fazia-se necessário a minha entrada na União dos Moradores, já que é por meio dela que empresas como as Casas Bahia, bem como os bancos, se instalaram em

Paraisópolis. A minha relação próxima com a União em Defesa da Moradia, dificultou o acesso. Desde que resolvi alterar o objeto da pesquisa, minha ideia era entrevistar Cláudio, o atual presidente da União dos Moradores. Cláudio é uma figura controversa, em todas as entrevistas que realizei, inclusive aquelas iniciais com os membros do CONSEG Morumbi e Portal do Morumbi, seu nome era citado.

Além disso, Cláudio é uma figura pública de Paraisópolis, está presente em todas as atividades que envolvem algum tipo de publicidade, sempre que alguma empresa inaugura algo na favela é ele quem vai representando a União dos Moradores. Do mesmo modo, é sempre através dele que se fecham as parcerias com governos ou figuras públicas. Há sempre uma “celebridade” em Paraisópolis a ser recepcionada por Claudio, além de deputados, prefeitos, governadores e até presidente.

Tentei por várias vezes entrevistá-lo. Expliquei-lhe que meu objeto de pesquisa era as fronteiras do mercado, a expansão do mercado como gestão da ordem. Falei que sabia das parcerias da União dos Moradores com empresas e de sua atuação forte na área de comércio. Falei também um pouco da trajetória da minha pesquisa, quem tinha entrevistado até então e perguntei se ele tinha disponibilidade para uma conversa sobre a questão da expansão do mercado em Paraisópolis e novas lógicas de empreendedorismo.

Da primeira vez que lhe escrevi, Claudio me respondeu que poderíamos marcar quando eu quisesse. Entrei em contato novamente para tentar marcar a entrevista, mas desde então não obtive respostas. Todas as demais mensagens que lhe enviei não foram respondidas.

Não sei até que ponto a recusa de Claudio em me responder está relacionada com o fato de eu ter uma relação próxima com o grupo de moradores que participa da União em Defesa da Moradia e que se opõe ao seu modo de atuação na União dos Moradores. O que eu soube por outros moradores e especialmente por Cristina é que várias pessoas já tinham tentado sem sucesso marcar uma reunião com ele.

Diante da dificuldade em entrar em contato com Cláudio, resolvi encontrar outros meios de entrar na União dos Moradores. Em uma das reuniões da Multientidades, em meados de 2012, conheci um dos secretários da União dos Moradores, de nome Augusto. Augusto não mora em Paraisópolis, trabalha como secretário e recebe salário, é um empregado contratado. Na reunião em questão, conversamos sobre várias coisas, inclusive a minha pesquisa. Ele se interessou pelo tema, dizendo, inclusive, que queria ler o trabalho quando pronto. Foi através de Augusto que fui apresentada e conheci Antônio, vice-presidente da União dos Moradores e coordenador de comunicação. Antônio edita o jornal mantido pela União dos Moradores, cuida do site paraisopolis.org e das mídias sociais.

Acredito que por trabalhar com informação e comunicação interna na União dos Moradores, Antônio já teve contato com outros pesquisadores e outras pessoas de fora que tinham interesse em conhecer Paraisópolis. Na tentativa de criar uma proximidade, adicionei-o no “facebook”, por onde recebia convites dos eventos realizados pela União, até que decidi marcar uma entrevista.

Dos membros da diretoria da atual gestão da União dos Moradores, Antônio foi o único com quem consegui marcar uma entrevista, sendo que com as demais pessoas, apenas tive conversas informais. Antônio respondeu a todas as perguntas que lhe fiz, soube que eu estava há quase dois anos ali realizando a minha pesquisa, se dispôs a me dar informações adicionais caso eu precisasse, mas não ensaiou uma aproximação maior.

Como se pode perceber, a minha entrada e “aceitação” na favela não se deu maneira uniforme, mas com certeza, a aproximação via União em Defesa da Moradia representou um marco na minha pesquisa de campo. A partir desse momento, o meu trânsito pela favela, seja territorialmente, seja na abordagem das pessoas se tornou mais fácil, já que eu não era uma completa estranha, poderia falar que era conhecida de Dirceu, Vicente, Cristina, lideranças que pelo seu histórico, eram muito respeitadas internamente. Assim, se eles gostavam de mim, embora não fosse regra, os moradores acabavam ficando mais seguros para falar comigo.

Embora em certo sentido se possa dizer que a minha participação próxima a um grupo possa comprometer a objetividade da pesquisa, acredito que a proximidade que tive com a União em Defesa da Moradia tornou a realização da pesquisa de campo, que para mim era muito difícil, já que tive de sair muitas vezes correndo do trabalho e ainda encarar quase duas horas de ônibus para chegar em Paraisópolis, uma atividade prazerosa, em razão do relacionamento que pude estabelecer com as pessoas.

Nesse sentido, Marcio Goldmam (2005), ao revisitar a obra de Favret-Saada, nos lembra que com o tempo, não mensurável em parâmetros quantitativos, os etnógrafos podem ser afetados pelas complexas relações com que se deparam no campo, que envolvem também a sua própria percepção desses afetos. E deixando-se envolver pelas forças que afetam os demais, pode-se estabelecer uma relação muito mais complexa do que uma simples troca verbal.

Favret-Saada (2005), por sua vez, nos diz que quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não significa identificar-se com o ponto de vista nativo e, tampouco tem a ver com uma operação de conhecimento por empatia. Ao contrário, deixar-se ser afetado, supõe que se assuma o risco de ver o seu projeto de conhecimento se desfazer.

Assim, ao longo de todo o trabalho, pude perceber as diferenças que se deram na minha relação com os pesquisados e com a própria pesquisa. Ao me deixar “ser afetada” pelas experiências do campo e ao estabelecer uma relação de alteridade com os pesquisados, construída pelo reconhecimento das diferenças e pela construção de afinidades, para além da mera obtenções de informações para a pesquisa.

1.3. Construção do objeto

A escolha de Paraisópolis como objeto de pesquisa se dá em razão de suas peculiaridades, pois se trata de uma das maiores favela da cidade de São Paulo, incrustada no coração rico e globalizado, o vetor sudoeste. A realização do trabalho de campo no local, foi uma tentativa de,

através da análise de trajetórias urbanas, tais como história pessoal, percursos habitacionais e ocupacionais, assim como os deslocamentos, reconstruir as transformações dos chamados “*territórios da pobreza*”, que em um curto espaço de tempo, passam a ser um grande mercado em expansão.

Através das histórias de vidas e das experiências pessoais dos entrevistados, o pesquisador pode compreender as conexões temporais e espaciais nas quais se desenrolam as tramas sociais. Como mostra Vera Telles (2006) os percursos e circuitos dos indivíduos, fazem o traçado do território, por meio das conexões que articulam campos de práticas, bem como da conjugação com outros pontos de referência que conformam o social, que é o que interessa ao investigador reconstituir. Os territórios, ainda segundo Telles, não tem fronteiras fixas e desenham, diagramas muito diferenciados de relações conforme as regiões da cidade, as situações de vidas e os tempos sociais cifrados em seus espaços.

Desse modo, o que se pretende é decifrar a vida urbana e as recentes transformações ocorridas em Paraisópolis – o que possibilitou a entrada de bancos, grandes redes varejistas, agências de viagens, dentre outros equipamentos de comércio, ao mesmo tempo em que se reconfigurou as formas de intervenção social e urbana, cada vez mais pautadas por mecanismos de mercado – através dos espaços e circuitos por onde as histórias, as trajetórias de vida transcorrem. Daí a preferência por um princípio narrativo, no qual são descritas as histórias e os espaços.

Para tanto, decidiu-se como estratégia de narração, a montagem de cenas descritivas, a partir das quais se pretende refazer os traçados das transformações sociais. Tentou-se buscar, ao longo das entrevistas, pôr em evidência duas gerações, que correspondem também a dois ciclos urbanos. As narrativas e experiências dos entrevistados, permite fazer um paralelo, entre aqueles que chegaram ainda na década de 1970 e início da década de 1980 e que participaram das lutas sociais que impediram a remoção da favela e que são mais reticentes às recentes transformações e aqueles que chegaram na década de 1990 e se confrontaram com os tempos de trabalho incerto, e que talvez por tal motivo, possuem forte atração ao discurso do empreendedorismo e aos novos mercados de consumo.

Aqui, voltando ao argumento de Telles (2006), as histórias se cruzam e entrecruzam na dinâmica da produção dos espaços e territórios. O que se pretende, então, é seguir os fios dessa trama, por meio dos percursos dos entrevistados, que tornam visíveis práticas urbanas em mutação. Tentar compreender as reconfigurações das associações locais, ONGs e associações de moradores, que se transformam em gestores sociais, substituindo a gramática dos movimentos sociais por uma gramática empresarial, da gestão de projetos e parcerias.

Pretende-se também, seguir os traçados dos movimentos que redefinem os espaços e os circuitos das práticas urbanas com a chegada de equipamentos de consumo, bancos, cartão de crédito, assim como as políticas de urbanização da favela, fazendo com que os chamados “territórios da pobreza” passem cada vez mais a fazer parte dos circuitos de mercado, o que gera impacto na própria produção do espaço urbano.

Optou-se, portanto, por mostrar alguns indícios para tentar compreender os sentidos das recentes mudanças, por meio de narrativas dos personagens que participaram e estão fazendo essa transformação. Muitos participaram ativamente em movimentos sociais, com a promessa de uma autonomia popular e sua própria história de vida é um relato das transformações da favela; outros são personagens que chegaram junto com as reconversões políticas e sociais que pretendo analisar nos próximos capítulos. Suas trajetórias põe em evidência as mudanças em curso com as consolidação de novos dispositivos de gestão da pobreza, sob a lógica da governamentalidade (Foucault, 2006) – gestão das populações sob o primado da “condução das condutas”.

No próximo capítulo, pretende-se colocar em perspectiva três modelos de entidades: o Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis, um projeto social ligado a empresa, no caso o Hospital Albert Einstein, a União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis, uma associação de representação dos moradores constituída na década de 1980 e a União do Movimento em Defesa da Moradia, uma entidade que ainda luta para se constituir formalmente. A proposta é seguir os fios dos emaranhados institucionais para tentar flagrar as mudanças da questão social, colocando

no centro da questão a reconfiguração das organizações civis e associações de moradores.

Ressalta-se que ao longo de todo esse trabalho não há certezas ou conclusões fechadas. O objeto da pesquisa é algo que está em constante mutação, o que leva a novas questões que certamente não poderão ser respondidas neste trabalho.

Capítulo 2: Associativismo popular a profissionalização da filantropia: do militante ao empreendedor social

2.1. Profissionalização da filantropia – o exemplo do Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis.

Paraisópolis é uma área de ocupação ilegal de população de baixa renda e contígua, geograficamente, a uma das regiões mais ricas da cidade. Uma das consequências das peculiaridades do seu desenvolvimento e da sua localização é a proliferação de ações sociais e filantrópicas. Segundo informações obtidas pelos coordenadores de alguns dos projetos ali instalados, hoje existem aproximadamente sessenta instituições constituídas juridicamente que atuam dentro da favela. Muitas dessas entidades recebem financiamento público e de empresas e atuam em diversos segmentos, desde reforço escolar até terapias holísticas, passando por cursos de inglês, informática, aulas de violão, capoeira, dentre outros.

Trata-se de um local de filantropia antiga. Desde a intensificação do processo de ocupação da área, por volta dos anos 1960, já era possível encontrar instituições filantrópicas na região. O primeiro movimento em direção a essa rede de instituições que marcam o modelo de intervenção social e urbano no qual o importante é governar a pobreza, foi a chegada na favela das chamadas “obras sociais” do Mosteiro São Geraldo¹³. Ligado à igreja católica, sua entrada se deu através de um programa de catequização, por meio da paróquia de São Geraldo, no Morumbi, em 1964.

O que começou com um grupo de orações realizado nos quintais de algumas famílias que cediam os espaços, ao longo dos anos cresceu e diversificou a sua atuação. Após conseguir um galpão de madeira para realizar as suas atividades, o mosteiro passou também a realizar trabalhos assistenciais. O primeiro desses trabalhos foi o de organizar

¹³ Segundo a descrição do próprio site, o Mosteiro São Geraldo é uma “associação civil de natureza confessional, beneficente, filantrópica e sem fins lucrativos, de caráter educacional e de assistência social”, cuja finalidade é promover atividades de ensino, culturais, beneficentes, filantrópicas e de assistência social. Disponível em: <http://www.msg.org.br>, acessado em 13 de setembro de 2013.

mulheres, em uma espécie de projeto, denominado “segunda mãe”, no qual aquelas que trabalhavam e não tinham como deixar crianças pequenas sozinhas em casa, juntavam-se e buscavam uma outra para tomar conta dos seus filhos. Quem cuidava recebia uma ajuda de custo das próprias mães e, uma assistente social contratada pelo mosteiro, reunia essas segundas mães, que iam ao galpão do mosteiro duas vezes por semana, para receber treinamento de como cuidar da criança em casa e também sobre questões pedagógicas.

Mas é com a expansão dos projetos filantrópicos e sociais, cada vez mais incentivados por governos e organismos públicos, através de parcerias realizadas, que veem nessas instituições uma saída para a pobreza e desemprego crescentes que as atividades do mosteiro se expandiram. Primeiro veio a construção de uma creche, depois as atividades de reforço escolar. Mas foi somente após a igreja, sua mantenedora, receber financiamento da Alemanha para construir um prédio, que possibilitou o seu real crescimento, com a ampliação do atendimento que hoje chega a 700 crianças. Atualmente, conta com um grande complexo, os chamados Centro de Educação Infantil Santa Escolástica, mantido pelo próprio Mosteiro São Geraldo, o Centro para Crianças e Adolescentes de Paraisópolis e o Centro para Juventude de Paraisópolis, conveniados com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do município de São Paulo e um plantão social, onde além da creche, também realiza atividades ligadas à educação infantil, atendimento médico, odontológico, terapêutico, dentre outras coisas.

Apesar da expansão e da diversificação da atuação, bem como as parcerias firmadas, as atividades realizadas e mantidas pelo Mosteiro São Geraldo se inserem em um modelo filantrópico tradicional, no qual a assistência social é o grande pilar de suas ações. Ao longo dos últimos anos, no entanto, algo parece estar se reconfigurando na paisagem local, fazendo com que o diagrama das relações de poder e de intervenção social se altere, com a entrada de mecanismos pautados por critérios de mercado, mudando a forma de se fazer filantropia e de se governar a pobreza.

Nesse contexto, os anos 1990 é tido como um ponto de virada, que vai inaugurar um novo modelo de filantropia, a partir de um quadro social e econômico de aumento do desemprego e do trabalho precário, com a dissolução de laços e das representações. Como mostra Magalhães Jr (2006), é em meados da década de 1990, que se inicia um importante processo no qual as instituições filantrópicas se convertem à pragmática do chamado empreendedorismo social, no qual as entidades passam a ter um perfil técnico de gestão de projetos.

A rede de relações institucionais que envolve a atuação de parte das instituições presentes em Paraisópolis possui várias conexões, por meio de relações de financiamento, parceria, dentre outras. Nesse sentido, o exemplo mais bem acabado de entidade social baseada em critérios técnicos de excelência é o Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis (PECP), mantido pelo Hospital Albert Einstein. O PECP é visto como projeto modelo na área de filantropia empresarial e chega a atender até dez mil crianças em seu atendimento ambulatorial. O programa surgiu em 1997, como iniciativa do Instituto de Responsabilidade Social do Hospital Albert Einstein¹⁴. Isso se dá, pois desde a sua fundação, o Hospital Albert Einstein é uma sociedade beneficente e, como tal, goza de direitos e prerrogativas previstas nas leis que regulam as sociedades beneficentes, especialmente isenções fiscais e de seguridade social. Para manter esse status, no entanto, o Hospital precisa dar uma contrapartida social.

Antes da criação do PECP, essa contrapartida social era limitada ao atendimento de crianças de baixa renda do entorno, na pediatria assistencial localizada no próprio hospital. E foi através desse trabalho com as crianças da região que se verificou que a maioria delas, retornavam ao hospital com os mesmos problemas. É nesse contexto que vai aparecer, a partir do departamento de voluntariado do hospital, a ideia de criar um programa de prevenção dentro do próprio território no qual essas crianças vivem, para que pudessem ser acompanhadas com regularidades. A escolha

¹⁴ Mais detalhes sobre a história do Hospital Albert Einstein e a sua relação com a filantropia, ver em Sklair Correa (2009).

do local foi feita tendo como estratégia o território. Paraisópolis era a favela mais próxima do hospital e também de onde vinha a maior parte das crianças atendidas, o que culminou com a criação do ambulatório e um projeto de saúde preventiva. Surgia assim o PECP.

Como a estratégia era montar um projeto relacionado à saúde preventiva, com base no território, foi montada uma pesquisa de medicina sanitária para tentar pensar o território, onde se dava a maior incidência das doenças, realizando uma espécie de diagnóstico da comunidade, que contou com a participação de sanitaristas, pediatras, enfermeiros, assistentes sociais e voluntários. Foi nessa época, por meio da pesquisa realizada pelo próprio Einstein, que se mapeou a população de Paraisópolis, dividindo a favela nas regiões que se conhecem hoje e que servem de referência para o próprio projeto de urbanização: Centro, Antonico, Brejo, Grotinho e Grotão.

Para a realização da pesquisa, o Einstein contratou uma instituição especializada em consultoria e análise de território, que posteriormente viria a prestar serviços para a Secretaria de Habitação no próprio projeto de urbanização de Paraisópolis, para pensar quais eram as ações mais importantes a serem implementadas naquele momento. Para a instrumentalização da pesquisa, o Einstein contratou moradores da favela, que atuavam pesquisadores e desenvolviam um trabalho de diagnóstico socioeconômico e institucional, com vistas à implementação dos projetos.

Quando surge o PECP, ainda não existia o Programa de Saúde da Família (PSF), e então, uma das ações implementadas foi a criação de agentes comunitários, no qual os próprios pesquisadores se tornaram agentes comunitários e faziam todo o trabalho de identificar demandas e indicar questões a serem implementadas.

Com a criação do PSF, o programa é obrigado a alterar a sua estrutura de trabalho, continua a fazer atendimento ambulatorial para crianças e programas de saúde preventiva, mas vai se reconfigurando, pois muitas das ações que realizava passa a ser administrada pelo Estado. O PECP passa, então, a ter um programa social e também começa a realizar programas de formação, capacitação das equipes. Do grupo de agentes comunitários, uma parte foi remanejada, outra foi mandada embora e outra

recebeu uma nova nomenclatura, qual seja, de agente de ações comunitárias, diferenciando-se dos agentes da prefeitura, que são os agentes comunitários de saúde.

A partir de 2001, no entanto, há uma mudança em relação a quem intervém. Embora tenha surgido do Instituto de Responsabilidade Social do Hospital Albert Einstein, o PECP tem uma grande identificação com o voluntariado do Einstein, que possui relevante papel tanto na parte de idealização do programa, como também, até meados dos anos 2000, na intervenção. Atuavam no programa, como voluntários, psicólogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais. A partir de 2001, muda-se o próprio modo de fazer filantropia. O diagnóstico interno era o de que era necessária a profissionalização das atividades, para se obter vantagem competitiva e atrair pessoas capacitadas para pensar a responsabilidade social, alinhando a atuação filantrópica aos dispositivos de mercado. Assim, a parte técnica do trabalho desenvolvido pelo PECP, passa a ser realizada por profissionais contratados pelo programa. Os voluntários saem da linha de frente e passam a ser apoio do profissional.

Mais do que referência em filantropia empresarial, o PECP instaura um novo modelo de fazer filantropia, com a profissionalização do trabalho social. Tal mudança é flagrada por Sklair Correa (2009), ao narrar a existência de um redesenho nas práticas filantrópicas, que passam a aliar a ação social aos conceitos e modos de gerenciamento utilizados no meio corporativo. O departamento de voluntariado que atua no PECP passa a adotar as normas do ISO 9001, definindo critérios de avaliação do sistema de gestão e qualidade dos serviços. Isso traz consequências, pois a relação entre o voluntário e o usuário do serviço também passa a ser permeada pela lógica contratual, de empresa, onde o voluntário vê em quem utiliza dos serviços um cliente.

E nesse campo de investimento social realizado pela elite, a filantropia profissionalizada cria uma figura chave nesse emaranhado institucional que atua em Paraisópolis: o empreendedor social. Sklair Correa e Catarina Vianna (2010), descrevem o empreendedor social como o indivíduo que aplica as qualidades do empreendedorismo – arriscar uma ideia nova, aplicar valores como originalidade, dedicação e liderança na

busca de iniciativas dinâmicas e lucrativas – a um projeto social. O empreendedor social, segundo as autoras, aplica a mesma fórmula de atuação do meio empresarial na administração do social.

Fernanda é um dos exemplos dessa figura do empreendedor social. Chegou ao programa a partir dessa mudança de diretriz das atividades do PECP, que possui relação com a própria reconfiguração das relações da filantropia. Formada em serviço social pela PUC/SP em 1996, possui experiência em trabalho em grupo, trabalhou em hospital público, ONGs, redes. Em 2001, o PECP abriu processo seletivo para assistente social com formação com trabalhos em grupos e que desenvolvesse ações nesse sentido. Com origem de uma família pobre de migrantes nordestinos da periferia da Zona Norte, Fernanda, no entanto, nunca tinha trabalhado em favela. Na conversa que tivemos, contou-me que na época da seleção, encontrava-se empregada, mas resolveu sair do antigo emprego para enfrentar o desafio de trabalhar na então segunda maior favela da cidade de São Paulo.

Quando chegou, era o início da implantação de muitos dos programas, com formação de uma equipe de profissionais, não mais vindos do programa de voluntariado do Einstein. Além disso, as mudanças na lei de filantropia, alterou o escopo de muitas atividades do programa, que passa a ter outros formatos e outros critérios, para se adequar à demanda por profissionalização.

Na época em que Fernanda entrou no programa, o PECP atendia crianças apenas de um território circunscrito, havia um mapa e quem estava fora dele não poderia ser atendido. Com as mudanças recentes da lei de filantropia, especialmente com a aprovação da Lei nº 12.101/2009, há uma alteração sobre o que é filantropia e quais os critérios para a certificação das entidades beneficentes de assistência social, o que traz consequências para as ações.

Hoje, o PECP, atende em caráter de especialidade, várias unidades de saúde do entorno, pois o ambulatório se referencia à Secretaria Municipal de Saúde. O programa possui duas frentes, o ambulatório e o Centro de Promoção e Atenção à Saúde (CPAS), que trabalha as questões sociais que incidem sobre a saúde. Atualmente Fernanda é responsável

técnica pela área de serviço social do CPAS. Seu trabalho está ligado às ações educativas, de relação com a comunidade, discussão de questões relacionadas à saúde. Dentro do setor onde trabalha, há um centro de convivência, uma área de capacitação profissional, trabalho e geração de renda, área de atendimento, que é área de plantão, na qual atende mulheres vítimas de violência, área de educação, esportes, atendimento à adolescentes, aulas de dança, violão, capoeira, trabalhos manuais, etc.

Fernanda relata que as atividades do CPAS se alteram muito ao longo dos doze anos de trabalho que desenvolve junto ao PECP, pois muitas das crianças que atendiam no começo do programa, hoje são jovens e adultos, fazendo com que se alterasse as atividades, com a ampliação daquelas relacionadas a arte e cultura, faixa etária e configuração do serviço de educação, área de geração de trabalho, em razão das mudanças ocorridas na própria favela.

A fama do trabalho realizado pelo PECP extrapola as fronteiras de Paraisópolis. E para o próprio programa, é bom que isso aconteça. O PECP recebe verbas de patrocinadores, do Ministério da Saúde e de leis de incentivo e para que as parcerias aconteçam o marketing positivo, por meio do reconhecimento da qualidade dos serviços oferecidos ajuda muito.

Carlos é morador de Paraisópolis, tem trinta e três anos e vive na favela desde os onze. Trata-se de uma pessoa muito bem informada das questões internas, já que há quatro anos mantém um jornal mensal, no qual trabalha sozinho, o que o obriga a se manter atento a respeito de tudo o que acontece em Paraisópolis. Embora seja crítico ao desempenho de muitas das ONGs que atuam internamente, ao falar dessas instituições, nem titubeia em dizer que o Einstein, ao contrário da maioria, é referência no atendimento. Carlos me explica que:

“As ONGs que você vê funcionando pode perguntar para qualquer morador. O Einstein, ele é referencia, o pessoal que tem um filho lá agradece muito. Meu filho faz capoeira lá, tem dança, música, tem o lado da assistência social, da assistência cultural. Tem peça de teatro, apresentação de música, isso sem falar no lado da saúde. O pessoal que tem um filho matriculado lá gosta muito, se sente privilegiado. Quem fala que o filho está

lá tem orgulho, pois o tratamento pediátrico é muito bom, eles dão assistência mesmo, negócio de qualidade.”

Pode-se dizer que mais do que qualidade dos serviços oferecidos, o PECP é referência da chamada “era dos projetos e parcerias” e seu modelo de gestão vai influenciar não só as entidades filantrópicas e assistenciais, como também as entidades representativas. Nesse sentido, a qualidade dos serviços faz parte também do marketing dessa nova política das entidades sociais, que têm a necessidade de vender projetos, fazendo dos serviços uma marca do “produto” a ser vendido.

Fernanda também compreende muito bem essas mudanças que convertem as entidades filantrópicas à pragmática do empreendedorismo social, mas seu discurso é ambíguo. E essa ambiguidade advém da contradição entre sua história de vida, das pesquisas que realiza na universidade como mestranda de serviço social na PUC/SP, que ela ressalta possuir um viés “crítico” e a sua atuação como membro de uma instituição que vê em suas ações de responsabilidade social, uma estratégia de agregação de valor de mercado.

Em sua fala, ressalta a quase todo o momento a questão da “relação com a comunidade”. Disse-me que no início, o PECP estava mais próximo da comunidade, havia uma maior articulação e um maior envolvimento e uma maior presença nas questões internas, mas na medida em que vai se profissionalizando, a presença vai ganhando outros formatos. Por muito tempo, o PECP participou de seminários sobre a urbanização, do conselho da urbanização, mas em um outro momento se entendeu que não mais era importante estar nessa linha de frente, e nesse momento já não tem uma presença tão forte. Fernanda ressalta que participação é uma conquista, que é importante estar junto, mas que muitas vezes há uma limitação da própria instituição. Há uma intensificação do trabalho, tem os projetos em disputa, os objetivos profissionais, mas também tem as pressões de produtividade, o pragmatismo, o que determina o quanto avanço, o quanto recua e contradiz muito a uma proposta de protagonismo social, dos diálogos e debates que precisam ser feitos. Há sempre um tensionamento, que segundo ela, é uma questão de diretriz institucional em alguma medida, mas também do movimento das coisas.

Ao me relatar a proliferação das inúmeras instituições que instalam em Paraisópolis a partir de meados dos anos 1990, convertidas a uma gramática do empreendedorismo social, Fernanda faz algumas ressalvas. Nesse ponto, ela inclusive chega a fazer uma crítica a atuação de dessas instituições ao declarar que:

“Eu sempre falo isso, Paraisópolis tem suas questões que a particularizam em relação às demais comunidades, essa coisa de ter um entorno rico, eu acho que trouxe algumas características para Paraisópolis, muita gente não concorda, polemiza, acho que é uma questão de debate, que eu entendo importante que seja discutida em um debate, mas essa coisa de ter uma assistência, em um sentido assistencialista, por parte de muitas organizações, essa coisa de existir uns personagens que adotam a comunidade, que fazem um bem pela comunidade, eu não entendo isso como algo apenas positivo, do meu ponto de vista, acho inclusive que é negativo. As organizações, o boom das organizações, acho que tem várias questões. Tem uma ascensão do terceiro setor de um modo geral, um boom das ONGs na década de 1990, que depois vão ganhando outras formas em 2000 e que agora também já estão dentro de um outro desenho, que é um movimento que não sou especialista, mas percebo porque vivo nele, Paraisópolis tem uma coisa assim de vitrine, tem muito interesse exploratório, tem muita gente que vem para cá faz pesquisa, faz isso, faz aquilo e não devolve para a comunidade. Mesmo a presença do Estado, é como se não fosse um direito ter um serviço de saúde, escola, é pouco debatido com a população a questão da luta e da conquista daquele recurso, daquele serviço como direito. Eu acho que tem a ver com essa história de estar nesse entorno, com essa dinâmica, com essa assistência, muita ONG, muito isso, muito aquilo. Não sei, não tenho convencimento da minha própria fala, mas é que fica aparecendo. Eu acho que tem muitas coisas boas, muitas coisas importantes, Paraisópolis nos últimos anos teve um

desenvolvimento, a gente percebe isso através da questão da cultura, especialmente por parte dos jovens, a conquista da construção das escolas, que sempre foi uma demanda desde o início dos anos 1990, é uma população muito jovem, que não tinha até poucos anos atrás os equipamentos. Então, essa conquista, as articulações das organizações, o levantamento da demandas, esse debate. Paraisópolis tem as as suas próprias potencialidades, que tem a ver com as características das pessoas que moram aqui, uma certa criatividade, um empreendedorismo, Paraisópolis tem milhares de salão de beleza, comércio super intenso, uma série de coisas que é muito forte aqui e que eu acho que é muito forte de fora para dentro também, todo mundo quer vir para cá, Casas Bahia, bancos, porque aqui é uma fonte importante de mercado das classes populares e de consumo.”

O discurso de Fernanda mostra, na verdade, as ambivalências das dinâmicas das organizações populares e entidades sociais, transformadas em gestoras de projetos. É exatamente o que constatou Magalhães Jr (2006), ao demonstrar que as entidades sociais, atualmente, fazem intermediação entre as demandas locais e os poderes políticos para a implementação de programas sociais, fazendo com que o terceiro setor passe a compor a paisagem local e sobretudo a gramática política das lideranças populares. Há um deslocamento da perspectiva universalista dos direitos sociais para as formas contemporâneas de gestão da pobreza. Em vez de luta política por direitos, parcerias e convênios, gestão de projetos e capacitação técnica dão a tônica da ação dos agentes sociais.

A fala de Fernanda não escapa desse movimento, pois a despeito de sua visão crítica das entidades sociais e de seu baixo poder de mobilização em relação à própria população da favela, para reivindicação de seus direitos e de participação na vida cotidiana, acha importante as parcerias, os convênios e os recursos trazidos para dentro da favela.

Essa ambivalência se mostra presente, de forma mais sutil ou mais intensa, em todos os discursos de representantes de entidades em que tive contato para realizar a pesquisa, daqueles que trabalham em projetos de

responsabilidade social de empresas aos que tentam criar a sua própria instituição sob o argumento de que pretendem construir modelo diferente do que está posto, o que mostra a força desse modelo de governo da pobreza.

2.2. O empreendedor social e suas ambivalências

Como visto no item anterior, embora Paraisópolis seja um local que desde a sua constituição conviveu com inúmeros projetos filantrópicos, a novidade inaugurada em meados dos anos 1990 é que, a partir de então, as chamadas organizações sociais parecem convergir para um modelo no qual o que importa são prêmios de excelência em projetos sociais e parcerias com empresas e governos. Para uma tentativa de aprofundamento desta reconversão, optou-se aqui colocar em evidência a trajetória de uma empreendedora social, na qual se entrelaça com a história de uma das entidades empresariais que atuam na favela, o Espaço Esportivo e Cultural BM&FBovespa.

O Espaço Esportivo e Cultural BM&FBovespa surge em 2003, por uma iniciativa pessoal do presidente da bolsa de valores, com a ideia de ser apenas um espaço esportivo no qual as crianças da favela pudessem ter aulas de tênis e futebol. Até 2007, o espaço contava apenas com professores, não havia coordenação ou área administrativa, sendo que todos os problemas, seja financeiro, de manutenção ou administração, eram tratados diretamente com o presidente da bolsa.

Em 2007, com a criação do Instituto BM&FBovespa, uma associação sem fins lucrativos, cuja finalidade é integrar e coordenar os projetos de investimento social da BM&FBovespa, o espaço esportivo de Paraisópolis passa a ser visto como um projeto institucional. Em 2008, com a fusão da BM&F e da Bovespa, o instituto passa a receber um aporte específico de dinheiro para a viabilização do projetos sociais, que vai contribuir para a completa institucionalização do Espaço Esportivo.

Iraci chega em Paraisópolis para trabalhar no projeto da bolsa em 2007, trazida pelos ventos de mudança com a profissionalização das atividades. Com larga experiência em entidades do terceiro setor, trouxe uma proposta de projeto a ser implantada, que foi aprovada pelo presidente e,

assim, passou a ser coordenadora do Espaço.

A sua trajetória pessoal se insere na história de uma reconversão, seguindo os mesmos caminhos das práticas associativas. Filha de uma família de classe média da região do Campo Limpo, zona sul de São Paulo, sua inserção na vida política se dá através do movimento estudantil. Psicóloga de formação, Iraci estudou na OSEC, atual Unisa, onde, a partir das relações que construiu na gestão do diretório acadêmico, entrou em contato com o movimento estudantil uspiano e chegou a participar do célebre congresso da UNE de 1979, em Salvador, no qual a entidade foi reconstruída, após anos de clandestinidade ao longo da ditadura militar.

Além da militância política no movimento estudantil, sua trajetória está intimamente ligada aos movimentos culturais da zona sul de São Paulo. Seu pai tinha forte relação com a música e com o cinema, o primeiro marido é artista plástico, um de seus cinco irmãos realiza um dos saraus mais movimentados da zona sul e articula boa parte do movimento cultural da região e o atual marido é poeta.

Apesar da identificação com a esquerda do movimento estudantil nunca esteve na linha de frente das ações. Como estudava em uma universidade particular e precisava pagar seus estudos, ainda na faculdade, foi trabalhar como educadora em uma escola para crianças portadoras de deficiência da prefeitura de Osasco, o que considera a sua primeira experiência profissional na área social e na qual permaneceu ao longo de oito anos. Ao falar de sua experiência na prefeitura, Iraci conta que sempre foi muito interessada na sua profissão de educadora:

“Na prefeitura, eu, logo depois fui ser gestora de uma EMEI, fiquei um período lá, e aí, assim, a educação foi tomando conta, fui estudando muito. Todos os meus trabalhos, os meus cursos, todos nessa área e aí a psicologia clinica ficou lá no passado. Montei até uma clinica, uma escola por um tempo, mas nao... era dificil de manter, entao eu tinha que trabalhar com um emprego mais regular. Depois disso, fui trabalhar na prefeitura de sao Sao Paulo, fui ser diretora de creche.”

Em São Paulo, Iraci vai coordenar uma creche da prefeitura

considerada modelo. Ela fala do reconhecimento do seu trabalho, das pessoas que vinham de outros lugares para conhecer o desenvolvimento das atividades desenvolvidas. Ao relatar o seu trabalho na prefeitura de São Paulo, Iraci já mostra sua posição de empreendedora social, ao implementar transformações na prestação dos serviços, como os programas de capacitação dos educadores, que acompanhava pessoalmente, até as bibliotecas da USP em busca de um aprimoramento da gestão.

Mas como era contratada sem ter sido admitida em concurso público, em 1994, na gestão de Paulo Maluf na prefeitura de São Paulo, apesar do trabalho que realizava ter sido considerado modelo, Iraci foi demitida. Desiludida com as contingências eleitorais, que tornava precária a sua situação no serviço público, resolve por meio dos contatos que conseguiu ao longo de vários anos como diretora de creche, buscar trabalho em instituições do chamado terceiro setor que desenvolviam atividades na área social.

Assim, em 1995, inicia sua trajetória em organizações privadas, cujo trabalho a referenciará, mais de dez anos depois, a coordenar o Espaço Esportivo e Cultural BM&FBovespa em Paraisópolis. Seu primeiro trabalho em uma ONG foi pela Fundação Julita, através do qual chega para coordenar a Casa dos Meninos, no Jardim São Luis. A Casa dos Meninos é uma das mais antigas instituições filantrópicas do Jardim São Luis, cuja fundação remonta aos anos 1960, quando abrigava um orfanato. Foi fechada em fins dos anos 1970 e reaberta na década de 1980, mas dessa vez como externato. Até a chegada de Iraci, no entanto, a casa era gerida sob os fundamentos de uma filantropia tradicional. A sua contratação era para dar novos ares à instituição, modernizando-a através de uma nova linha pedagógica.

Falar sobre a sua experiência de onze anos na coordenação da Casa dos Meninos, no entanto, parece não trazer boas lembranças para Iraci. Sobre a sua trajetória na entidade, ela assim resumiu:

“Aí, em 95, eu entrei numa organização, que é do Jardim São Luís, que se chama Casa dos Meninos. E lá eu construí uma história, que eu acho que é uma referencia, assim, de vida, de coisas que eu fiz, que era uma associação, uma ONG e aí eu

pude, então, ter uma autonomia maior, essa coisa da cultura lá, fomentou, começou a fazer várias coisas, vários grupos, vários cursos. Tinha curso de tudo lá, de violão, de teatro, de cinema, de tudo que aparecesse, a gente tinha... com muita dificuldade, né? Depois a gente acabou ganhando vários prêmios, o Gilberto Gil fez um lançamento lá e foi pessoalmente.(...) É, exatamente, eu entrei pela fundação Julita, que foi o primeiro trabalho dentro de um ONG. Eu trabalhei um tempo no Karitas, também, foi antes disso, aí na fundação Julita e depois fui pra Casa dos Meninos. A casa dos meninos era um pouco isso, uma ONG com milhões de dificuldades que a gente tinha que fazer de dia pra conseguir pagar conta a noite, sabe essas coisas assim, bem difíceis mesmo, muito difíceis.(...) Eu era coordenadora, mas na verdade eu era tudo. Coordenadora, mas tinha uma diretoria, uma diretoria constituída por pessoas da comunidade, assim, sabe aquela diretoria ausente? Então assim, eu acabei assumindo, na verdade, a gestão inteira da casa e nesse processo (aí teve um processo muito interessante), eu vou resumir que me magoa muito, assim, me entristece muito, mas vou contar todas as coisas. Ela veio nesse processo de 95 a 2000, com milhões de dificuldades de uma organização social pobre, pobre, pobre! Eu cheguei lá era um horror, era um espaço muito bonito, um espaço grande, um prédio grande, mas de destruição total. Foi um orfanato, em meados dos anos 70, acho que 72 foi criado e aí esse orfanato, ele ficou até 80 e pouco (eu não me lembro agora, eu sabia essas datas de cor, mas já esqueci muitas coisas, o que não é bom eu esqueço). Aí eu fiquei até 2000 nesse processo árduo e aí a gente conseguiu mudar o espaço, a gente conseguiu pintar, a gente conseguiu articular com empresas.”

Iraci fala com orgulho do novo modelo de gestão que implantou na Casa dos Meninos e que a tirou da situação de quase abandono que se encontrava, inserindo-a no circuito das parcerias, especialmente as privadas

e da formatação de projetos, especialmente na área de cultura, que até hoje é o que a faz permanecer no terceiro setor. A mágoa que sente se refere a um parceiro que cruzou o caminho da Casa dos Meninos em 1999.

Moraes era um antigo militante da oposição sindical metalúrgica, mas quando Iraci o conheceu, era membro de um instituto que tinha um grande trabalho de mapeamento na cidade, através de serviços de processamento e geo-referenciamento de informações. Moraes chega na Casa dos Meninos oferecendo uma parceria para um curso de informática. O que no começo foi uma parceria que rendeu prêmios e visibilidade para a Casa, acabou se tornando uma disputa pelo poder. Iraci começou a bater de frente com Moraes, o que levou a uma grande indisposição com a diretoria e com os educadores, culminando com a sua demissão em 2006.

Mas devido ao know how adquirido nas instituições por que passou, Iraci chega em 2007 a Paraisópolis para trabalhar no espaço esportivo da bolsa de valores, que por conta do seu trabalho, passará a ser denominado Espaço Esportivo e Cultural. Ela chega exatamente no momento em que o espaço havia começado e se institucionalizar. E mais uma vez vai implementar mudanças na gestão de uma entidade social, valendo-se de sua fama de reformadora.

Com a sua chegada, muda-se o conceito da política adotada, de um espaço meramente esportivo, no qual as crianças tinham aulas de futebol e tênis, agrega-se as atividades culturais. Iraci implantou no espaço oficinas culturais e de leitura. Como a sua trajetória foi marcada por atividades educacionais e pedagógicas, queria que as crianças que frequentavam o espaço aprendessem a ler e escrever e que tivessem estímulos à leitura. Para tanto, chegou a mudar a política de ingresso no espaço. Antes de sua chegada, só se aceitava a matrícula de crianças que estavam na escola, o que se alterou durante os anos em que foi coordenadora, pois ciente das dificuldades das necessidades da favela, achava que tal política gerava uma dupla exclusão para os alunos.

Outra marca de sua gestão que quis imprimir entre as entidades sociais que atuam em Paraisópolis foi a de uma participação integrada. Segundo Iraci:

“Uma meta minha era fazer uma integração com as outras organizações, era de partir, de buscar , de estar junto, de ter ações coletivas, de discutir as questões no coletivo, de participar da multientidades, de participar da mostra cultural, de participar da semana das bibliotecas, que eram feitos com outras organizações. Mas era mais uma iniciativa pessoal do que uma iniciativa....algo que alguém dissesse: você tem que fazer isso.”

Embora tenha sido contratada para coordenar o processo de institucionalização do Espaço, com a sua profissionalização, foi exatamente tal processo que a fez abandonar a instituição quase seis anos depois. Suas ideias e seu modo de conduzir a entidade não era muito bem vista pela direção do Instituto mantenedor do Espaço, já que embora possuísse um trabalho técnico, afirma sempre ter buscado modelos mais participativos, o que muitas vezes ia contra os princípios de gestão corporativa da Bovespa. Para Iraci, quando se institucionaliza, passa-se a ter uma série de indicadores nos quais o mais importante é a eficiência e retorno dos investimentos, já que se trata de um investimento privado de uma empresa. Nas suas palavras:

“Mais recentemente temos uma coisa mais institucionalizada, dentro daquilo se é esperado de um investimento privado, eu invisto, mas preciso de avaliação, de indicadores, eu preciso de todas essas coisas para justificar aquilo que eu faço. Para mim, pessoalmente, o que foi mais marcante nessa mudança foi o tipo de coordenação que eles colocaram, que é uma coordenação que só vai atrás dos indicadores, não importa o que você está fazendo, não importa o processo, não importa a criança, nada disso, o que importa é se eu tenho ou não esses indicadores. Esses indicadores não existiam, eles estavam atrás disso, mas atropelando um monte de processo, coisas que a gente vinha fazendo, como vinha fazendo, as exigências não eram claras e coisas assim: eu invisto, aqui é um capital privado e eu invisto como eu quero e onde eu quero, isso que eu não

conseguia entender, até se eles queriam investir em Paraisópolis”.

Parcerias, convênios, capacitação técnica, gestão de projetos fazem parte da pragmática do chamado empreendedorismo social e da trajetória pessoal de Iraci. Pode-se dizer que no léxico desse empreendedorismo, Iraci é tida como uma espécie de “técnica social”, que possui o know how para colocar em prática esse novo modelo de gestão, que inclusive embaralha as referências do que fora esquerda e direita no campo da ação política.

E a despeito de sua formação de esquerda, o que fica evidente em muitas de suas falas e dos argumentos utilizados para fazer a crítica de algumas instituições, há uma ambivalência em seu discurso, cuja melhor definição talvez seja uma frase dita na primeira vez que nos encontramos: *“sou uma militante e tenho aversão à militância”*. Iraci é uma entusiasta de soluções modernizadoras para o social, que passam fora das instâncias do poder do Estado. E por acreditar nisso, desistiu do serviço público e há quase vinte anos se dedica ao trabalho em instituições privadas do terceiro setor. Por outro lado, também não se acostumou à nova era de instituições ligadas à empresas, que segundo ela, confundem administrar uma empresa com administrar o social. Ao se referir ao trabalho das entidades sociais, justifica a sua crítica:

“Os males dessas entidades é transitar entre o assistencialismo, que muitas organizações são assistencialistas e uma outra vertente, que é aquela que acaba se confundindo com empresa, que são associações bancadas pelas empresas, que são geridas por empresas. Elas se confundem, a forma de gerir é como se tivesse administrando uma empresa e ela esquece do social. Você vê características de instituições que vêm com essa cara muito mais organizacional do que uma cara social. E eu acho que tem aquelas que avançam, que se diferem disso, que vão além e que inovam, que não é nem uma coisa nem outra. Ela não tem que ser assistencialista, mas tem que ter esse contexto social, eu acho que ela precisa ter muito definido seus princípios, seus valores, aquilo que ela quer, aquilo que

ela define como importante para ela, independente de onde venha esse dinheiro.”

Para Iraci, os aportes de recursos privados podem garantir autonomia e o bom funcionamento da entidade, desde que não confunda a gestão do social com a gestão de empresas. Segundo ela, quando se inaugura um modelo de gestão empresarial, através da gestão direta de empresas em entidades sociais, a busca por resultados imediatos que se traduza em dividendos para as mantenedoras acaba atropelando os processos em curso. Do mesmo modo, também faz duras críticas ao modelo de financiamento estatal, por achar que o modelo de parcerias com governos engessa a entidade e não traz inovação no campo do social.

Insatisfeita com os rumos do modo de fazer filantropia em Paraisópolis, e com as ingerências de empresas nas entidades sociais, que na sua opinião se deixam levar pelos objetivos empresariais, Iraci resolve deixar, em agosto de 2013, a coordenação do Espaço. Na última vez que conversamos, cerca de um mês e meio após a sua demissão, disse-me que:

“Eu acho que vem mudando o jeito de fazer filantropia em Paraisópolis, eu acho que tem uma característica hoje muito mais imediata, de resultados muito imediatos, então vamos fazer um curso de capacitação, a gente faz durante três meses, o cara sai daqui, bota para trabalhar na padaria e está tudo certo, resolvi a questão social, resolvi a questão da exclusão, mas de uma forma muito linear, sem olhar para o sujeito como um todo e as outras necessidades que ele tem. O que ele precisa é desse resultado, em um tempo pequeno, um investimento pequeno e a garantia de vai ter o cara empregado, no caso de capacitação profissional ou aqueles casos em que ficam na dependência do Estado, que são as organizações que têm convênios com prefeituras e tal e que aí ela tem um modelo para seguir, ela reza aquilo que a prefeitura diz que tem que fazer, aí ela diz que tem de fazer daquele jeito quadrado, aquele jeito que não inova, que não avança, que não transcende. A Cecília tem vários convênios com prefeitura, creches, o CCA, o projeto com jovens. São convênios, ou então tem aqueles

dinheiro que se aplica nesse ano e acaba, e o projeto não se sustenta, não se mantém porque é uma verba que vem para agora.”

Mais adiante, quando lhe disse para fazer um balanço do anos que passou em Paraisópolis, como gestora de uma entidade social, Iraci aumenta o tom da crítica:

“Você me perguntou o que eu vi aí nesses anos, eu vi muitas empresas chegando, eu não vi muitas organizações sendo diferentes, o Einstein do pessoal lá da Bovespa, que são empresas que tem a gestão direta, mas você tem muita parceria, a própria união de moradores tem parceria com várias empresas para projetos pontuais, faz isso, faz aquilo e acabou. Com a própria urbanização, as empresas chegam mais, o fato de Paraisópolis estar dentro do Morumbi é um outro fator que as empresas vêm com tudo, porque é um lugar de fácil acesso, ela não tem que ir lá no meio da favela, atravessar a cidade, na ponta da periferia para fazer isso, ele tem aqui que está ao lado da marginal, das Nações Unidas. Tem também a onda dos voluntariados das empresas que é também uma farsa, um faz de conta. Engana-se as pessoas dos dois lados, vai lá faz um dia e a pessoa tem a ilusão de que ela ajudou a mudar o mundo e mudou porcaria nenhuma. Eu acho que elas vêm investindo porque elas precisam, porque elas têm o capital, elas têm isenções com isso, então ela vai investir cada vez mais, tem esse estímulo, que por um lado é bom, mas por outro fica uma coisa muito tutelada, muito ali, tem que fazer o que a empresa está mandando, o projeto é dela e muitas vezes as organizações se deixam levar pelos objetivos da empresa e não pelos objetivos dela, por isso que eu falo dos valores e princípios que eu acho que tem que estar muito incutido em quem faz, em quem administra uma organização.”

Após a sua saída da coordenação do Espaço, Iraci ainda não pensa em trabalhar em outras entidades sociais. Atualmente está pensando em alguns projetos próprios na área de cultura, alguns deles em parceria com

instituições de Paraisópolis, mas sem nenhum vínculo. Sobre o seu último trabalho ela ainda guarda algumas mágoas. Acredita que o próximo coordenador acabará com o projeto de cultura que implantou no Espaço, já que a BM&FBovespa investe em formação de atletas e trabalhar apenas com esporte lhe trará mais benefícios, ainda mais tendo em vista a proximidade das olimpíadas a serem realizadas no Brasil em 2016. Fez questão de ressaltar, por sua vez, que não mais pretende voltar a trabalhar na área com entidades ligadas à empresa. Ao terminar a conversa, afirmou que:

“Não acredito em empresas, tudo é camuflado de social”.

A trajetória de Iraci nos ajuda a compreender as metamorfoses da gestão do social. O seu percurso nos revela a própria reconversão do modo de se fazer filantropia. Ingressa aos 35 anos em uma entidade de filantropia tradicional, de perfil assistencial, participa ativamente da sua reconversão a um modelo de organização cuja técnica de administração se baseia em parcerias empresariais e prêmios de excelência em projetos sociais e, por seu reconhecido trabalho, é contratada por uma entidade empresarial de responsabilidade social, na qual seria responsável pela profissionalização da área social, com a emergência de técnicas de gestão advindas do meio corporativo.

Sua trajetória também põe em evidência a figura do empreendedor social, que atua com base em critérios técnicos de eficácia, capaz de levar a cabo mudanças no perfil dos programas sociais, com vistas à obtenção de recursos e prêmios de qualidade junto ao setor privado. Iraci deixa evidente esse seu perfil ao contar a sua própria trajetória com o social e, também na recusa de parcerias com o Estado, visto como engessado e não inovador. Ao contrário disso, coloca-se a favor de propostas inovadoras, com impacto na área onde atua. As contradições e ambivalências do seu discurso, advêm muitas vezes do choque entre a sua formação de esquerda e a sua “vocação” empreendedora.

E o modelo de organização baseado em projetos e parcerias, bem como a gestão empresarial do social, não se limita às chamadas entidades sociais do terceiro setor. Trata-se de um padrão no qual convergem, especialmente, as entidades representativas dos moradores, fazendo com que cada vez mais a gramática política do terceiro setor

componha a atuação das lideranças sociais. Em Paraisópolis, talvez o melhor exemplo de reconversão de organização social de base ao léxico do empreendedorismo social, seja a União dos Moradores e do Comércio. Para compreender a sua dinâmica e sua ambivalência, no entanto, faz-se necessário compreender a sua constituição, para poder seguir os fios de sua reconversão.

2.3. União dos Moradores e o novo modelo de associativismo popular – trajetória de uma reconversão em curso

A União dos Moradores foi criada em 1983, com o nome de “União dos Moradores da Favela de Paraisópolis”. Foi a via de entrada para a militância política de muitas das lideranças que se formaram na década de 1980 e que até hoje atuam na favela. Forjada no bojo dos movimentos sociais, surgiu da necessidade de impedir a remoção de Paraisópolis, alvo de constantes tentativas por parte dos governos e do entorno, que queriam a todo custo acabar com a favela. Assim, a União dos Moradores se consolida no cenário político de Paraisópolis, tendo como sua grande pauta a luta pela moradia.

A entidade surge em uma época de uma nova esperança na política, era o período em que “novos atores entram em cena”, para usar a expressão de Eder Sader (1988). Os chamados novos movimentos sociais colocam em evidência a ação política das classe populares, com a formação de um novo sujeito social coletivo, responsável pelo protagonismo da luta pela nova forma de fazer política no Brasil que coloca em evidência os interesses dos pobres das periferias urbanas.

É nesse contexto que foi forjada uma das lideranças fundamentais para a história da União dos Moradores. Cristina veio de Alagoas, como faz questão de ressaltar, de uma cidade vizinha ao quilombo de Palmares, na Serra da Barriga. Chegou em Paraisópolis em 1973. O pai havia vindo antes e em 1973 mandou buscar a esposa e os seis filhos que se instalaram em uma das ruas próximas ao centro, onde vive até hoje. Apesar de ter ficado alguns anos parada por causa do trabalho, Cristina estudou, formou-se em pedagogia em uma faculdade particular, mas durante muitos

anos trabalhou como funcionária pública estadual, prestando serviços em vários órgãos públicos, inclusive na área de RH do palácio do governo do Estado de São Paulo, na Gestão Fleury (1991/1994).

No início dos anos 1980, quando ainda trabalhava em uma creche, Cristina assistiu a uma reintegração de posse promovida pela prefeitura, onde conta que via famílias sendo jogadas na rua embaixo de chuva, sem que pudesse fazer alguma coisa. A partir desse momento, passou a se envolver nas mobilizações contra as remoções e também a ajudar as famílias que perderam as suas casas. Ao longo de tais mobilizações, Cristina diz que compreendeu que era importante se organizar para lutar por moradia. Assim, através de uma das famílias que foi despejada, cuja esposa trabalhava como empregada doméstica, Cristina conhece um casal de advogados, que deu a ideia para que os moradores se organizassem em entidade.

Decididos a levar a ideia da instituição à frente, em 1983, o grupo de moradores, liderados por Cristina, através da assessoria jurídica da Comissão de Direitos Humanos da OAB e da ajuda da Confederação das Associações de Moradores de Favelas e Bairros Periféricos, conseguiu aprovar o estatuto. Era criada assim a União dos Moradores da Favela de Paraisópolis.

Cristina, como muitas das lideranças dos anos 1980, gravitava em torno das comunidades de base da igreja católica. Foi coordenadora da pastoral da juventude e contou com a ajuda de um seminarista do Mosteiro São Geraldo, que atua em Paraisópolis desde meados da década de 1960, para digitar o estatuto da União dos Moradores. Relata que no início, a União dos Moradores tinha uma relação próxima com a igreja, sendo que todas as mobilizações promovidas eram informadas nos horários das missas, o que ajudou para uma maior capilaridade das ações, conferindo-lhe representatividade.

No início, o mandato era de apenas um ano e, conforme os seus relatos, o processo eleitoral se dava da seguinte maneira:

“A eleição começou com um processo lindo, acho que o melhor processo que tinha aqui em São Paulo era o nosso, a comissão organizou o estatuto e colocamos na rua a divulgação, quem quisesse fazer parte da diretoria se inscrevia, não tinha cargo, função... de repente surgiram 30 nomes, colocamos em uma lista e, o morador, dessa lista de 30, poderia escolher 3. Então ele ia nas urnas e escolhia 3, tinha que ser morador da comunidade, apresentar documento, tinha que ser maior de 18 anos, porque na época com 16 anos não poderia votar. Havia várias urnas espalhadas pela comunidade, os mesários eram de fora, de outras comunidades, para não ter fraude. Após a votação, no final do dia nós íamos para o colégio Homero, para fazer apuração, tinha 8, 9 urnas, iam contando os votos e no final iam distribuir os cargos. O mais votado era o presidente, mas isso dependia da vontade da pessoa eleita, era bem democrático, o grupo decidia de acordo com a votação, não tinha briga, não tinha chapa, não tinha essa disputa que tem hoje, que eu acho um absurdo, que termina ficando inimigo, não existia isso. Por muitos anos, no tempo em que eu fui presidente esse era o processo.

Cristina fala ainda sobre as mudanças na eleição e no mandato da União, que, em certa medida, seguem os fios das reconfigurações pelas quais passou a entidade:

“No início o mandato era de um ano só, que é muito curto, mas estávamos em um processo de aprendizagem e queríamos dar chances para outras pessoas. Só que poderia ter dois mandatos consecutivos e fui eleita presidente para 2 mandatos consecutivos. No terceiro fui eleita também, mas não podia ficar, então eu passava para o outro, o segundo mais votado e poderia escolher outra função, como tesoureira, secretaria, etc...ficaria esse período fora e depois poderia voltar. Aconteceu muito isso, até que um dia, uma pessoa da comunidade, que é hoje é pastor na igreja, e queria muito ser presidente mas não

consequia, abriu uma discussão para montar duas chapas. O argumento era o de ensinar as pessoas a votarem em um eleição oficial, saber qual o melhor, escolher qual queria, isso não sei se no final de 80 ou começo da década de 90. Fiquei 10 anos na diretoria e fui eleita presidente acho que umas seis vezes, porque aí alterou o estatuto para gestão de 2 anos, porque tinha muita correria, muitos gastos, imagina fazer as cédulas, xerocar, nós não tínhamos estrutura nenhuma, hoje com os avanços ficou uma maravilha, tem o computador e imprime na hora, a gente não, tinha que fazer tudo no manual praticamente. Aí depois passou para dois anos, até que me afastei por motivo de doença e deixei uma outra pessoa, foi quando colocou o Armando, eu coloquei o Armando lá, isso já faz 15 anos.”

Nos cerca de dez anos que estive à frente da entidade, as mobilizações foram intensas. Além da luta para que o poder público não removesse a favela, estive à frente de movimentações por água, luz, posto de saúde, ônibus, escola, pavimentação de rua, creches. Foram amplas as mobilizações coletivas por água e energia. Cristina foi a liderança que levou um grupo de moradores até o gabinete do prefeito para reivindicar água nas vielas e também organizou a mobilização por taxa mínima de energia. Participou da confederação das mulheres e chegou ir até a Brasília para a votação sobre a Confederação das Associações de Bairro. Era a época na qual os movimentos populares das periferias, como as Uniões de Moradores, pretendiam transformar em reivindicações políticas a situação precária em que viviam.

Mas os tempos mudaram. Junto com as alterações do estatuto da entidade e do sistema eleitoral, vieram novos ventos para a União dos Moradores. Se no seu início as associações de moradores eram a porta de entrada da população das periferias para a luta política por direitos, que articulada por inúmeros movimentos sociais, ocupou a Câmara Municipal, a Assembleia Legislativa e o Palácio do Governo em nome de moradia digna e

direitos básicos para a sobrevivência, em meados da década de 1990, são reconvertidas a gramática do terceiro setor. E com a União dos Moradores de Paraisópolis não foi diferente.

O afastamento de Cristina e a entrada de Armando como presidente da União dos Moradores marca o início da virada. Armando é comerciante, sua loja de material de construção é um dos comércios mais antigos de Paraisópolis. É por meio da gestão de Armando como presidente da União que ocorre a mudança mais significativa na entidade e que daria a tônica dos anos 2000. Em 2003, a União deixa de se chamar União dos Moradores da Favela de Paraisópolis e passa a ser denominada União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis. Retirou-se “favela” para colocar “comércio” no lugar. A justificativa oficial para a mudança é porque a União também representa o comércio, já que quando uma empresa grande quer vir Paraisópolis, em geral ela fala com a União, que nesse sentido tem o papel de facilitar a vinda de novos negócios e também proteger o comércio local.

A mudança ocorrida afastou de vez Cristina da União, já que ela sempre foi contra a alteração. Para ela, quando se fala em comércio, está se falando em fins lucrativos, o que em sua concepção, vai de encontro ao próprio estatuto da associação, que diz claramente se tratar de uma entidade sem fins lucrativos. Mas a alteração foi irreversível. Nessa época, já não tinha força política para enfrentar o grupo de Armando.

Cristina perde o poder e a influência na União dos Moradores, porque suas ideias já não combinam com os novos tempos. Como sugere Telles (2006), sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990, o cenário marcado pelo encolhimento dos recursos públicos, aliado ao aumento da pobreza e da violência, faz com que as associações de moradores se transformem em operadoras das novas formas de gestão da pobreza, no qual a gramática dos movimentos sociais é substituída pela do terceiro setor, redefinindo a paisagem local.

Se com Armando se inicia a transição, é na gestão de Claudio à frente da União que ela se consolidará. Cristina e Armando chegaram em Paraisópolis na década 1970 e, de uma maneira ou de outra, ambos presenciaram a luta pela permanência da favela e pela vinda de

equipamentos públicos em Paraisópolis. Claudio é de outra geração, veio da Bahia e chegou em Paraisópolis já na década de 1990, quando havia uma reconversão em curso. Estudou em uma das escolas da favela, onde organizou um grupo e montou uma chapa para o grêmio estudantil. A partir da experiência com o grêmio, passou a ir em outras escolas incentivando a formação de grêmios estudantis. Na época em que cursava Administração de empresas no Mackenzie, Claudio e o seu grupo conseguiram um empréstimo de um espaço em Paraisópolis para fazer um centro comunitário que era chamado de Espaço Jovem.

E através da atuação no centro comunitário que formou, Claudio começa a participar da União. A sua entrada coincide com a transformação da União dos Moradores em uma “entidade social”, gestora de projetos sociais, na qual a representação dos pobres e a luta política por direitos sociais já não são os principais propósitos da entidade e, pouco a pouco, são substituídas por gestão de projetos sociais e convênios com empresas e governos. Não à toa que o grupo do qual participava entra na União pedindo espaço para realizar cursos, como o de técnicas administrativas e de manutenção de computadores.

Devido a sua atuação na União, Claudio foi chamado para compor a chapa com Armando, como vice-presidente. Eleita a chapa, em pouco tempo Claudio rompeu com Armando e na eleição seguinte foi eleito presidente da União, tendo sido reeleito em 2011. Ao longo dos últimos anos, com as gestões de Armando e, especialmente as de Claudio, a União dos Moradores entra definitivamente na “era dos projetos e parcerias”. E com Cláudio a gramática empresarial entra definitivamente na ordem do dia.

Em 2011, Claudio ganhou a medalha de Mérito Histórico e Cultural da Academia Brasileira de Arte Cultura e História – ABACH, por levar projetos culturais, bancos e empresas para a região. Ao longo de suas gestões chegaram dois bancos em Paraisópolis, uma lotérica e grandes magazines como as Casas Bahia, todos via intermediação da União dos Moradores.

Tentei várias vezes conversar com ele, todas em vão. Claudio se tornou uma espécie de celebridade em Paraisópolis. Em sua página pessoal no “facebook” é possível encontrar as suas fotos com deputados,

prefeitos, governadores, presidentes. Levou vários artistas e esportistas para conhecer Paraisópolis, frequenta vários eventos nos quais participam políticos, empresários e fechou várias parcerias com figuras públicas. Tudo isso lhe deu visibilidade, o que o torna muitas vezes inacessível.

Frustradas as tentativas de falar com Claudio, consegui contato com Antônio, atual vice-presidente da União. Antônio também é entusiasta das mudanças pelas quais a entidade passou a partir da década de 1990. Chegou em Paraisópolis em 1998, em uma fase na qual já não havia mais ameaças de remoção da favela. Como a maioria dos moradores de Paraisópolis, é baiano e veio para São Paulo morar com o pai, que havia chegado anos antes à capital. Assim como Claudio, Antônio também estudou e chegou a se formar. Contou-me que sua vontade de participar da política interna surgiu quando se aproximou do grupo organizado por Claudio, que se reunia para a formação de chapa para o grêmio estudantil. Quando se formou em 2003, esse grupo saiu da escola. Antônio foi para a universidade cursar Ciência da Computação e Claudio, além de cursar Administração, montou com outras pessoas um espaço em Paraisópolis para fazer um centro comunitário que era chamado de Espaço Jovem.

A relação de Antônio com a União se iniciou em 2005, com a vinda de Claudio, que convidou várias lideranças jovens a participar, como voluntário nos finais de semana, para fazer um boletim e criar o site. Do grupo que se formou em 2003, boa parte é da atual diretoria da União dos Moradores. Em 2007, Antônio passou a editar jornal comunitário da União, chamado Espaço do Povo e, em 2008, organizou o site Paraisópolis.org, que reúne as informações sobre a favela e sobre o fórum multientidades.

Segundo Antônio, o perfil da União muda já no final dos anos 1990, quando *“já se tinha a cara de que não ia remover a comunidade. Então, o que vamos brigar agora para ter, falar que era para garantir a permanência de Paraisópolis não dava, porque já estava garantido, agora precisa a mudança da escola, a última escola de lata da cidade, foi tirada daqui de Paraisópolis. Houve uma briga para ter a escola e o que a prefeitura fez? Fez uma escola de lata. Então a briga era a seguinte, agora a gente queria que fizesse escola de verdade, então aí, foi-se brigando por mais coisas. Agora a briga é pelo hospital, mas terminando isso vai ter outra*

coisa”.

Além de exaltar as mudanças ocorridas na União, também faz questão de enumerar os inúmeros projetos e parcerias que trouxeram para Paraisópolis, especialmente os dois maiores: os dois bancos, que fornecem linhas de crédito específico para os comerciantes de Paraisópolis e uma filial das Casas Bahia.

Sobre esse papel mediador da União dos Moradores, entre as empresas que querem se instalar em Paraisópolis e a comunidade, Antônio me explicou que:

“Em 2008, as Casas Bahia nos procurou e falou da intenção de instalar uma unidade aqui e que estava procurando um imóvel. Aí a gente apontou um imóvel que era de uma igreja mórmon e eles compraram. Mas antes disso a gente discutiu com a comunidade, com o comércio local esses impactos, porque ia mudar. Só que quando você põe uma Casas Bahia daquele tamanho gera muita renda, gera muito fluxo de recursos, lá tem uma posto avançado do Bradesco, as pessoas podem ir lá pagar as contas. Isso gera uma demanda por serviços bancários muito grande. Além dos bancos que vieram uns dois anos depois. A Casas Bahia veio primeiro e se instalou em um local regularizado e estratégico da comunidade, que fica a duas quadras da Av. Giovani Gronchi e a duas quadras da rua da feira, ela se posicionou em um local central, que nós indicamos para eles”.

Pela fala de Antônio é possível verificar que é através da União dos Moradores que são feitas as mediações entre todos os agentes que atuam dentro da favela. Pela União dos Moradores são celebrados acordos e parcerias, seja com empresas ou governos. Trata-se de uma instituição com bom trânsito em todas as esferas de governo, bem como no setor privado. Foi por meio de acordos firmados via União dos Moradores que foram instaladas em Paraisópolis agências bancárias do Bradesco e Banco do Brasil e uma lotérica. Ainda no ano de 2013, espera-se a chegada de uma agência do Banco Santander, também através de parceria com a União.

E esse movimento de reconversão das associações populares

cria, como diz Magalhães Júnior, uma “política da visibilidade”, que é quando a necessidade de vender projetos, faz das ações da entidade o seu cartão de visitas, o marketing dessa nova política. No caso da União, talvez o exemplo mais bem acabado dessa política seja o da construção da “Escola do Povo”. Com base nos dados de 2005 divulgados pela Secretária da Habitação (SEHAB) relativos ao projeto de urbanização de Paraisópolis, verificou-se que havia 15 mil analfabetos na favela, o que em número percentuais chegava a cerca de 19% da população. Diante de tais dados, em 2007, a União dos Moradores, inicialmente com o apoio do Rotary Clube do Campo Limpo, criou a Escola do Povo. A proposta da escola é ambiciosa: erradicar o analfabetismo em Paraisópolis até 2014, através da alfabetização de jovens e adultos, que recebem aulas de português, matemática e história.

De acordo com Gohn (2010), ao iniciar suas atividades em 2007, a Escola do Povo contava com 600 alfabetizadoras, 15 coordenadoras, 30 supervisores e 1040 alunos divididos em 52 turmas. Inicialmente as aulas eram dadas na própria sede da União, mas com o seu crescimento as turmas se descentralizaram e as aulas passaram a serem ministradas também nas sedes das inúmeras organizações que atuam em Paraisópolis e muitas vezes nas próprias casas dos voluntários.

A Escola do Povo é o projeto de maior visibilidade da União dos Moradores, seja por causa do seu tamanho, seja por causa da rede de apoios e parcerias que mobiliza. Após a sua criação, a Escola recebe apoio de programas do governo federal como o Programa Brasil Alfabetizado, bem como dos governos estadual e municipal e Banco do Nordeste. Além disso, fechou parcerias com inúmeras empresas como o Carrefour, Casas Bahia, Caixa Econômica Federal e um convênio com o Instituto Mackenzie para vagas no Prouni (Gohn, 2010).

Para a manutenção de um projeto tão ambicioso a União recorre a parcerias com governos e iniciativa privada, sendo que a maior vitrine para a captação de recursos é um leilão realizado anualmente. Somente no leilão de 2010, segundo reportagens divulgadas em jornais e revistas de grande circulação, a Escola do Povo arrecadou quatro milhões de

reais¹⁵. O leilão teve como mestre de cerimônia o jornalista Chico Pinheiro e contou com a presença de personalidades como o cabeleireiro Wanderley Nunes, a ex-primeira dama Marisa Letícia, o empresário Eike Batista, dentre outros, que compareceram no bar da antiga sede da loja Daslu e arrecadou mais de dois milhões de reais com artigos que iam desde uma abotoadura do Agnaldo Rayol até o terno do presidente Lula usado na posse em 2003, passando por uma guitarra assinada por Mick Jagger e camisa da seleção autografada por Kaká, Ronaldo e Pelé. Ao final da cerimônia, Eike Batista dobrou o valor arrecadado, que contabilizou mais de quatro milhões de reais. Os leilões da Escola do Povo se repetem desde então, sempre com a presença de muitas celebridades que doam seus objetos pessoais para arrecadar fundos para o projeto.

Os leilões da Escola do Povo são motivo de disputa política dentro de Paraisópolis. Todas as pessoas com as quais eu conversei ao longo da pesquisa, em algum momento citaram o célebre leilão de 2010, que arrecadou 4 milhões de reais. Os grupos que fazem oposição à atual gestão da União reclamam da falta de transparência acerca da destinação dos valores arrecadados e da própria administração da escola. Na última eleição para a diretoria da União dos Moradores, o assunto Escola do Povo rendeu calorosos debates, chegando inclusive a gerar ameaças aos concorrentes. De todas as críticas que ouvi, a de Cristina foi a mais incisiva. Segundo ela:

“Em nome do pobre, do miserável, se consegue muita coisa, mas o retorno para o miserável eu não vejo. Para você ter ideia, Escola do Povo: em nome dos pobres e analfabetos de Paraisópolis eles conseguiram milhões, foram 4 milhões arrecadados. Mas eu não sei onde tem Escola do Povo, tem um grupo de pessoas que vai para não sei onde, que é tudo mídia, dizer que eles foram alfabetizados, que eles já conseguiu alfabetizar trocentas pessoas. Eu participo de uma entidade aqui no calvário, que estamos tentar montar uma casa para

¹⁵ Fonte: Jornal O Estado de São Paulo e Revista veja. Disponíveis em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,notite-de-r-4-milhoes-para-paraisopolis,596642,0.htm>; <http://vejasp.abril.com.br/materia/leilao-celebridades-eike-batista-quatro-milhoes>, acessado em 03 de outubro de 2013.

idoso e uma época eles foram pedir uma sala para gente para a escola do povo. Eu nunca vi 5 alunos na escola, 6 meses que eles ficaram lá, quando a professora ia, tinha 2, 3 alunos, quando os alunos iam a professora não ia. Nunca vi. E no final eles falam que conseguiram alfabetizar não sei quantas mil pessoas? Para mim isso é mentira. Agora é uma pena que os órgãos públicos não possam fazer vistoria na União dos Moradores, porque esse dinheiro é privado e não público.”

A diretoria da União se defende alegando que todo o dinheiro arrecadado está na conta do Instituto Escola do Povo, gerido pelo cabeleireiro Wanderley Nunes, um dos idealizadores do leilão e que nada passa pela conta da União dos Moradores.

A despeito de todas as polêmicas que envolvem a escola, inclusive a dúvida de sua real existência em função do orçamento que lhe é destinado, já que sequer possui uma sede fixa, o exemplo da Escola do Povo mostra o quanto a União dos Moradores é eficaz nos seus agenciamentos, inclusive em relação às relações políticas que constrói.

E para além da Escola do Povo, os maiores projetos da União são o Ballet Paraisópolis, financiado através do PROAC/ICMS, lei paulista de incentivo à cultura, na qual as empresas que apoiam o projeto abatem o financiamento no ICMS; a Orquestra Paraisópolis que está inscrita no PROAC e também na Lei Rouanet e o Judô Paraisópolis, realizado em parceria com o Instituto Tiago Camilo e que está inscrito na Lei estadual de incentivo ao esporte.

Cada vez mais dependente de parcerias com empresas e governos para gerir seus projetos, a União dos Moradores, assim como as inúmeras entidades que atuam em Paraisópolis, parecem adotar como estratégia de atuação a conciliação ao invés do confronto, o que faz com que muitas vezes pautas controvertidas como a questão da posse da terra seja negligenciada.

Poderíamos dizer, portanto, que esse modelo de organização, fundamentado em parcerias empresariais e prêmios de excelência vinculados a projetos sociais, evoca a noção de “governamentalidade cívica”, tratada por Roy (2009). Para traçar o conceito,

a autora se concentra em organizações populares que buscam construir e gerenciar um regime cívico, sendo que esse regime cívico produz a governamentalização do estado, recriando condições de regra e de cidadania. Nesse sentido, seguindo a ideia de governamentalidade cívica, poderia se dizer que a União dos Moradores, mais do que oferecer serviços, serve como formas de governo e produz espaços governáveis e sujeitos governáveis. Ao fazer isso, ela atua como instituição mediadora. E instituições mediadoras apresentam-se como uma ponte entre o Estado, empresas e movimentos sociais, ou seja, cumprem menos o seu papel para o qual foi criada, o de representação dos interesses da população, para assumir cada vez mais o de intermediária.

Isso é evidente nas ações da União, que ao invés de uma agenda ideológica que marcou a sua fundação e sua atuação até meados dos anos 1990, por meio de engajadas lutas sociais por moradia popular e uma prática política marcadamente de esquerda, ganha espaço uma ação pragmática, baseada em negociações e acordos com governos e empresas, independente do espectro político.

Conforme veremos mais adiante, o exemplo mais bem acabado da estratégia da União é a respeito do processo de urbanização da favela, que se intensificou a partir de 2005 e que pretende remover em torno de 15% da população. A diretoria da União reconhece que a valorização imobiliária advinda com o processo de urbanização pode fazer com que os moradores mais pobres sejam obrigados a deixar a favela, por serem incapazes de arcarem com os novos valores da terra, mas são resignados. Antônio, o vice presidente da entidade, disse-me que não há o que fazer em relação à especulação imobiliária. Sem alternativas, já que excluiu a via do confronto, a União prefere focar a sua estratégia em reivindicações como a do monotrilho ou de um hospital para a favela, pautas quase consensuais e que não implicam em duro enfrentamento com o Estado e agentes privados, ao invés da disputa pela posse da terra. Desse modo, evita a confrontação, ao mesmo tempo em que consegue atrair investimentos públicos e privados por meio de parcerias e convênios.

Isso significa que a lógica empreendedora vinculada a uma gramática política do terceiro setor, perpassa todos os agenciamentos

práticos em Paraisópolis e faz da pobreza um campo de disputa entre o mercado financeiro, o mercado de consumo e os assim chamados “mercadores do bem”, que são os inúmeros projetos filantrópicos que atuam no local, bem como as associações populares, reconvertidas a um chamado empreendedorismo social, cada vez mais regido por técnicas de mercado. Os percursos seguidos acima, especialmente aquele da União dos Moradores, ao menos nos permite pensar, com especial precisão, o modo como esses agenciamentos locais operam na lógica da governamentalização (Foucault, 2006) da população local. É isso que parece estar em jogo nos nexos que articulam a lógica do mercado (e do empreendedorismo) com a gestão ou produção da ordem.

2.3.1 União dos Moradores e as disputas políticas em torno do protagonismo das ações locais

Na história da União dos Moradores, desde a sua fundação em 1983, sempre esteve presente as relações dos seus diretores com personagens da política paulista, que articulam redes de influência dos mais variados escopos e resvalam nas próprias disputas internas em torno do protagonismo das ações locais.

Ao longo dos seus mais de dez anos à frente da União dos Moradores, durante a década de 1980 e início da de 1990, Cristina foi a principal articuladora dos moradores em torno das reivindicações por serviços urbanos, tais como água, luz, posto de saúde, escolas. Esteve sempre na linha de frente das negociações, acionando, inclusive, secretários da prefeitura. Sua atuação junto aos poderes institucionais só foi possível em razão dos contatos políticos que mobilizou.

Embora nunca tenha sido filiada a partidos enquanto esteve na diretoria da entidade, matinha boas relações com vereadores do PMDB. E foi através de um vereador do PMDB que Cristina conseguiu uma audiência com o então prefeito Mario Covas, para tratar da questão da rede de água nas vielas.

Quando saiu da direção da União, Cristina se filiou ao PT. Ela conta que apesar das relações que tinha à frente da União com

parlamentares do PMDB, sempre se identificou politicamente com o Partido dos Trabalhadores, mas a filiação só aconteceu quando conheceu o senador Eduardo Suplicy. Disse que foi procurada por Suplicy para dar algumas informações sobre a favela para um livro que estava escrevendo. Desde então, o senador petista passou a ser sua referência política, tanto que fez questão de afirmar que, na verdade, é “petista suplicista”. É também o político que o grupo do qual faz parte aciona para tratar de questões internas de Paraisópolis.

A relação de políticos petistas com as lideranças sociais de Paraisópolis é antiga. Sucessor de Cristina na União dos Moradores, o PT foi a porta de entrada para a política institucional também para Armando. O perfil de Armando, no entanto, sempre foi muito diferente da sua antecessora. Com características que se assemelhavam a uma liderança populista, seus anos à frente da União dos Moradores foram marcados por uma mediação entre o legal e o ilegal.

Armando, por um lado, sempre manteve boas relações com uma espécie de “justiceiro”¹⁶, de nome Tenório, e que ao longo de muitos anos, exerceu forte liderança na favela, muitas vezes mediante repressão e violência. Por outro lado, também se relacionava muito bem com o poder público e vários dos agentes privados que atuam em Paraisópolis. Suas redes externas de influência eram amplas e envolviam vereadores, partidos políticos e empresários.

¹⁶ A liderança exercida por Tenório decorre do seu modo de atuação, semelhante aos dos justiceiros que começaram a ser conhecidos no final dos anos 1970 e, cujas ações ganharam o noticiário policial principalmente na década de 1980. O justiceiro, como descreve Vera Telles (2010) era um personagem ambíguo, justificava a sua ação geralmente como reação e “revolta” contra a criminalidade local que assustava famílias, moradores, comerciantes. Tratava-se de uma figura que transitava entre a ordem do trabalho e seu avesso. Contava com a cumplicidade e muitas vezes o apoio das populações locais em um misto de respeito e temor. E além da proteção contra os “bandidos” do bairro, arbitravam brigas de entre vizinhos e entre famílias. No caso de Tenório, a favela desenvolveu com ele uma relação de temor e gratidão; medo ancorado nas repreensões e atitudes que contrariem a sua liderança e, gratidão pelo recebimento dos benefícios por ele proporcionados, tais como ajuda financeira e materiais de construção. Entretanto, a fama de Tenório se deu com o seu papel de “pacificador”, em atitudes tais como a expulsão de invasores de terreno, a conservação de índices de violência relativamente baixos, o tráfico de drogas diminuto e a presença de armas de fogo também muito baixa durante o tempo em que a favela permaneceu sob seu comando.

Em razão das suas redes externas, ganhou prestígio no entorno. A relação entre a favela e seu entorno sempre foi permeada por desconfianças mútuas e por latentes tensões. Com a ascensão de Armando à presidência da União dos Moradores, este passa a ser um importante interlocutor, chegando inclusive a se tornar membro do CONSEG Portal do Morumbi.

Com uma ampla rede de apoio e próximo a um vereador petista que por muitos anos teve forte base política em Paraisópolis, chegando inclusive a ser seu assessor parlamentar, lança-se candidato à vereador nas eleições municipais de 2004. Não foi eleito, mas ficou na suplência e acabou assumindo o cargo em 2007, ano em que deixou a presidência da União.

Armando é um personagem que conhece muito bem a luta por direitos, participou ao lado de Cristina de muitas das lutas por moradia e serviços, mas apesar da sua história, acabou se envolvendo nas tramas do clientelismo político e das imbricadas relações entre o público e o privado que se estabelecem em Paraisópolis. Trocou o PT pelo PSDB, para se candidatar nas eleições de 2008, na qual novamente ficou como suplente, assumindo a cadeira somente em 2011.

Mas desde que deixou a União em 2007, Armando é visto cada vez mais raramente em Paraisópolis, mantendo maior interlocução com o entorno, o que o fez perder boa parte de sua base eleitoral na favela, tanto que no último sufrágio seu desempenho foi o pior de todas as eleições que disputou e dificilmente conseguirá assumir novamente o cargo de vereador.

Já Cláudio, o seu sucessor na União dos Moradores, é uma liderança em ascensão. Jovem, chegou em Paraisópolis no fim da década de 1990, quando já havia se iniciado a reconversão da União dos Moradores a uma linguagem do terceiro setor. Quando Claudio chega à União para realizar cursos de técnicas administrativas e manutenção de computadores, já havia se iniciado a era dos projetos e parcerias na entidade. Apesar de ter sido convidado por Armando para compor a chapa como vice presidente, quando do afastamento do presidente para assumir o mandato de vereador, as disputas políticas internas já haviam rompido as boas relações entre ambos.

Claudio é o que podemos chamar de uma pessoa hábil politicamente. Desde a sua chegada à presidência da União, sempre fez de tudo para manter boas relações com todas as esferas de poder. Ele sempre soube da visibilidade política que dá comandar a União de Moradores de uma das maiores favelas da maior cidade do Brasil. Trata-se de uma entidade que funciona como porta de entrada para os vários projetos que ali se instalam, desde pesquisadores até políticos, passando por empresários, atletas e artistas que pretendem aumentar seus lucros e criarem um marketing positivo de sua imagem através de investimentos na área social.

Ao longo da gestão de Claudio, foram recebidos dois presidentes, dois governadores, dois prefeitos, além de deputados e vereadores que possuem base eleitoral em Paraisópolis. O atual presidente da União sempre fez questão de manter boas relações com políticos dos mais diferentes espectros, beneficiando-se das parcerias com o poder público que lhe trariam mais visibilidade.

Além de políticos, Claudio também possui ótimas relações com empresários e até artistas. São por meio dessas boas relações que são fechadas as inúmeras parcerias que possibilitaram a ida de dois bancos, uma lotérica e uma grande rede de eletrodomésticos para a favela. Espera-se que ainda nesse ano, chegue a Paraisópolis mais um banco e outra grande rede de magazines.

Mas tamanha proximidade com o poder despertou em Claudio a vontade de entrar para a política. Hábil, para poder manter as boas relações com governos do PT e do PSDB, escolheu tentar a sorte em um partido recém criado. Não foi eleito, sendo que em sua primeira tentativa na política institucional teve pouco mais de seis mil votos. A primeira vista parece pouco, mas como candidato a vereador, teve quase a mesma quantidade de votos do que o candidato a prefeito do seu partido.

Ao longo da campanha, embora não estivessem na mesma posição, Claudio teve novamente que enfrentar um antigo oponente nas disputas pela União dos Moradores. Dessa vez, ele como candidato e Vicente como cabo eleitoral de um outro candidato a vereador, pelo PT, que possui ampla base eleitoral em Paraisópolis.

Vicente, o principal antagonista de Claudio, é morador de

Paraisópolis desde fins da década 1970. Chegou em São Paulo em fins de 1974, quando tinha 17 anos, com mais vinte pessoas para trabalhar em uma empresa. Antes de ir para Paraisópolis, morou em um barraco de madeira na Pompeia, depois foi para Santo André, voltou para São Paulo, depois passou ano e meio em outro barraco do Ipiranga, até chegar em um distrito da Vila Sônia. Por meio de um amigo conheceu sua ex-esposa e foram morar em Paraisópolis.

Conta que quando chegou em Paraisópolis, havia muitos terrenos vazios e que moravam apenas cerca de dez mil pessoas na favela. Ressalta que está há 30 em Paraisópolis e que tudo o que conquistou na vida foi lá e que, portanto, defende com todas as forças o lugar onde mora, que prefere chamar de bairro. Sua trajetória em Paraisópolis é toda marcada pela militância.

Vicente é um daqueles personagens para o qual o centro de sua vida está no público e não no privado. Na conversa que tivemos, contou-me que desde 1979 se envolve nas questões internas relacionadas à questão da moradia. A partir de então, junto com a União dos Moradores que ainda estava iniciando suas atividades, ocupou a Câmara Municipal, a Assembleia Legislativa e o Palácio do Governo. Conta com orgulho que juntaram quatro mil pessoas e fecharam a Câmara Municipal por três vezes para não sair uma avenida que iria cortar Paraisópolis ao meio no governo Jânio Quadros; que fecharam também por três vezes o Palácio do Governo. Na União dos Moradores, participou por oito anos desde 1985, em uma época que, segundo ele, havia poucos recursos vindos para a entidade, mas sobrava mobilização.

Faz questão de enumerar as lutas que tomou a frente na favela e que o fez ficar conhecido na região: a luta pela construção das casas de bloco no Governo Mário Covas, que substituiu aquelas de madeira, o que fez se tornar mais difícil a remoção; defendeu a implantação do Projeto Taxa Mínima para eletricidade e água, bem como o Projeto Nova Luz para Paraisópolis, que causou a queda de tarifas sociais por meio de um abaixo-assinado; lutou contra a criação da avenida que seria construída no governo de Paulo Maluf, que dividiria Paraisópolis ao meio e hoje é a Rua Pasquale Gallupi, principal rua do centro da favela; no governo Marta Suplicy

montou um projeto relacionado à moradia, que resultou em um comissão com a população para a urbanização e melhores habitações; reivindicou para que o “cheque-despejo” do governo Kassab se tornasse o aluguel social que hoje as famílias removidas pelo processo de urbanização recebem da prefeitura até que fiquem prontas as moradias subsidiadas do Projeto Paraisópolis.

Mas a sua principal bandeira, desde que chegou em Paraisópolis sempre foi por moradia digna. Participou durante oito anos da diretoria da União dos Moradores até romper com o antigo presidente e lançar uma chapa de oposição. Desde então não mais se elegeu. Nas últimas eleições foi candidato à presidente da União pela chapa de oposição, mas perdeu por pouca porcentagem de votos.

Quando conversamos, Vicente me falou que ocorrem muitas fraudes nas eleições da União, pois se trata de uma entidade na qual se entra muito dinheiro por meio das parcerias realizadas com governos, bancos e empresas. Ele e seu grupo já fizeram várias denúncias acerca do processo eleitoral, tais como pessoas que votaram várias vezes, lista de votação que não bate com as cédulas e abuso do poder econômico. Sobre disputar outra eleição ele deixa claro que só participaria se houvesse um envolvimento do poder público para garantir que não haveria fraudes.

Historicamente ligado ao PT, Vicente participou da campanha do Vereador Antônio Donato. Embora tenha feito campanha para o atual prefeito (Fernando Haddad), não tem muita esperança de que a situação em relação à moradia em Paraisópolis possa se alterar no curto prazo, já que segundo ele, o governo senta para conversar com a União, com as empresas, mas não se dispõe a conversar com quem está realmente lutando por moradia digna.

Sobre a atual conjuntura da União dos Moradores, Vicente é enfático:

“De uns tempos de para cá não se trata mais de União dos Moradores em Defesa de Paraisópolis, virou União de Comércio. Dentro dela foi montada uma Eletropaulo, depois uma Caixa Econômica Federal, depois um Banco do Brasil que está lá até hoje. Vem uma empresa de habitação, de obras e ajuda a reformar a União dos Moradores, aí fica presa com ela,

não entra mais na briga para defender as coisas que é necessária. Tem um conselho e só vai para defender seus próprios interesses. Como eu posso confiar na União dos Moradores? Não gastou um tostão pela minha moradia, como vai lutar por ela? Ele não luta. (...) O governo também, em época de eleição e compra as pessoas, o presidente está comprado, as entidades são compradas, com ajuda do governo, por isso não vão para briga. (...) Entra muito dinheiro na União dos Moradores, dinheiro de leilão, ajuda de governo federal, municipal, aí não tem como lutar”.

Mas a conjuntura parece não ser muito favorável às ideias de Vicente. O próprio discurso político do Partido dos Trabalhadores, ao qual é filiado há muitos anos, parece ser mais afinado às práticas de Claudio e seu grupo do que as de Vicente. Além da diferença de geração, Claudio é jovem e fala para uma população majoritariamente também jovem, a prática política do grupo que atualmente gere a União é permeada pela lógica da celebração da capacidade de consumo e de empreendedorismo dos pobres, o que atrai cada vez mais parceiros econômicos que vão lhe garantir a permanência na entidade.

Ante a impossibilidade patente de vencer Claudio, o grupo ligado à Vicente parece estar disposto a deixar de lado as disputas pela diretoria da União dos Moradores. Mas isso não significa deixar de lado a política interna, pois resolveu se engajar em sua própria entidade, a União do Movimento em Defesa das Moradias de Paraisópolis. Embora tenha que se constituir como uma ONG, a entidade que Vicente e seu grupo estão criando não desenvolve nenhum projeto e tampouco possui financiadores. Não há uma sede, as reuniões semanais ocorrem nas próprias casas de seus membros ou em um espaço cedido por um simpatizante do grupo. Os membros dizem que a entidade opera sob outras lógicas, que será descrita a seguir.

2.4. A União do Movimento em Defesa da Moradia de Paraisópolis e os resquícios da militância política.

A União do Movimento em Defesa das Moradias de Paraisópolis, embora tenha se constituído formalmente apenas em 2013, foi criada em 2007, por lideranças locais que chegaram em Paraisópolis ainda na década de 1970 e que não viam na atuação da União dos Moradores, reconvertida à lógica do terceiro setor e, muito dependente das parcerias com empresas e governos, um esforço efetivo para garantir moradia digna para a população de Paraisópolis. Quando da sua criação, iniciavam-se as obras do projeto de urbanização de Paraisópolis da gestão Kassab (PSD), com as primeiras remoções da região do Brejo e do Grotão.

Se na trajetória da União dos Moradores podemos observar a reconversão de um movimento social de base a uma instituição mediadora, que potencializa suas ações e projetos a partir de parcerias com empresas, prêmios de excelência em projetos sociais e leis de incentivo, a União em Defesa da Moradia de Paraisópolis, pretende seguir na contramão dessa dinâmica, utilizando-se principalmente da tática de pressão política sobre os governos, inclusive o governo petista, partido ao qual boa parte de seus membros são filiados e com o qual quase a totalidade se identifica.

A ação da entidade é realizada no velho estilo, ao qual grande parte de seus membros foram forjados na luta política ao longo das décadas de 1970 e 1980. Vicente é o idealizador e presidente da nova entidade, a qual se agregou outras lideranças críticas aos rumos da União dos Moradores como Cristina, Dirceu e Seu José. De todas as lideranças comunitárias envolvidas com a União em Defesa da Moradia, Seu José é o único que não possui relações com o Partido dos Trabalhadores.

Seu José foi projetado no espaço das disputas políticas locais em razão do seu envolvimento com o time de várzea local. Sua relação com o futebol é antiga, quando adolescente chegou a jogar no time juvenil da Ponte Preta, mas uma lesão na perna o obrigou a abandonar o sonho do futebol. Já em Paraisópolis, seu José participou da diretoria do clube local, chegando a vice presidente. E em razão das relações que estabeleceu no clube, sua entrada para a arena das disputas políticas locais era quase que uma consequência natural. Mas um acontecimento adiantou a ordem natural das coisas. Em meados dos anos 2000, recebeu a notícia que sua casa seria demolida para a construção de uma avenida. Assim, Seu José decide

procurar Vicente, agregando-se ao grupo que iria formar a União em Defesa da Moradia. A partir daí não mais parou de se envolver nos assuntos relacionados à moradia, mas sempre faz questão de ressaltar a sua independência em relação à política institucional.

O início das obras do projeto de urbanização acelera o processo de regularização da entidade. Vicente e Dirceu procuram ajuda de estudantes universitários para a constituição da entidade e o desenvolvimento de projetos. É aí que entra o Núcleo de Direito à Cidade, da Faculdade de Direito da USP, grupo que surge do desmembramento do SAJU, do qual participei em 2003 e que desenvolve um projeto piloto de regularização fundiária em uma quadra em Paraisópolis.

Dirceu me contou que naquele momento, quando começava o projeto de urbanização, a demanda por moradia era muito grande, e a situação no Brejo e no Grotão, duas das áreas mais degradadas e sem infraestrutura da favela, encontrava-se ainda pior do que a atual. Diante de tal quadro, Dirceu, Vicente e mais alguma lideranças da favela, com a ajuda dos estudantes do Núcleo de Direito à Cidade, resolveram ir até a Defensoria Pública, para tentar uma saída jurídica para o problema da habitação em Paraisópolis. Na conversa com a Defensoria, foram informados de que, para representar no Ministério Público era preciso ter uma associação. Em um primeiro momento, eles procuraram a União dos Moradores, que decidiu não entrar com a ação, ocasião na qual resolveram criar a União em Defesa da Moradia de Paraisópolis.

Mas a constituição da entidade não se deu sem percalços. Vicente disse-me que até hoje eles não conseguiram o CNPJ, pois na ata de constituição tinha apenas o endereço do presidente e do vice, sendo que constavam vinte e três diretores. Por várias vezes entraram com o registro em cartório que foi negado pela falta do endereço dos demais membros. Vicente reclama da falta de informação, já que segundo ele, só soube da real situação por que o registro era negado quando procurou um despachante. Mas agora ele espera que a situação vá ser regularizada e finalmente o CNPJ vai sair, pois vão realizar uma nova assembleia inaugural e recomeçar o processo do zero.

Mas a ausência do CNPJ não impediu que representassem na justiça e conseguissem que a prefeitura construísse os prédios da urbanização em Paraisópolis. Nesse caso, com a pressão que realizaram, a Defensoria propôs uma ação cautelar que impediu o despejo de 200 famílias de uma área de 11 mil metros quadrados, que teve seu uso cedido pela prefeitura ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza para a construção de uma escola técnica. Em troca, a prefeitura pagaria valores de R\$ 3.000 a R\$ 5.000 por família a título de Verba de Atendimento Habitacional, popularmente chamado de “cheque despejo”. Na justiça conseguiram que fosse garantida a habitação, sendo que o “cheque despejo” deu lugar ao aluguel social.

Vicente fala com orgulho que até agora só viu a entidade da qual faz parte entrar na justiça para defender os interesses da comunidade e debater com o poder público. Além disso, em vários momentos da sua fala, faz questão de ressaltar que a entidade que ajudou a criar atua de maneira independente, já que para ele, o dinheiro das parcerias que a maioria das entidades recebem, seja de empresas ou de governos, faz com que suas ações em prol das efetivas demandas da favela, sejam limitadas pela relação dos interesses desses financiadores. Na conversa que tivemos, disse-me que:

“Nós saímos e gastamos do nosso bolso, não temos recurso nenhum, não temos CNPJ e não dá para ter ajuda. Saímos para rua junto com os estudantes da USP, fomos para o centro. Os governos compram as pessoas, o presidente aqui tá comprado, entidade, os governos ajudam financeiramente e eles não vão para briga. Paraisópolis está sendo fechada em roda e ninguém faz nada, onde tira e não põe é porque é para acabar. O bairro que mais tem ONG é aqui em Paraisópolis, tem ONG que dá escola para criança, mas ninguém sai para a briga para dar moradia para ninguém, o negócio deles é brigar para defender escola, creche. Saiu o prédio para o Crescer Sempre, mas vê se eles vêm defender moradia.”

Mas a disputa com a prefeitura para a construção de habitação e pelo fim do cheque despejo não foi a única encampada na justiça pela

União em Defesa da Moradia. A entidade representou no Ministério Público contra uma construtora que pretendia que duas escolas estaduais próximas à Av. Giovanni Gronchi saíssem para a construção de um condomínio de prédios de classe média na Rua Laerte Setúbal. E novamente conseguiram na justiça que as escolas se mantivessem em sua localização original. Nesse caso, no entanto, Vicente me relatou que a questão não era apenas as escolas, mas a própria construção dos prédios, já que a área na qual foram construídos era inicialmente destinada à habitação social.

Para os membros da União em Defesa da Moradia, está havendo uma expulsão branca em Paraisópolis, com a conivência das inúmeras entidades que atuam no local e, inclusive da União dos Moradores. Nesse aspecto, Vicente é o mais enfático:

“Os grandes comércios aqui dentro vêm de fora. Mas cresceu como? Quando houve a operação urbana próximo à Av. Santo Amaro, Aguas Espraiadas e Brooklin, os comerciantes que estavam lá naquela época, hoje não estão mais lá. Tiraram os mais fracos para fazer a Av. Aguas Espraiadas, acabou com tudo. Esses comerciantes mais fracos foram expulsos, isso chama ‘expulsão mão branca’, se não te expulsa de um jeito, te expulsa de outro. Daí eles vêm para Paraisópolis, onde o comercio é na sua maioria informal, não pagam impostos. E daqui um tempo nós também não vamos poder ficar em Paraisópolis, será que esses prédios que estão saindo aí em roda é vantagem para gente? Não é, por isso que estão fazendo em roda. Está fechando Paraisópolis em roda, não se fala, mas os prédios que estão saindo no entorno é dentro da favela. Ali era para sair obras sociais, uma escola, uma creche e não aqueles prédios, ali era área ZEIS, mas o dinheiro fala mais alto, teve acordo com a prefeitura, porque não poderia ter sido feito ali. Queriam acabar com a escola e precisou entrarmos na justiça. Quando chegou a imobiliária para vender os apartamentos, vieram para tirar os colégios de lá de perto. Aí eu entrei na justiça, eu entro. Levei até o jornal na defensoria para falar que os prédios que eles dizem estarem sendo construídos

no Morumbi é dentro de Paraisópolis, em áreas destinadas à habitação social.”

No discurso de Vicente, bem como nas posições que ele e seu grupo assumem nas reuniões dos fóruns da Multientidades, fica clara a disputa de posição que travam com a atual gestão da União dos Moradores. Ainda sobre a questão da construção do condomínio de classe média contíguo à favela, a sua fala deixa evidente a disputa:

“Eu fui até a defensoria pública para tentar impedir que os prédios fossem construídos aqui dentro de Paraisópolis, em áreas destinadas à habitação social, mas depois que fazem a primeira laje não tem mais como quebrar. Antes disso, eu fui até o presidente da União dos Moradores e ele me falou: ‘isso aí nós já perdemos’. Quando vieram da construtora vir falar comigo, porque viram que eu era do movimento de moradia, quiseram me oferecer apartamento lá, aí eu respondi: ‘você vem falar isso comigo? Quer passar mingau na minha boca? Você acha que se eu moro nessa minha casa é porque eu quero? É porque eu preciso, senão teria ido para um lugar melhor, agora vou dar cento e setenta e cinco mil em um apartamento? É brincadeira comigo?’. Aí ele viu que eu era esperto, que eu percebi que eles estavam oferecendo apartamento aqui dentro para o pessoal não abrir o bico. É por isso que eu digo, tem muitas entidades aqui dentro, mas a maioria não defende os interesses da população, está aqui para defender seus próprios interesses. A minha não tem recursos até hoje, porque nós não montamos para ganhar dinheiro, mas para defender os interesses da comunidade.”

A despeito de Vicente ser uma liderança popular e incontestada, seu grupo ter um histórico de militância política de esquerda e a questão de moradia ainda ser um dos maiores problemas de Paraisópolis, seu modo de atuação parece encontrar pouco espaço nas intrincadas relações na favela. O grupo de Vicente disputou e perdeu as últimas duas eleições para a União dos Moradores.

Assim, não restou outra alternativa ao combativo Vicente a não

ser fundar uma entidade própria para poder conseguir recursos financeiros e políticos para continuar os seus projetos na área de moradia. Mas isso não significa o fim das disputas entre os dois grupos, elas apenas passaram para um outro nível, ou seja, a concorrência entre entidades pela legitimidade das ações perante a população. Assim, pode-se dizer que os grupos de Vicente e Claudio, de adversários, passam a ser concorrentes.

Essa disputa de legitimidade das ações entre as entidades ficou clara na fala de Cristina, apoiadora da Vicente e membro da União em Defesa da Moradia, ao se referir à atuação da atual gestão da União dos Moradores:

“É uma pena que os órgãos públicos não possam fazer vistoria na união dos moradores, porque o dinheiro que entra lá dinheiro é privado e não público. Hoje muita gente quer vir para cá por causa dos benefícios, lei do voluntariado, isenção do imposto de renda, essas coisas todas, aí muita gente quer ajudar. Queira ou não, Paraísopolis é um bairro que é organizado, porque as pessoas são organizadas, eles respondem aquilo que você pede. Você vai ali na sede da União, tem um telecentro, que eu sinceramente, eu não sei. Tem um balé que é uma parceria não sei com quem, tem uma professora que faz o balé, tem uma pessoa que faz o futebol, mas tem outros também, o que ele faz tem pessoas aqui que não é de associação nenhuma e que também faz. Eu não sei, sei do Bovespa que tem ali, que trabalha com futebol, pessoal do Einstein que tem algumas atividades, no mais eu não sei. Até para entrar ali é uma burocracia danada, parece que está entrando em um quartel, e é uma coisa que tinha que ser livre. Presidente você não encontra, a Cecília está há não sei quanto tempo falar com ele, sem resposta. A gente liga, procura, marca e ele não vai. Mas se for fora daqui ele está presente. Falou em mídia o cidadão está presente, saiu candidato a vereador...aí eu falo, deveriam averiguar de onde vem o fundo da campanha dele, porque gastou muito dinheiro, quem bancou a campanha desse cidadão? Eu queria muito saber, não teve transparência nisso.

Essas coisas me desmotivam, então eu prefiro ir para outra entidade, a União em Defesa da Moradia, fazer trabalho de formiguinha, trabalho pequeno, mas com a ajuda de alguns parceiros, pessoal da USP, tem uns alunos que estão nos ajudando.”

Há também nessa briga duas estratégias de atuação em campo. O grupo de moradores que formou a União em Defesa da Moradia parece rejeitar exercer o papel de uma instituição mediadora, que é cada vez mais evidente na atuação da União dos Moradores. Tanto que na fala de todos os seus membros aparece a recusa da lógica da conciliação. Para eles, não é possível aceitar parcerias com empresas ou governos, pois isso enfraqueceria as lutas políticas em torno dos interesses locais.

Segundo Vicente uma das empresas do consórcio da urbanização ajudou a financiar a reforma da sede da União dos Moradores. Para ele, tal fato impede que a entidade lute pelos direitos da população e dá como exemplo a negativa da direção da União em entrar na justiça contra as irregularidades cometidas pelas empresas responsáveis pelas obras da urbanização. Por isso, diz preferir construir a sua entidade, ainda que sem recursos, mas com a garantia de uma agenda política de confrontação. E ainda vai mais adiante, afirmando que as ONGs e a própria União dos Moradores, preferem trabalhar com temas mais consensuais, do que entrarem na briga por moradia, que é um tema que exige o conflito com quem os financia. Nesse sentido, afirma que:

“Tem ONGs que quer dar escola para as crianças, mas dentro da verdade mesmo, não saem para briga para defender moradia de ninguém, porque o negócio deles é brigar para defender escola, defender creche, pode ver o prédio que saiu lá para as entidades...Agora vê se o Crescer Sempre já foi em alguma reunião discutir pra sair mais moradia aqui, vê se lá dentro da escola, alguém dá uma aula falando pros meninos: “Olha, ajuda seu pai nisso, nesse nível, pro seu pai poder organizar melhor, pra você ter uma moradia sua digna, você está crescendo, mas você vai ter uma família amanhã ou depois, então você tem que lutar junto com seu pai, pro seu

pai conseguir uma moradia melhor." Vê se tem isso dentro dessas ONGs? Só tem dentro da nossa. Tem hora que o pessoal fala comigo na reunião: "Porque você só fala em moradia Vicente?" Só falo em moradia porque não tem nada pronto ainda, como é que eu vou partir pra outra coisa, se o que eu comecei não está pronto?"

Mas as disputas que Vicente e o seu grupo travam em Paraisópolis parecem estar um tanto quanto desequilibradas, tendo isso a ver com o próprio modo como a favela está se reconfigurando.

Nos últimos anos, a favela passa por rápidas transformações. Com a regularização da rede de luz elétrica, a expansão do saneamento, bem como a melhora dos serviços e de educação e saúde, multiplicam-se programas sociais de escopo variado e associações comunitárias com suas relações de parceria com o poder público, fundações empresariais ou mesmo empresas de grande porte que passa a conviver com os circuitos informais.

E desse emaranhado de atores que fazem a gestão da ordem em Paraisópolis, o mercado emerge como um importante dispositivo, fazendo com que se pense a gestão a partir de um outro jogo de perspectivas. Trata-se, agora, de incluir os pobres nos circuitos do mercado. Além das inúmeras ações do Estado, do mando não oficial, da filantropia e dos projetos sociais, Paraisópolis passa a ser um lugar privilegiado para ações de assim chamado empreendedorismo, celebrando o potencial econômico da região.

Nesse contexto, as associações e organizações cada vez mais assumem um papel de prestadora de serviços ao invés de representantes dos interesses dessas populações. Isso se reflete na própria política interna. A atual diretoria da União dos Moradores venceu o grupo de Vicente nas duas últimas eleições da entidade. De certa maneira, podemos dizer que a lógica de eficácia das ações e do empreendedorismo social, se sobrepõe à dinâmica do movimento social e a participação popular, trazendo inclusive, dividendos econômicos que mantém a política de visibilidade da União dos Moradores, garantindo o poder do grupo de Cláudio.

No próximo capítulo, veremos como o mercado, que emerge como um importante dispositivo de gestão interna da ordem, articula-se com

esse modelo de associativismo popular e de entidades sociais, cujo funcionamento tem por base a lógica empresarial de eficácia das ações, levando a consequências, inclusive, no modo no qual o espaço é produzido em Paraisópolis.

Capítulo 3: Paraisópolis, ou sobre como a pobreza é celebrada

3.1. A expansão do mercado e a formação de indivíduos empreendedores.

No início junho de 2013, a Rede Record de televisão, em seu principal programa jornalístico, o Jornal da Record, exibiu em horário nobre, uma série de programas intitulada “Favela ou comunidade?”¹⁷. No vídeo de chamada para a série, a jornalista dizia que os moradores não gostam de chamar o local de favela, preferindo o nome de comunidade, e que os programas seguintes iriam entrar nessa “polêmica”: a nova série iria mostrar como “o trabalho, a iniciativa e a criatividade, estão ajudando a mudar a cara do maior bairro popular de São Paulo”. O bairro em questão é a favela de Paraisópolis – que segundo dados do censo de 2010 do IBGE ultrapassou a de Heliópolis e se tornou maior da cidade de São Paulo – que surgiu e cresceu vizinha a um dos bairros mais ricos da cidade, o Morumbi.

Já na abertura do primeiro programa, ouve-se: *“para muita gente, favela é sinônimo de problema, lugar violento, mas não é só isso. O repórter mostra as transformações de dois bairros populares da cidade. O motor da mudança? Trabalho, iniciativa e cooperação entre os moradores e o comercio muito aquecido”*. A série toda se desenvolve em torno das transformações recentes das duas maiores favelas de São Paulo, Heliópolis e Paraisópolis. O foco principal, no entanto, é Paraisópolis, devido à velocidade das suas transformações. As reportagens mostram a explosão dos preços dos aluguéis comerciais no centro da favela, o “gigantismo” do seu comércio que a tornou em um “paraíso dos empreendedores”. Afora isso, fala-se também da expansão da economia local, da valorização das habitações e da velocidade com que tudo isso ocorre.

Interessante notar, para além das mudanças que são evidentes, que há uma alteração no discurso referente a favela. Como mostra Anaya Roy (2011) a favela é o ícone da condição urbana e humana miserável, mas edificante, das megacidades do sul global, ela é o percurso mais comum através do qual são reconhecidas as cidades do chamado “Terceiro

¹⁷ Fonte: Portal R7. Disponível em <http://noticias.r7.com/jornal-da-record/serie/favela-ou-comunidade/>, acessado em 13 de junho de 2013.

Mundo”¹⁸. Contra tais narrativas da favela, aquela que é mostrada no vídeo, ao contrário, é vista como um local com espírito de empresa, é pulsante e através do trabalho dos moradores, da iniciativa, da criatividade, parece estar se livrando do estigma negativo associado a este tipo de assentamento. Então muda-se o discurso, ali é a “comunidade” ou o “bairro popular”.

O discurso das contra-narrativas apocalípticas da vida na favela, busca criar o lugar como uma área vibrante e empreendedora. A partir de então, a favela passa a ser reconhecida como o espaço da criatividade e da iniciativa. É o que se ouve entre moradores e representantes das diversas entidades sociais que entrevistei.

Carlos, morador de Paraisópolis e editor de um dos jornais comunitários, que edita em um escritório improvisado, ao me relatar sobre como teve a ideia de criar o jornal, disse-me que:

“Eu comecei a trabalhar mais pros ricos, que é onde eu falo pra você que o pessoal daqui tem muita influencia dos ricos aqui em volta, porque eles convivem no dia-a-dia. Fica muito perto. A gente vê certas coisas assim que eles tentam imitar. Trabalhei muito pro pessoal aqui do Morumbi, muito, muito. Aí eu tive a ideia do jornal, inclusive, fazendo um desses trabalhos, só que eu estava pintando por fora, um prédio que tem aqui... inclusive, é onde é a cobertura do Alexandre Pires, onde ele morava com a Carla Perez. Então, ele tem uma cobertura aqui e nessa cobertura foi a primeira vez que eu vi Paraisópolis de cima. Quando eu olhei assim, estava eu mais um vizinho que trabalhava junto comigo. Aí eu, "caramba, eu sou muito empreendedor, quero fazer algum negócio." Aí eu procurei a ideia, vi o tamanho de Paraisópolis, na verdade, nesse dia que

¹⁸ De acordo com Roy (2011), as megacidades são aquelas cidades de tamanho enorme, envolvidas em problemas de subdesenvolvimento, tais como pobreza, doenças dentre outros, sendo motivo para inúmeros diagnósticos e intervenções. E no imaginário urbano do século XXI, a " megalópole " ou megacidade, tornou-se um atalho para a condição humana do sul global. Ela pode ser entendida, segundo a autora, como em uma relação de diferença com as chamadas "cidades globais", vistas como pontos de comando e controle da economia mundial. Assim, a megacidade se torna a própria categoria de cidade global impossível, revelando os limites, porosidades e fragilidades de todos os centros mundiais. Neste sentido, a megacidade é o "subalterno" dos estudos urbanos. Não pode ser representada nos arquivos do conhecimento e não pode, portanto, ser o sujeito da história.

eu vi. Porque você olhando assim, você vê só as pessoas, mas olhando de cima, você vê o monstro que é isso aqui, isso é muito grande. Aí eu fiquei especulando, o que é que não tem ainda em Paraisópolis, só que já tinha quase tudo. Tinha rádio, era clandestina, mas tinha. Tinha tudo. E aí conversando com meu amigo, dando ideia pra ele, só que eu também tendo ideias né. Aí eu tive a ideia, "mas o que é que falta aqui?" Aí tive a ideia do transito... sei que fui vendo várias coisa, fui vendo várias necessidades. Vendo o que? Vendo as oportunidades também. Você vê o tanto de gente que tem aqui, de casinha, lá de cima, aí tive a ideia do jornal, foi assim. Não sei como, uma coisa que não tinha aqui era jornal ainda e, realmente, não tinha. Isso foi em 2002. Aí essa ideia ficou comigo. Eu comecei a estudar e essa ideia ficou."

Em muitos momentos da nossa conversa, Carlos fazia questão de ressaltar o caráter empreendedor do morador da favela e das suas próprias características individuais de empreendedor, em uma fala cada vez mais comum entre os habitantes de Paraisópolis. Mas não são só os moradores que ressaltam essas características da favela. O próprio discurso dos representantes das instituições sociais que atuam em Paraisópolis, reforçam tais características. Fernanda, a assistente social do Programa Einstein da Comunidade de Paraisópolis, a maior entidade empresarial sem fins lucrativos que lá atua, em um momento no qual conversávamos sobre a atuação das ONGs na região e sem que eu tivesse tocado na questão dos discursos sobre as favelas ou sobre as transformações recentes, disse-me que:

"Paraisópolis tem as suas próprias potencialidades, que tem a ver a característica das pessoas que moram aqui, né. Um certo... aqui tem muito nordestino... uma certa criatividade, um empreendedorismo, Paraisópolis tem milhares de salões de beleza, comércio super intenso, né, Tem uma série de coisas que eu acho que são muito fortes e tem uma presença muito forte, inclusive, de fora pra dentro. Todo mundo quer vir pra cá, Lojas Magazine Luiza , Casas Bahia, banco... porque aqui é

uma fonte importante de mercado das classes populares, de consumo. Mercado e consumo das classes populares.”

E as histórias não param por aí. Ao conversar com as pessoas, especialmente aquelas que se beneficiaram das mudanças ocorridas nos últimos anos, o que se percebe é a exaltação e o reposicionamento da favela como um lugar da superação, do empreendedorismo. Cecília, a coordenadora de um dos projetos assistenciais mais antigos, ligado à igreja católica, também fez questão de contar o seu exemplo, o caso do seu Givanildo, relatado por ela como a metonímia do espírito empreendedor do morador de Paraisópolis:

“Você repara o crescimento e a visão de empreendedorismo do pessoal através de uma história que eu vou te contar. Nós tínhamos um funcionário de manutenção na outra unidade lá em cima, ele era um faz tudo, troca a lâmpada, desentope o vaso sanitário, corta uma grama. E ele tinha um salário que eu não me lembro, mas em termos do salário de hoje seria por volta de R\$ 1.000,00. Ele era tão empreendedor, que logo que entrou no trabalho, conseguiu comprar um carro grande, uma Caravan. Então ele entrava cedo, conhecia alguma mães que tinham seus filhos lá, combinou com elas a questão do transporte. Assim, antes de vir trabalhar, passava nas casas, enchia o carro dele de criança e já levava para o trabalho dele na creche, ganhava um troco por fora e trabalhava. Aí ele começou juntar uma grana, e começou a observar que essa história de vender café em obra dava certo e falou para mulher: ‘você vai tirar carta’. Aí, o que ele fazia? Ele passava, pegava as crianças, ia para o trabalho, a mulher pegava o carro dele porque ele entrava muito cedo, já colocava dentro do carro um isopor com bolo, pão, frios, café, leite, chá e ela ia vender café da manhã nas obras. Um dia ele chegou no trabalho e falou: ‘eu descobri que se a minha mulher ficar num ponto vendendo café e eu em um outro ponto, vou ganhar três vezes mais do que eu ganho aqui, então estou pedindo as contas’. Esse tino eles têm, vão

vender café, mas estão de touca, luva, a questão da apresentação do material, eles têm muito tino para isso. Não é legalizado, mas essa questão é uma coisa muito legal, você observa essa questão do empreendedorismo deles”.

E a ideia de que a favela é o espaço das potencialidades, da criatividade e do empreendedorismo permeia as ações realizadas, por meio das quais será reconhecida. Um exemplo dessas ações é o projeto recém criado pela União dos Moradores, intitulado “Paraisópolis das artes”, no qual a entidade passa a promover visitas guiadas pela favela, onde as pessoas poderão conhecer trabalhos artísticos realizados por moradores, projetos sociais e as obras da urbanização. A visita também percorre os comércios de Paraisópolis e inclui apresentações da companhia Ballet Paraisópolis e das Orquestras Filarmônicas locais, mantidas pela União dos Moradores e patrocinadores, tudo ao custo de R\$150,00. A iniciativa visa principalmente atrair turistas que virão a São Paulo para os jogos da Copa do Mundo de 2014 e, nos sonhos mais ambiciosos da diretoria da União dos Moradores, colocar a favela na rota do turismo mundial, como já acontece no Rio de Janeiro¹⁹.

Além disso, em junho de 2012, uma exposição de fotos realizada no Sesc Pompeia exaltava esse caráter empreendedor da favela. No vídeo institucional da exposição, que teve como foco as casas da região do Grotinho, a fotógrafa diz ser seu objetivo mostrar uma cidade dentro da outra, como as pessoas dentro de uma contingência de vida difícil, conseguem ser criativas, ter alegria e deixam transparecer isso, que é do seu universo interior, nas suas casas.

A exaltação das potencialidades da favela e a recusa aos discursos que a colocam como o lugar da pobreza e do caos, evocam a

¹⁹ A iniciativa de criar um roteiro turístico em Paraisópolis ganhou a mídia. O roteiro entrou no guia de viagens do portal UOL, o maior do país e também no guia da semana da cidade de São Paulo. Disponível em: <http://viagem.uol.com.br/guia/brasil/sao-paulo/roteiros/projeto-em-paraisopolis-oferece-roteiro-cultural-pela-comunidade/index.htm> ; <http://www.guiadasemana.com.br/turismo/noticia/paraisopolis-das-artes-2-maior-favela-de-sao-paulo-entra-no-roteiro-turistico-da-cidade>, acessado em 04 de outubro de 2013.

noção de urbanismo subalterno²⁰ trabalhada por Roy (2011). Segundo a autora, o urbanismo subalterno é um paradigma importante, pois confere reconhecimento aos espaços da pobreza e à ação popular que são comumente negligenciados pela teoria urbana. Através desse “urbanismo subalterno”, procura-se ressuscitar o espaço subalterno da favela como a de um urbanismo vibrante e empreendedor. Ao fazê-lo, confere reconhecimento aos subalternos urbanos. Nesse contexto, a favela é fundamental para a formação do que Roy denomina “urbanismo subalterno”.

Ainda segundo Roy, a ideia de subalterno é intimamente ligada à de popular e, nesse sentido, uma política subalterna é uma política popular, da cultura popular. E à medida que ao subalterno é concedido uma identidade política distinta, ele passa a ser associado a territórios distintos, sendo que um desses territórios é a favela. Assim, o subalterno passa a integrar os estudos urbanos, vindo a representar o que a autora chama de “urbanismo subalterno”, que possui, então, dois temas proeminentes, as economias de empreendedorismo e ação política.

Como dito acima, o itinerário mais comum para dar reconhecimento a esses espaços é a favela. A favela é o lugar da vida dura do pobre, que precisa se virar para sobreviver, das dificuldades cotidianas, mas também do espírito empreendedor, da atividade empresarial, em suma, um lugar onde as pessoas respondem de forma criativa à indiferença do

²⁰ O termo urbanismo subalterno faz parte de uma discussão intrinsicamente ligada à questão do pós-colonialismo, identificada especificamente com o rompimento muito conflituoso dos impérios coloniais dos países do sudeste asiático na metade do século XX, que é a questão do subalterno. A ordem de problemas da América Latina é outra, mesmo porque, os países da América Latina conquistaram sua independência ainda no século XIX. A nossa discussão é muito mais ligada a questão da dependência e subdesenvolvimento nos anos de 1960 e da modernização, o que vai dar em um outro campo problemático sobre a discussão de informalidade. A discussão de Roy em *Slumdog Cities*, é muito marcada pela questão do subalterno e, conseqüentemente, da problemática pós colonial, porém é possível fazer apropriações disso para a problemática brasileira. A própria Roy, em *The 21st – Century Metropolis: New Geographies of Theory* (2007), sugere que mesmo as teorias incorporadas nos “estudos de área”, mesmo mantendo suas coordenadas geográficas, podem atravessar fronteiras como vetores dinâmicos de uma nova troca teórica. Nesse contexto, podemos falar na substantização dos territórios da pobreza nos nossos problemas, seja como a sinonímia da pobreza com a favela e todas as patologias associadas como violência, degradação, anomia, desordem, seja no seu espelho invertido que é a favela como lugar da criatividade, da vida autêntica e do empreendedorismo. O urbanismo subalterno tem a ver com esse itinerários do reconhecimento, da favela como o lugar da atividade empresarial e da criatividade, revertendo a ideia de que a pobreza é o lugar da apatia e da desordem.

Estado. Há uma substantização da favela como o lugar da vida autêntica, como um espelho invertido do diagnóstico da favela como lugar da pobreza, da precariedade.

É nesse contexto que se multiplicam os projetos visando a formação de empreendedores, alterando-se também a própria dinâmica da filantropia. E é nessa economia de empreendedorismo que se inserem os “tours” do denominado “Paraisópolis das Artes”. Como sugere Annaya Roy, com a inserção dos pobres nos circuitos financeiros, abre-se uma nova fronteira da acumulação de capital. Esse novo mundo de oportunidades é aberto porque os pobres financeirizados representam um mercado latente por serviços.

Nesse sentido, Paraisópolis está repletas de exemplos. O Financial Times, em reportagem de janeiro de 2010, mostrou a história do cabeleireiro Valderan, que trocou um salão de luxo em São Paulo por Paraisópolis e viu seu volume de negócios aumentar em 80%²¹. São histórias como essas que fazem proliferar cursos profissionais para formação de cabeleireiros, maquiadores, além de diversos outros tipos de cursos em áreas como gastronomia, construção civil, administração e comunicação. Muitos desses cursos que visam a formação de empreendedores são ministrados por grandes empresas localizadas no centro do sistema financeiro, alguns inclusive com o apoio do poder público, como o projeto Magia da Reforma, uma parceria da Prefeitura de São Paulo com a Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), na qual se visava fomentar a construção e a melhoria das casas em Paraisópolis e, ao mesmo tempo, profissionalizar os moradores para o mercado da construção civil.

As fotos abaixo são um pequeno exemplo, para ilustrar a problemática desenvolvida até aqui, demonstrando também que essa celebração da pobreza e o novo modelo de gestão da ordem articula toda a miríade de atores que atuam em Paraisópolis:

²¹Fonte Financial Times. Disponível em: <http://www.ft.com/cms/s/0/cb87fcd4-0522-11df-a85e-00144feabdc0.html#ixzz211dMbAqS>, acessado em 09 de julho de 2012.

Figura 12: Projeto Magia da Reforma

Figura 13: Curso de capacitação realizado pelo PECP

Figura 14: Cursos de capacitação realizados pela BM&F Bovespa

O principal alvo de todos os programas e projetos instalados em Paraisópolis são os jovens. A lógica empreendedora transborda a questão meramente profissionalizante, perpassando todos os âmbitos da vida. E os projetos se proliferam, na maior parte das vezes, encabeçados pelas miríades de organizações sociais que se espalham por Paraisópolis. Dentre as tantas organizações, destaca-se a atuação do PECP – Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis.

O PECP é exemplo mais bem acabado de entidade social baseada em critérios técnicos de excelência. Mantido pelo Hospital Albert Einstein, é visto como projeto modelo na área de filantropia empresarial e chega a atender até dez mil crianças em seu atendimento ambulatorial. Como visto no segundo capítulo, o programa surgiu em 1997 e ao longo dos anos 2000 se profissionalizou, ao ponto de que na conversa que tive com Fernanda, assistente social que trabalha há mais de dez anos no PECP, esta ter afirmado que antes era um programa social e hoje se referencia como “política pública”, com outros formatos e outros critérios. Na verdade, hoje, o PECP, atende em caráter de especialidade, várias unidades de saúde do entorno, pois o seu ambulatório se referencia à Secretaria Municipal de Saúde. Mas o programa possui duas frentes, além do ambulatório, possui o Centro de Promoção e Atenção à Saúde (CPAS), que trabalha as questões

sociais que incidem sobre a saúde. Mas como é característico das chamadas “entidades sociais”, conforme aponta Magalhães Júnior (2006), o trabalho varia de acordo com os agenciamentos provisórios e as solicitações exigidas pelas circunstâncias do mercado. Assim, na área do CPAS não se trabalha apenas com a saúde, há também um centro de convivência, uma área de capacitação profissional, trabalho e geração de renda, área de atendimento, que é área de plantão, na qual atende mulheres vítimas de violência, área de educação, esportes, atendimento à adolescentes, aulas de dança, violão, capoeira, trabalhos manuais, etc.

É através do CPAS que foram realizados cursos de capacitação profissional como o de culinária e de cabeleireiro, maquiador e manicure. Segundo Fernanda, ao longo de alguns anos o PECP realizou, em parceria com o SEBRAE cursos na área, para formação, segundo ela, do “saber empreender”. Ainda conforme o seu relato:

“Tais iniciativas têm no contraponto uma série de outras dificuldades que também não diz respeito só aqui. A dificuldade da escolaridade, as dificuldades ligadas a auto-organização; que tem a ver como uma cultura e com uma questão que está colocada pra todo mundo agora né. Tem muita vontade, muita criatividade, mas tem uma dificuldade de organizar mesmo, uma ação que seja de cunho mais coletivo. Eu falo isso, porque eu penso que essa seria uma ação importante, né.”

Falando ainda sobre as iniciativas empreendedoras em Paraisópolis, Fernanda relatou-me que:

“Então, recentemente, foi criado um grupo “Mãos de Maria” lá na União de Moradores e tem um outro que chama Paraíso Saudável, são mulheres fazem; elas fazem bolos, pães, cafés-da-manhã. Eu fiquei super emocionada de ver elas falando de comer o alimento que elas fizeram, é uma coisa legal assim, de... que se a gente for ser muito crítico, na verdade, não vai resolver os problemas, porque não é esse negócio que, muitas vezes, é individual, que é precário, porque empreendedorismo, se a gente for ser bem crítico, entender o que tá por trás dele, é um tipo “você se vira”... é uma profissionalização do trabalho

informal, né. Na verdade a gente devia querer pessoas com empregos, com garantias, com tudo isso, mas, é... tem um tanto que é legal, assim, porque tem essa coisa de uma característica de muitas pessoas da comunidade de querer isso, de desejar, de sonhar com isso. Tem gente que tem coisas aqui, que tem coisas lá no Nordeste; que vende muita coisa daqui pra lá, que ajuda a família lá e que se vira de diferentes maneiras aqui; trabalha como diarista, faz bico de "não sei quê", sei lá, enfim... é legal...".

O discurso é ambíguo. Fernanda a todo momento de sua fala parece querer justificar a contradição entre a sua fala, o trabalho que realiza e a sua trajetória de esquerda. Fernanda, vinda de uma família de migrantes nordestinos que foi morar na periferia da Zona Norte de São Paulo, formou-se em serviço social pela PUC em 1996 e atualmente faz mestrado na mesma universidade. Suas referências teóricas são todas à esquerda, ela sabe que na verdade o que possibilita a força do discurso do empreendedorismo em Paraisópolis é a disponibilidade da força de trabalho, o que é capaz de, nas suas palavras, *"profissionalizar o informal"*. E a contradição entre o que estuda e o que vê e realiza na prática a faz justificar a todo momento o seu entusiasmo com as ações empreendedoras realizadas em Paraisópolis, promovidas pelo terceiro setor ou pelas próprias entidades representativas reconvertidas a gestoras de projetos.

A atuação mais complexa e evidente, no entanto, no sentido de iniciativas de incentivo à chamada "economia de empreendedorismo", parte da União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis.

Conforme visto anteriormente, a União dos Moradores, a mais antiga entidade representativa dos moradores de Paraisópolis, a partir de fins da década de 1990, parece cada vez mais deixar de lado a sua atuação inicial de representação de interesses, substituindo-a por outra de mediação, na qual o principal papel é o de ser prestadora de serviços a seu "público alvo", através dos projetos e parcerias realizadas, seja com governos ou com a iniciativa privada. Pode-se dizer, de certa maneira, que essa reconversão faz com que a União se transforme em uma espécie de organização não governamental, que dirige projetos sociais, fazendo com que a gramática

política das lideranças sociais passe a ser a do terceiro setor e a sua prática a do empreendedorismo social.

E dentro desse seu novo papel na dinâmica interna de Paraisópolis, o incentivo às ações empreendedoras e a formação de indivíduos empreendedores entra na ordem do dia das ações da União dos Moradores. Nesse sentido, a chegada dos bancos é um marco, pois com eles, há um intenso movimento no sentido da formalização dos comércios, bem como na formação de novos empreendedores, especialmente incentivado pela União.

Segundo o relato de Antônio, o vice-presidente da entidade, a União tenta mobilizar os comércios a se formalizarem e, para tanto, fazem, regularmente, na sede da entidade, reuniões de educação financeira e de orientação. Foram realizados também mutirões com o SEBRAE e com o São Paulo Confia, o banco de microcrédito do Estado de São Paulo, para a abertura de CNPJ dos comércios. Além disso, a chegada dos bancos e o acesso ao crédito, fez com que aumentasse a procura para a formação de empresas individuais, a chamada MEI (microempresário individual). Nas suas palavras:

“Estão se formalizando. Tem crescido por conta, principalmente, por essa questão da facilidade de ter o crédito. Então, as pessoas hoje, antigamente não faziam isso, né? Tinham pouca condição de ter um empréstimo pra capital de giro, por exemplo, que tem taxas menores do que pegar um empréstimo direto do banco. Então, não é um empréstimo dele, pessoa física, é um empréstimo pra empresa, entendeu? Então, eles começaram a ver isso, que eles podem, com a empresa conseguir ter acesso a linhas que vão sustentar a empresa e vão sustentar o negócio dele. Que podem ser várias coisas diferentes, né? Tem gente aqui que está trabalhando com joias, com açougue. Tem açougue aqui que tem 3 filiais, dentro da comunidade. (...) Nós temos contato com o SEBRAE e quando a gente faz esses encontros de educação financeira, a gente sempre conta com a presença do SEBRAE e com a presença da secretaria de microempreendedorismo individual. Tem uma secretaria dessa na

prefeitura, eu não sei o nome exato agora, mas é isso. (...)Então, a gente sempre orienta: "olha eu quero abrir uma empresa formalmente, como é que eu faço?" Explica o procedimento e acompanha esse processo, mas ele faz isso. Tem uma questão: "ah, vou ter isenção de pagar?" Não vai ter isenção de pagar nada, isso a gente não consegue ainda. Mas, pro MEI não tem custo quase nenhum, é um valor irrisório, pra ter acesso a muita coisa. Vai virar uma empresa, vai poder contratar um funcionário, vai ter faturamento de 60 mil reais por ano, já é alguma coisa. Então, com essa vinda dos bancos foram criadas linhas próprias, como eu falei... então, tem acesso, se a empresa tiver foco, tiver objetivos ela vai conseguir, porque o que acontece é o seguinte: o banco só vai fornecer crédito, se ele ver que a pessoa vai aplicar o crédito na empresa. Então, as vezes, as pessoas disfarçam o empréstimo pra uso pessoal: - Olha, eu quero ampliar meu comercio. - Precisa de quanto? - Preciso de 15 mil reais. Aí vai e não aplica, aplica 5 mil, 10 mil... o que acontece é que agora é o seguinte, existe um acompanhamento. O banco empresta, mas ele vai lá visita, orienta, né? E sempre tem uma relação bem próxima com o comerciante."

E os exemplos desse incentivo à formação de indivíduos empreendedores levado à cabo pela União dos Moradores são inúmeros, todos divulgados com muito marketing empresarial. Em parceria com o Instituto Pão de Açúcar, foi realizado um curso para duzentas pessoas na área de varejo. Após a realização, com a presença da primeira dama do Estado de São Paulo, a União fechou uma parceria com o instituto para instalação de Escola Técnica na área de cozinha/alimentos. Além disso, a União mantém curso de culinária, denominado "Mãos de Maria", realizado pela Associação de mulheres de Paraisópolis e que tem como patrocinador o Instituto Afrânio Afonso Ferreira, cujo objeto social é o de estimular iniciativas não-formais de capacitação e educação profissional.

Para dar visibilidade ao projeto, já visitaram o curso o

apresentador Edu Guedes e a chef de cozinha Danielle Dahoui, que comanda a cozinha de um requintado restaurante francês de São Paulo. Na reportagem realizada sobre a visita de Dahoui, no site paraisopolis.org, também mantido pela União, pode-se ler: *“Danielle, uma das chefs de cozinha e restaurantes mais bem-sucedidas do país, foi professora convidada do projeto Mãos de Maria, curso de culinária e empreendedorismo realizado pela Associação de Mulheres de Paraisópolis, voltado à formação profissionalizante de homens e mulheres que residem na comunidade. A dona de dois dos mais charmosos restaurantes paulistanos, Ruella e A Côté, Danielle é também uma empreendedora nata e deu umas dicas a turma participante da oficina suas experiências profissionais e pessoais.”*²².

Para além de cursos de capacitação profissional e de finanças com vistas a formação de empreendedores no mercado em expansão da favela, a União dos Moradores também investe em incentivos para a formação de empreendedores sociais. Ao contrário de Vicente e seu grupo, para o qual a existência das inúmeras ONGs pouco altera a situação social de Paraisópolis, já que tais entidades estariam muito mais interessadas na visibilidade política e econômica de suas ações do que alterar a realidade das favelas, para o grupo que dirige a União dos Moradores, a atuação dessas chamadas entidades sociais faz a diferença na vida da favela, tanto que muitas vezes são fechadas parcerias em projetos da União com muitas dessas ONGs.

A crítica que a diretoria da União faz a essas entidades é relacionada à ausência de moradores da favela atuando dentro delas, para além de funções como de faxineiro, porteiro ou segurança. Para tanto, a União pretende formar lideranças sociais, para atuar nas ONGs em Paraisópolis, ou mesmo criar uma entidade social. Antônio disse-me que o objetivo deles é fazer com que haja uma profissionalização para que um morador de Paraisópolis possa ser diretor da organização e, para tanto, buscam envolver cada vez mais os habitantes locais nos projetos desenvolvidos pela União. Sobre o modo como é realizado esse incentivo,

²² Fonte: Sítio paraisopolis.org. Disponível em: <http://paraisopolis.org/danille-dahoui-realiza-oficina-culinaria-paraisopolis/>, acessado em 02 de outubro de 2013.

relatou-me que:

“Tem algumas organizações em Paraisópolis que são iniciativas de moradores. Como que a gente faz isso, né. A gente pega, principalmente, nesses projetos todos que eu apresentei aqui, como o balé, a orquestra, o judô... Quem é a diretora do balé? Ela é de Paraisópolis? Hoje não é, mas o resto é. Então, ela vai formar alguém pra, no futuro, substituir ela na direção do balé. Quem que vai ser essa pessoa? Quem tiver mais perto aqui, quem tiver se envolvendo nas atividades da comunidade. Tem vários momentos que a gente propicia esse envolvimento das pessoas: tem reuniões da diretoria da associação, tem mobilizações na comunidade pela educação e pela saúde, um monte de coisa... e as pessoas tem que se envolver. (...) Um monte de organização falou que era importante fazer, mas não foi lá e fez isso. Tem uma questão política também por trás, as vezes, as pessoas não querem dar a cara porque tem outros interesses. "Ah, eu não vou lá porque eu tenho um convênio com a prefeitura. A prefeitura vai cortar meu convênio". Tem muito disso, também, né. Não vai confrontar. Então, a gente busca formar as pessoas como? Envolvendo elas, nas atividades que a gente vem fazendo. Seja na rádio, seja nos projetos que a gente desenvolve, em vários momentos em que a gente atua, por exemplo, hoje a gente tem Escola do Povo, a gente tem a Associação das Mulheres, a gente tem é... judô, orquestra e balé. E nisso deve ter mais de 2 mil pessoas envolvidas, muito mais de 2 mil pessoas diretamente atendidas, fora o atendimento da Associação, que, por dia, passa mais de 250 por aqui, mais de 250 pessoas tranquilo. Então, você vê o número de pessoas que a gente atende, né? Mas, pra aparecer que quer se envolver, quer se dedicar, quer aprender, quer se formar... não é uma coisa tão simples. Como que ela vai conseguir? Se envolvendo. E se "envolvendo" é o que? É participando das reuniões, é indo. Não consegue participar de tudo... as pessoas trabalham, as pessoas estudam, têm suas

obrigações, mas a partir disso que a gente consegue ajudar. As vezes, a pessoa quer ser uma boa socióloga, como é que vai fazer? "Ah, vou botar ela pra falar com o melhor cara de área... ah, ela quer falar com fulano lá do Grotão, pra ver qual é a realidade lá do Grotão mesmo, se é o que a imprensa fala ou se é o que a Associação de Moradores fala..." vai lá, fala lá com o cara, conversa com ele... nosso papel é facilitar. Tem muitas organizações que vieram pra Paraisópolis e só passaram a existir por conta da nossa intervenção, muitas organizações; não só as empresas, mas muitas organizações sociais que estão em Paraisópolis hoje vieram pela união. Então: Florescer é um exemplo, Einstein é um exemplo, a Crescer Sempre é um exemplo, Bovespa é um exemplo... essas maiores."

A figura de empreendedor social, representada por alguns dos próprios moradores da favela, que vão criar seus projetos, sem a intermediação de uma camada técnica da classe média passa a ser cada vez mais incentivada. Certa vez, em uma das reuniões do fórum multientidades, Claudio, o presidente da União dos Moradores disse a alguns dos moradores presentes que, caso alguém tivesse projetos em andamento com dificuldade de financiamento, o melhor a se fazer era se constituir juridicamente, pois o processo de urbanização dá evidência especial a tais atores. Isso faz com que além de iniciativas de fundações empresariais e instituições vindas de fora, especialmente do entorno rico, pode-se verificar também o surgimento de pequenas instituições criadas pelos próprios moradores, muitas vezes até financiadas por grandes empresas, como a construtora Camargo Correa que venceu a licitação da primeira parte das obras da urbanização e que não raramente costumava fechar parcerias com algumas das ONGs de Paraisópolis, cedendo materiais e financiamento para a reforma e constituição de suas sedes.

O processo acima relatado põe em evidência o surgimento de novas entidades sociais na periferia, incentivados pelas associações populares de representação reconvertidas ao léxico do empresariamento, vinculadas a programas sociais específicos e em competição por recursos

para viabilização dos seus projetos, atuando no mesmo campo de gravitação de ONGs e fundações empresariais, reduzindo as diferenciações entre protagonismo político e empreendedorismo social.

Para além do incentivo generalizado dos diversos modo de empreender, a economia popular exaltada como autêntica, a substancialização da favela como espaço da criatividade, do empreendedorismo, torna-se uma fronteira de ativos no capitalismo contemporâneo, a pobreza é convertida em capital, para utilizar os termos de Roy (2011). Nesse sentido, Paraisópolis é muito mais do que uma economia impulsionada pelo espírito empreendedor do seu povo, tornou-se um ativo urbano cada vez mais visível ao capital global, com a mercantilização de sua economia que será a seguir descrita.

3.2. Pobreza é onde a riqueza circula

Paraisópolis e Morumbi cresceram juntos e, devido a essa peculiaridade, de estar incrustada em uma das áreas mais ricas da cidade, pode-se dizer que comparativamente às demais regiões periféricas de São Paulo, Paraisópolis sempre foi considerada uma favela de relativa tranquilidade. São os agenciamentos práticos que fazem do local uma área “pacificada”: atuam na área uma miríade de organizações e associações, forças da ordem mediante diversas formas de intervenção local, bem como um mando não oficial. Tal como sugerido por Telles (2010), a gestão da ordem local é realizada por meio de agenciamentos práticos nos quais se entrelaçam as forças da lei, os ilegalismos e as microrregulações da vida cotidiana.

Trata-se de um equilíbrio precário, sujeito a episódios de violência como o ocorrido em 2009, quando após o assassinato de um homem durante uma abordagem policial, alguns populares fecharam a Giovanni Groncchi, queimando pneus, carros e atirando pedras e rojões²³.

²³ Segundo versão corrente na mídia à época, seriam integrantes do PCC que comandavam o tráfico na região quem tinham comandado a reação contra a morte de um morador pela polícia. Mas segundo relatos de muitos moradores que conversei, não se tratou de algo

Mas mesmo com a instabilidade da gestão interna, as suas características tornam Paraisópolis um modelo de implementação da nova fase da gestão da pobreza pautada pela perspectiva da transformação de uma força de trabalho permanentemente disponível em empresários de si mesmos. Em outros termos, trata-se de um modo de incluir os “pobres”, agora convertidos em “empreendedores”, nos circuitos do mercado: não apenas consumidores, mas também operadores do mercado, o que pode ser verificado especialmente nos programas de redução da pobreza focados na ideia de formação de indivíduos empreendedores, levado a cabo principalmente pela União de Moradores, reconvertida a uma entidade gestora de projetos.

Para quem não conhece, andar pelas ruas estreitas e movimentadas do centro de Paraisópolis significa um forte contraste com a ideia corrente de que favelas são territórios da exclusão. As ruas Itajubaquara, Pasquale Gallupi e Esnest Ranan, que cortam a região central da favela, são um emaranhado de pessoas, carros, motos, lotações e, especialmente comércio, muito comércio e de todos os tipos. Parece ter ficado para trás o cenário de uma área de comércio vivo, porém centrado nos moradores mais antigos e em grande parte dominado por redes de parentesco que pagavam uma taxa ao justiceiro local para poder funcionar.

O comércio em Paraisópolis se desenvolve seguindo as próprias transformações internas e o crescimento da favela. O primeiro a se desenvolver foi o de alimentação, concentrado inicialmente em três estabelecimentos. Eram as chamadas “vendas”, um tipo de comércio quase familiar, realizado por poucas pessoas e baseado em relações de proximidade e confiança, pois apesar do preço do alimento ser mais caro do que fora da favela, vendia-se fiado, tudo anotado em caderneta.

Com o crescimento de Paraisópolis e o “boom” das organizações que passaram a se instalar dentro da favela, começou-se a discussão acerca da urbanização, da melhora da qualidade de vida, ocasião na qual os barracos de madeira passaram a ser substituídos pelas casas de

planejado pelos traficantes locais, mas uma reação de alguns “meninos” que não tinham relação com o PCC. A explicação recorrente que obtive foi de que para os traficantes não era interessante tal conflito, já que traria, como realmente trouxe, a polícia para dentro de Paraisópolis, trazendo prejuízo para os negócios da droga.

alvenaria. Devido a dificuldade dos caminhões de material de construção vindos de fora chegar até as ruas estreitas da favela, começou-se a se expandir internamente o comércio de material de construção, que até hoje é um dos mais desenvolvidos, especialmente com as transformações recentes e o projeto de urbanização, que encareceu o valor dos alugueis e das vendas, fazendo com quem tivesse uma casa para vender ou alugar, recorresse cada vez mais a reformas para aumentar o seu valor de troca.

Depois, começam os bares, lanchonetes, restaurantes, lojas de móveis, eletrodomésticos e com a facilidade de acesso ao crédito, o comércio se expande em ritmo acelerado. Em meados dos anos 2000, com a saída do “justiceiro” Tenório, que comandava de modo não oficial a gestão interna da ordem, substituído pelo PCC, acaba uma antiga taxa cobrada para manter um comércio na favela²⁴. Se isso por um lado quebrou muitos daqueles moradores mais antigos que mantinham um estabelecimento há muitos anos, por outro lado, Paraisópolis tornou-se uma área cobiçada para novos negócios, especialmente para quem vem de fora, que vê no comércio aquecido da maior favela da cidade, uma oportunidade para aumentar seus lucros.

Para se ter uma dimensão do estágio do comércio de Paraisópolis atualmente, basta andar pelas ruas principais do centro da favela. Há uma miríade de estabelecimentos de todos os tipos: lojas de roupas, móveis, eletrodomésticos, materiais de construção, produtos chineses, academia de ginástica, muitos salões de beleza, restaurantes,

²⁴ Durante os muitos anos em que o justiceiro Tenório controlava com mãos fortes a gestão interna da ordem, para qualquer pessoa que resolvesse abrir um comércio em Paraisópolis, para que lhe fosse garantida “proteção”, era necessário pagar uma espécie de taxa de funcionamento a Tenório. Já com o PCC no mando não oficial de Paraisópolis, altera-se a própria economia local, pois o varejo da droga insere-se nessas relações nas quais fluxos de mercadoria se entrelaçam nas práticas sociais. Muda-se o modo de agir, refletido especialmente na expansão do comércio local, pois diferentemente do tempo de Tenório, não é necessário pagar qualquer taxa para a “administração” não oficial para abrir um negócio em Paraisópolis, o que levou a sua rápida expansão, atraindo muita gente para o comércio da região, inclusive de outras áreas da cidade. Um fato que ilustra bem a situação ocorreu no dia da inauguração das Casas Bahia, quando o Financial Times fez uma reportagem em Paraisópolis e entrevistou um menino no meio da multidão que se dizia do PCC. No seu relato ao jornal, disse que antes deles entrarem na favela era preciso pagar suborno e agora, o comando faz o seu dinheiro só com o comércio da droga, pois a extorsão não está na sua filosofia. Disponível em <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/9db2ce16-b1ee-11dd-b97a-0000779fd18c.html#axzz211aNf9jp>, acessado em 09 de julho de 2012.

bares, lanchonetes, padarias, açougues, etc.

Como me disse Carmen, uma espanhola que está no Brasil há dois anos, trabalhando no projeto de urbanização, caminhar pela Pasquale Gallupi, uma das ruas principais e ver a quantidade de comércio, como também a qualidade, especialmente a estética dos produtos vendidos, foi o que mais a surpreendeu ao chegar em Paraisópolis. Isso porque a ideia que tinha de favela era de casas de tijolo com drogas, armas, esgoto a céu aberto. Carmen não imaginava a atividade comercial e urbana na favela, o que surpreende a todos que chegam no local sem conhecer.

Dentre tantos estabelecimentos comerciais, destacam-se uma rede de supermercado local, o Mercado Nova Central, que comprou os pequenos mercados locais e hoje praticamente monopoliza a área, concorrendo apenas com as pequenas “vendas” que funcionam sem regularização; uma loja atacadista chamada Espan, que vende embalagens e alimentos para padarias, açougues e pizzarias da região; duas agências de turismo, uma denominada Vai Voando e a outra Espaço Aéreo Brasil, que foi a pioneira, trazida por um gaúcho que tem comércio na região e percebeu a demanda local por passagem de avião; a Porto Seguro Seguradora, vendendo seguro para carro, residência e comércio, além de uma imobiliária.

Paraisópolis não para de se transformar. Desde que comecei a pesquisa de campo, há cerca de dois anos, muita coisa já mudou. Essa mudança diz respeito também à aparência dos estabelecimentos. Muitos deles, a maior parte padarias, lanchonetes e supermercados foram reformados e modernizados, os empregados trabalham de uniforme e o visual em nada difere dos estabelecimentos do entorno rico.

Com o mercado aquecido, cada vez mais aumenta a procura por comércios em Paraisópolis. De acordo com informações da União dos Moradores, o comércio interno era de propriedade, majoritariamente, de comerciantes de dentro de Paraisópolis. Porém, atualmente está havendo uma inversão, muitos empresários de fora da favela estão procurando a entidade atrás de estabelecimentos e terrenos para vender seus produtos na região.

Antônio, o vice-presidente da União dos Moradores, conta que antes a resistência dos comerciantes de Paraisópolis àqueles que vinham de

fora era maior. Tempos atrás, houve até uma mobilização interna que impediu a vinda de uma grande rede de farmácia para Paraisópolis. Mas atualmente a situação é outra, com os preços em alta, muitos não resistem e acabam vendendo suas casas e comércios para gente de fora. O exemplo que Antônio me deu foi o de uma empresa de material de construção do Capão Redondo que comprou o estabelecimento de um comerciante local sem nenhuma resistência. Outro exemplo, citado por Vicente foi o caso de outro empresário que pagou R\$ 150.000,00 pela posse de um estabelecimento não regularizado no centro, para construir um açougue.

Mas para quem mora em Paraisópolis ou participa das diversas associações e instituições que lá atuam, o grande símbolo da prosperidade da região foi a chegada de uma loja das Casas Bahia e dos Bancos. A filial das Casas Bahia em Paraisópolis, inaugurada há mais de três anos, ocupa um terreno de 2.200 metros quadrados na Rua Ernest Renan. Foi a primeira das redes de grandes lojas a chegar em Paraisópolis e também a primeira experiência das Casas Bahia em uma favela paulistana. Trata-se de um dos empreendimentos mais exitosos da região, já que a qualquer hora do dia a loja encontra-se lotada. Para muita gente, a chegada das Casas Bahia marca um novo tempo em Paraisópolis, no qual é celebrado seu potencial de consumo. Agora, espera-se a chegada de uma outra grande rede de magazines e fala-se inclusive na construção de um shopping.

No mesmo sentido, a chegada dos bancos também foi celebrada. O primeiro a se estabelecer foi o Bradesco e atende em dois pontos em Paraisópolis, uma agência e um posto dentro das casas Bahia. Logo em seguida foi aberta uma agência do Banco do Brasil, também a primeira agência da instituição dentro de uma favela. Além do Bradesco e do Banco do Brasil, há uma lotérica que atende correntistas da Caixa Econômica Federal e o Santander, igualmente, faz planos de abrir uma agência na favela nos próximos meses. Todos os bancos se localizam nas proximidades da Rua Melchior Giola, próximos a União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis. A agência do Banco do Brasil, inclusive, foi instalada na sede do prédio da União dos Moradores, pois foi trazida em parceria com esta, assim como a futura agência do Santander, que também virá por meio de um acordo com a União dos Moradores.

A chegada dos bancos à Paraisópolis é um marco, pois é a partir desse momento que se dá a inserção da população local nos circuitos financeiros através do crédito fácil e das estratégias do endividamento. Nos termos de Claudia Sciré (2009), trata-se aqui dos dispositivos de financeirização da pobreza. Com a flexibilização das exigências em relação à comprovação de renda e de residência e, um incentivo às políticas de acesso ao crédito a populações de baixa renda, os bancos instalados na favela se adequam à demanda e expandem consideravelmente seus negócios. Em Paraisópolis, os bancos oferecem linhas de crédito específicas para os comerciantes, como o MPO – micro crédito produtivo orientado. Embora essa linha de crédito também seja oferecida em outras regiões, a particularidade local é que as exigências são menores, em razão do grau de informalidade. Esse é o processo denominado por Roy (2010) de “pobreza capital”, no qual alguns tipos de financiamento, tais como a microfinança, sustentam a gestão e a redução da pobreza. Dentro do modelo descrito, os pobres servem como modelo de mercado, abrindo novos horizontes para a acumulação de capital.

Em Paraisópolis esse processo é evidente, tanto que em 2011, Claudio, o presidente da União dos Moradores, foi eleito como uma das personalidades financeiras do ano, pela sua atuação em bancarização, inclusão financeira e microcrédito. Fica evidente também na fala de Carlos, o editor de um dos jornais comunitários. Há quatro anos a sua única fonte de renda são os espaços publicitários vendidos no jornal mensal que ele mantém na favela. Como me disse, entre aluguel da casa onde funciona o escritório improvisado, a diagramação e a impressão do jornal, o seu custo é de cerca de R\$ 3.200,00 e com o dinheiro que sobra ele se mantém. Quem compra os espaços no seu jornal são majoritariamente os comerciantes da região, que ele diz serem muitos. Carlos, inclusive, fez um guia de endereços do comércio de Paraisópolis no qual constam açougues, padarias, supermercados, lojas de roupas, celulares, centros médicos, odontológicos e até um pet shop. Sobre a vinda dos bancos para Paraisópolis, relatou-me sobre a demanda interna por tais serviços. Nas suas palavras:

“Nenhuma comunidade mudou tanto em tão pouco tempo como essa aqui(...) com a melhora na economia, a nova classe C, D, o pessoal começou investir aqui dentro, tem empresa grande,

as empresas começaram ver o potencial daqui. Os bancos vieram para cá, aqui dentro tem o Bradesco, Banco do Brasil e a Caixa Econômica que funciona na lotérica. Fora tem o Itaú, na Giovanani, que eu acredito que 80% dos clientes sejam de Paraisópolis. A maioria fica perto da União dos Moradores porque foi uma parceria deles (...) eles foram trazidos para cá pela União dos Moradores e viram aqui uma oportunidade, pois aqui há uma demanda muito grande. Depois disso veio mais uma agência do Bradesco nas Casas Bahia, mais para pagar contas, não tem saque, mas o pessoal vai muito lá, se você for uma hora dessas lá vai estar lotado.”

A entrada dos bancos em Paraisópolis e o acesso ao cartão de crédito, bem como as modificações trazidas pelo processo de urbanização trazem consigo a questão da regularização dos empreendimentos comerciais. Boa parte do comércio de Paraisópolis ainda é irregular. Um dos principais empecilhos à regularização é o custo do empreendimento, já que devido a sua localização e as melhorias no local, a região sofre forte especulação imobiliária. Carlos me contou ainda, que a maior dificuldade, além da própria burocracia da prefeitura e da falta de planejamento e gestão, é o valor do aluguel, pois para quem quer abrir um negócio e não tem imóvel próprio, ter que pagar aluguel e mais os custos para manter o empreendimento legalizado, tais como o pagamento de impostos, direitos trabalhistas, praticamente o torna inviável.

Mas além da fiscalização da prefeitura, surge um outro elemento que vai alterar a lógica interna do comércio e forçar os comerciantes a regularizarem seus negócios para tentar sobreviver, qual seja, o acesso dos moradores ao cartão de crédito. Segundo pesquisa realizada em pela Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), em 2007, 42% da população de Paraisópolis possuía cartão de crédito, número esse que aumenta a cada ano²⁵.

²⁵ Uma pesquisa divulgada em outubro de 2013, realizada pelos institutos Data favela/Data Popular, revelou que 35% dos moradores de favela têm cartão de crédito, número este que nas regiões metropolitanas sobem para 49%. Embora os números específicos de Paraisópolis datem de 2007, verifica-se que o acesso a cartões de crédito em Paraisópolis é significativamente maior do que a média das favelas brasileiras, embora seja inferior à

A entrada do cartão de crédito na vida das pessoas do local fez com que muitos comércios perdessem clientes, pois não tinham a máquina de cartão. Como mostra Telles (2006), a chegada dos cartões de crédito e, com ele as práticas de endividamento, desloca o tradicional “fiado”, as anotações em cadernetas dos donos de bazar e mercearia “ali-do-lado”, ou ainda as regras de prestação e contraprestação do jogo de reciprocidades que sempre fizeram parte da chamada “viração popular”.

Ao longo da pesquisa e das entrevistas que realizei, esse processo se tornou evidente. Dirceu e Seu José são líderes comunitários, chegaram em Paraisópolis em meados da década de 1980. Além da militância política por moradia popular, ambos tem em comum o fato de serem ou terem sido comerciantes. Seu José hoje não é mais comerciante, ele teve um pequeno bar, próximo da sua antiga casa, mas foi obrigado a fechar, pois com a urbanização, sua casa teria que ser removida. Após muitas disputas com a prefeitura, conseguiu que o instalasse com sua família em uma casa com boas condições para os seus três filhos deficientes. Mas como a casa era em uma viela e não mais no centro, Seu José ficou impossibilitado de continuar com seu comércio. Sobre a entrada das grandes redes de comércio em Paraisópolis, ele diz:

“É, como se diz, a Casas Bahia, foi um benefício pra Paraisópolis? A gente não sabe. Porque acabou com o comércio, tinha um monte de lojinha de moveis aqui dentro de Paraisópolis, que vendia televisão, vendia eletrodomésticos, que fechou as portas, né. Não é porque é Casas Bahia... quem compra aqui na Casas Bahia daqui, pode ir em Pinheiros, em Santo Amaro e comprar, é a mesma Casas Bahia. É que entrou aqui dentro e... pouca gente sobreviveu. Foi acabando.”

Dirceu herdou do pai um pequeno comércio onde vende de tudo. O local ainda não é regularizado, mas ele faz questão de dizer que todos os produtos que compra, pede a nota fiscal. Sobre a vinda das grandes redes e de comércio de fora para Paraisópolis, compartilha da mesma

média das regiões metropolitanas das grandes cidades. Fonte: Portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/10/53-dos-moradores-de-favela-tem-conta-em-banco-diz-data-popular.html> , acessado em 12 de novembro de 2013.

opinião de Seu José:

“Olha, o Paraisópolis hoje, é como que seja um centro da cidade. O Paraisópolis mudou muito, nós tem muita coisa boa aqui no Paraisópolis. O comércio aqui no Paraisópolis, a gente tem de dar parabéns, você pode ver aqui ó. Nós temos no comércio banco aí 24 horas. A gente tem muita coisa que a gente quer, o comércio de Paraisópolis. Mas hoje, pelo contrário, a gente tá até preocupado, porque os ricos lá de fora estão vindo botar comércio aqui, que deveria dar um espaço pra nós. Nós não estamos tendo mais espaço, porque os caras estão vindo colocar comércio aqui até porque... o poder publico tinha que cair em cima. Porque os caras estão vindo lá de fora, hoje, porque cercou tudo pra eles, aí os caras grandes estão chegando aqui e estão tomando, né. Estão tomando nosso espaço. É bom, é bom numa parte? É. É bom numa parte e é ruim noutra. Porque os caras que estão aqui, vão querer crescer, vai chegar uma hora que...”

Para a União dos Moradores, no entanto, a chegada das Casas Bahia e das grandes redes não prejudica o comércio local, já que segundo eles existe a própria entidade, que leva desde 2003 o comércio no nome e, cujo papel não é apenas facilitar a vinda de novos negócios, mas também de proteger o comércio local. Segundo Antônio, o comerciante local vende para quem tem nome sujo, cobra mais, mas faz menos exigência do que a Casas Bahia, porque ele conhece as pessoas. Nas suas palavras:

“Então, quando a Casas Bahia veio pra cá, houve uma discussão com os comerciantes de Paraisópolis se eles concordavam com isso. E a posição que existia era uma posição de cautela. Porque será que a Casa Bahia vai fazer quebrar os vendedores de móveis da comunidade? A gente viu que não. Porque? Porque o comerciante de Paraisópolis, ele vende, às vezes, para quem está com o nome sujo. Eles exigem menos do que a Casa Bahia. Porque esse cara que é comerciante em Paraisópolis de móveis ele mora aqui. Então

ele cobra o cara. Ele vai lá na casa das pessoas, ele conhece as pessoas. Então o grau de confiança tem que ser maior, né. Então ele não está competindo com a casa Bahia, vai ser mais caro comprar num cara de Paraisópolis? Vai. Vai ser mais caro. Porque para ele fazer este tipo de crédito ele acaba tendo que "salgar" um pouquinho. Ele faz isso por conta do medo da inadimplência e outras coisas.. Mas é outro mercado, é outro público que ele atende. Tanto que se você andar aqui em Paraisópolis tem umas 10 casas de vendas de móveis: Móveis usados, tem muita coisa assim, a Casas Bahia continua lucrando. É o mercado da Casas Bahia, porque quem ia comprar em Pinheiros, é quem ia comprar em Santo Amaro... então hoje, ao invés de ir pra Santo Amaro e pra Pinheiros pra andar, vem aqui e compra na unidade de Paraisópolis. Além disso, tem muita gente que trabalha na unidade que é morador, então isso também gerou emprego pra gente da comunidade."

A questão da chegada dos grandes equipamentos de consumo e dos empresários de fora da favela é controvertida, mas mesmo os mais críticos a esse política, como Dirceu, concordam na necessidade de formalização dos estabelecimentos. Para Dirceu a regularização é importante para dar segurança, já que eles não possuem a propriedade dos terrenos:

"Eu acho que é importante, até pra nós se sentir mais seguro. Porque a gente tem um comércio, mas não tem o documento do terreno e nós tendo o alvará do nosso estabelecimento, nós vamos sentir mais seguro. Até para brigarmos, na hora que aparecer os lobos para querer tomar nossos espaços. E se a gente não se organizar para ir nessa demanda, vai chegar uma hora, vai chegar o governo: "Oh, seu estabelecimento tá fechado." Por que? "Porque não tá legalizado." Quer dizer, eles deveriam criar um sistema de organização, de vir sentar com os comerciantes e fazer uma demanda para que nós nos legalizássemos, era mais fácil do que chegar e fechar a porta, entendeu? Porque aqui, que nem o Kassab fez com os ferros-

velhos, em São Paulo. O que é que ele fez? Chegava no ferro velho, dava uma multa de 9 mil reais e o cara não tinha condições de abrir o comércio. Então, meu medo é esse. Que um governo amanhã chegue, eu acho que legalizar é bom, mas de acordo com que a pessoa tenha condições de pagar. Não adianta vir aqui, que a gente tem que abrir firma e chegar, cobrar uma coisa que a gente não tenha condições de pagar. Porque, se for pra gente pagar direitinho, legalizado, nós não temos condições, entendeu?”

E no sentido de regularizar os empreendimentos locais, como parte da parceria celebrada entre a União dos Moradores e o Banco do Brasil para trazer uma agência para Paraisópolis, foi lançada a estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), na qual o banco ajudaria na formalização de 150 empreendedores associados à União dos Moradores, que hoje atuam de maneira informal e estão cadastrados no projeto "Comércio Legal", da própria favela.

Além disso, conforme já visto anteriormente, a União dos Moradores, também realizou mutirões com o SEBRAE e o “São Paulo Confia” para a abertura do CNPJ. Os maiores incentivos para a legalização é a formalização através do MEI - micro empresário individual²⁶, que possui baixo custo e pouca burocracia. Como em Paraisópolis muitos dos pequenos comércios são individuais, a formalização a partir do MEI passa a ser bastante propagada, pois a despeito do limite de receita bruta e da possibilidade de contratar apenas um empregado, tornar-se um

²⁶ Conforme informações do Portal do Empreendedor, Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria. Criado pela Lei Complementar 128/2008, o MEI dá acesso ao registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais. As despesas com a empresa são somente o pagamento mensal de R\$ 33,90 (INSS), acrescido de R\$ 5,00 (Prestadores de Serviço) ou R\$ 1,00 (Comércio e Indústria) por meio de carnê emitido através do próprio portal do empreendedor, além de taxas estaduais/municipais que devem ser pagas dependendo do estado/município e da atividade exercida. Disponível em : <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>, acessado em 07 de novembro de 2013.

microempresário individual garante o CNPJ, o acesso aos serviços bancários, além de servir de comprovante de renda. Ademais, a própria concorrência faz da regularização um bom negócio para os comerciantes, pois para comprar produtos fora, quem tem o comércio legalizado possui mais vantagens.

Com a expansão do crédito, a financeirização e o próprio processo de urbanização, o desafio não é somente a regularização do comércio, mas também dos serviços. Uma das consequências desse processo é a entrada massiva da venda de planos de televisão paga, via satélite. Além disso, uma das grandes operadora de telefonia implantou em 2012 uma rede de internet wi-fi via fibra ótica. Carlos me disse que há dois anos, devido ao aumento da demanda, há uma disputa das empresas pelos clientes para acesso a planos de TV a cabo. Mas como demonstra Livia De Tommasi e Dafne Velazco (2012), a proposta desses planos mais baratos para as favelas como Paraisópolis, esconde uma armadilha, pois tal plano permite acesso a poucos canais, enquanto os chamados “gatos”, ofereciam pelo mesmo preço acesso a todos os canais fechados.

Em suma, o cenário recente com as inúmeras transformações que ocorreram em Paraisópolis, em ritmo extremamente acelerado nos últimos cinco anos, mostra que há uma euforia em torno do acesso ao crédito, que é visto como capaz de melhorar a vida dos mais pobres. Por trás dessa ideia, como demonstra Roy (2010), altera-se a configuração do social, há uma substituição das normas sociais pelas normas financeiras; ao invés da questão da igualdade, coloca-se a oportunidade e, ao invés da redistribuição de renda, o empreendedorismo.

E essa ênfase na capacidade moral do pobre, através da ideia de capacitação que o levará a sair da pobreza através de um empreendedorismo, facilitando a sua participação no mercado está presente também nos programas de regularização fundiária e de urbanização da favela. O que veremos a seguir é como se dá a própria produção do espaço, por meio da política de regularização dos assentamentos informais em Paraisópolis.

3.3 A urbanização e a produção do espaço

3.000 famílias sob argumento de eliminação de áreas de risco e abertura de vias, com o estabelecimento de 3.168 unidades habitacionais. As obras incluem a construção de um trecho da Via Perimetral, de unidades de saúde, escolas, creches e até um cinema a céu aberto.

O discurso oficial é o da integração de Paraisópolis à “cidade legal”. A informalidade, nesse aspecto, é vista como a esfera da não regulamentação, da atividade ilegal e, portanto, fora do âmbito do Estado. Daí a necessidade de intervenção através da urbanização. Para tanto, é mobilizada uma rede de equipamentos urbanos que vai além da universalização dos serviços de água, luz, esgoto e pavimentação de ruas. No caso de Paraisópolis, o processo de urbanização se expande também por via de dispositivos transnacionais, contando com a participação, no financiamento e na execução, de organismos internacionais, empresas, grandes empreiteiras e uma miríade de escritórios de arquitetura. Em outros termos, em Paraisópolis também é possível rastrear os modos pelos quais os territórios se globalizam.

Com o programa de urbanização, Paraisópolis se torna uma espécie de laboratório de projetos arquitetônicos: parques lineares do Antonico, Escola de Música, Pavilhão Social, Parque Sanfona no Grotão. Os projetos ganham o mundo, arquitetos, urbanistas, pesquisadores de outros países são convidados pela prefeitura para conhecer as obras em Paraisópolis. O de uma escola de música no Grotão venceu o prêmio Holcim Awards 2011, realizado pela fundação Holcim, com sede em Zurique, na Suíça, e que apoia iniciativas de construções sustentáveis e de excelência arquitetônica. Além disso, a Caixa Econômica Federal concedeu o Selo Casa Azul, ligado a sustentabilidade, para os condomínios E e G de Paraisópolis, também projetado por um grande escritório de arquitetura, o que lhes confere um marketing de venda, sob o argumento da sustentabilidade. Na fala dos coordenadores, há sempre a justificativa de estarem realizando mais do que apenas obras de urbanização, mas também ações educacionais e de capacitação, incluindo o envolvimento dos moradores na própria elaboração do projeto.

Em abril de 2012, foi realizada no local uma das etapas da Jornada da Habitação, promovida pela Secretaria Municipal de Habitação

(Sehab). A intenção do evento era a troca de experiências entre projetos habitacionais da cidade de São Paulo com seis regiões periféricas de outros países. Paraisópolis dialogou com Dharavi, favela de Mumbai, uma das maiores da Índia, que ficou famosa pelo filme “Quem Quer Ser um Milionário?”. Em pauta, a discussão de como uma política habitacional pode fazer uma favela se integrar à “cidade formal”. O grande eixo de discussão era: *“O empreendedorismo e a nova economia nos assentamentos informais”*.

O clima é de euforia, não apenas por parte dos gestores públicos como do mercado. Com a urbanização, Paraisópolis se torna “a menina dos olhos” para o capital financeiro. Multiplicam-se os investimentos na região, especialmente no setor imobiliário. O diagnóstico geral é o de que nenhuma “comunidade” mudou tanto em tão pouco tempo como Paraisópolis e a urbanização é vista como o principal agente catalisador dessas mudanças, especialmente pela chegada de investimentos financeiros no local. Em todas as obras de Paraisópolis é possível verificar o nome de uma grande empreiteira. E não são somente nas obras públicas que isso acontece. Conforme reportagem publicada no jornal O Estado de São Paulo, em 29 de abril de 2012, uma grande construtora pretende trazer para Paraisópolis um prédio comercial com 34 escritórios de 63 metros quadrados, 42 vagas na garagem, dois elevadores e 12 andares, que devem ser vendidos por R\$ 160 mil. Um outro terreno de 1,5 mil m² foi comprado pela construtora e um novo prédio será construído no local²⁷. Além disso, uma chamada “holding social” criada pela carioca Central Única das Favelas (CUFA) e por Celso Athaide, seu ex-coordenador, pretende aportar em São Paulo, especificamente na favela de Paraisópolis, para a construção de um shopping popular²⁸.

²⁷ Fonte: Jornal O Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,arquiteto-projeta--predio-comercial--para-paraisopolis-866761,0.htm>, acessado em 12 de julho de 2012.

²⁸ De acordo com informações em seu site, o “Favela Holding” é “*é um conjunto de empresas que tem como objetivo central o desenvolvimento de favelas e de seus moradores.*”. Seguindo na descrição, diz que “*já nasce atuante junto a empreendedores comunitários, fomentando e promovendo novas oportunidades de negócios, empreendedorismo e empregabilidade.*”. Continua ainda, ao relatar sobre a proposta que “*surge a partir da iniciativa Celso Athayde, ex-cordenador da CUFA, Central Única das Favelas, que identificou a necessidade da mudança da matriz econômica da favela, que na maioria dos*

É por meio dessa celebração da pobreza, convertida em capital e não mais através de episódios de violência que Paraisópolis ganha a mídia. Uma reportagem da revista Veja São Paulo, publicada em maio de 2011, dá o tom desse processo²⁹:

“Com um par de óculos Ralph Lauren no rosto e uma bolsa Louis Vuitton nos braços (“Legítima, viu?”), a corretora de imóveis Helena Santos, de 50 anos, é o perfeito retrato da transformação de Paraisópolis, a segunda maior favela de São Paulo, circundada pelas casas nobres do Morumbi, na Zona Sul. A região, na qual ainda predominam a pobreza e a informalidade, tem presenciado a ascensão de uma elite que se alimenta de produtos light, usa perfumes importados, compra roupas de grife, viaja de avião e investe no próprio sorriso.

(...)

A reurbanização e o aprimoramento dos serviços, contudo, são os fatores que de fato mantêm seus emergentes vivendo em Paraisópolis. Na favela de cerca de 60.000 habitantes (Heliópolis, a maior da cidade, tem 100.000) ainda predominam os barracos de tijolo sem reboco e muito lixo espalhado na mais carente das cinco sub-regiões, chamada de Grotão. Mas há avanços concretos. Até o fim do ano, todas as residências terão sistemas de água e esgoto. O prédio de uma AMA (ambulatório com médicos especialistas) está em fase de retoques e o asfalto já cobre as ruas principais.

Uma transformação semelhante aconteceu nos anos 90 no bairro pobre de Soweto, em Johannesburgo, onde muitos negros que prosperaram após o fim das políticas de segregação construíram suas casas ajardinadas no mesmo local, que recebeu melhorias na infraestrutura. Como ocorre no exemplo sul-africano, a despeito de tantas mudanças positivas, restam

casos tem como base a economia informal ou paralela.” Disponível em: <http://www.fholding.com.br/o-grupo.php>, acessado em 07 de novembro de 2013.

²⁹ Fonte: Revista Veja. Disponível em: <http://vejasp.abril.com.br/revista/edicao-2217/paraisopolis-elite-morumbi>, acessado em 12 de julho de 2012.

ainda enormes desafios a ser superados em Paraisópolis. O tráfico de drogas é um deles. Há dois anos, um confronto entre PMs e bandidos assustou a vizinhança. Durante cinco horas, houve troca de tiros e carros incendiados, até que a polícia ocupou o lugar, dando fim aos conflitos.

(...)

Quase todos se utilizam do microcrédito, que chega no máximo a 2.000 reais. Os moradores adquirem também títulos de capitalização com mensalidades a 30 reais e seguros contra queda de raio e incêndios, “inclusive os decorrentes de tumultos”. O Bradesco chegou pouco antes. E o Santander faz planos de se instalar ali dentro de alguns meses. “O perfil do empreendedor de Paraisópolis é de jovens entre 25 e 40 anos, dos quais 65% são mulheres, que pagam suas dívidas pontualmente e começam a ter uma renda básica de 1.000 reais”, diz o superintendente de microcrédito Jerônimo Ramos, do Santander.

(...)

No lugar das birosacas típicas dos rincões pobres, surgem a cada dia lojas como a Brilhante Bijuterias e a Mira Modas, conhecida como a Daslu local. Conta com uma filial e vende perfumes importados como Polo Sport e J’Adore, com preço de bairro chique (cerca de 200 reais por um frasco de CK One de 100 mililitros, ante 169,90 reais no MorumbiShopping)”.

Esse movimento demonstra a reorientação das políticas de combate à pobreza, o seu caráter predominantemente mercadológico e, mais do que isso, a própria reconfiguração do social. Embora os pobres se beneficiem dessa integração aos novos fluxos financeiros globais, ela se dá de forma altamente predatória, pois a dimensão dos direitos é perdida com a substituição das normas sociais pelas financeiras. E isso reflete no próprio processo de urbanização, cuja implantação vai impactar na própria forma como o espaço é produzido.

A aceleração do processo de urbanização traz consigo uma infraestrutura antes inexistente. A expansão dos serviços de água e energia, a alteração da fiação impedindo os famosos “gatos”, o asfaltamento. Segundo Antônio, o vice presidente da União de Paraisópolis, na região central, cerca de 95% da área possui medidor de energia regularizado e quase 100% das ruas são asfaltadas. Além disso, a possibilidade de aquisição do título de propriedade através da política de regularização da terra e a consequente participação no mercado imobiliário contribuem para que haja um “boom imobiliário” na favela.

Mas é a própria dinâmica do processo de urbanização que faz com que aumente exponencialmente as transações do mercado imobiliário em Paraisópolis. A principal intervenção do programa de urbanização é a remoção daqueles que vivem nas chamadas “áreas de risco”. Segundo informações da própria prefeitura 11% da população será removida, a maioria por morar em áreas de risco, mas também estão nessas estatísticas aqueles que estão na chamada “frente de obra”, que são os locais por onde passarão as intervenções urbanísticas, como por exemplo, as regiões próximas aos córregos a serem canalizados. Para a população removida, a prefeitura oferece uma alternativa de habitação: ir para os apartamentos construídos pelo projeto de urbanização; uma troca, a qual consiste em encontrar uma família que queira deixar a casa onde vive e ir para o apartamento no lugar da família removida; ou receber uma indenização, após uma avaliação de um técnico da prefeitura, e deixar o local. Como poucos moradores têm o título da terra onde moram, quase não há desapropriação mediante indenização pelo lote, ou seja, as indenizações pagas são quase sempre muito baixas.

O procedimento geral, no entanto, na atual etapa do processo de urbanização é o de alocar as famílias removidas nos prédios que estão sendo construído pela prefeitura em parceria com os governos estadual e federal. Assim, pessoas que moravam nas chamadas “áreas de risco” ou “frente de obras” têm que deixar as suas casas, passam por um cadastro na Secretaria de Assistência Social da prefeitura e vão receber aluguel social, conhecido popularmente como “bolsa aluguel” no valor de R\$ 400,00 por mês. Os valores são pagos de forma semestral. Desse modo, aluga-se um imóvel pelo período de seis meses e, passado esse período, caso a

habitação não esteja construída, renova-se o aluguel. Estima-se atualmente que mais de duas mil famílias estejam vivendo de aluguel social em Paraisópolis

Mas esse não é um processo célere. A demora na entrega dos apartamentos faz com que se gere um lucrativo mercado imobiliário em Paraisópolis. Por conta dos valores pagos pela prefeitura a título de “bolsa aluguel”, o piso do aluguel residencial é R\$ 400,00, inclusive os imóveis de um cômodo localizado em vielas. Não raro é possível se ver placas em casas nas quais se oferecem “*aluguel para prefeitura*”, já que o pagamento é adiantado e, embora existam atrasos, em geral, a prefeitura logo resolve a questão dos valores.

Com o mercado aquecido e alta demanda por aluguel, aliados a um relativo aumento do poder de compra nos últimos anos, começa a surgir uma espécie de “rentista” na favela. Ou seja, aquelas pessoas que fazem de suas casas um prédio, construindo em cima delas, três ou quatro lajes, na maioria das vezes apenas quarto e sala, para poder alugar e assim, obter lucro com as transações no mercado interno de imóveis. São esses personagens que ganham visibilidade midiática e vão ajudar a compor o cenário da reconfiguração interna. Em recente reportagem, o jornal Folha de São Paulo, foi conhecer em Paraisópolis um morador que por muitos anos viveu de aluguel, mas que com as recentes transformações resolveu investir no mercado imobiliário e hoje possui oito pontos, entre salas comerciais e residenciais e vive da renda desses alugueis³⁰.

Mas o processo de urbanização não impulsiona apenas o mercado de aluguel. Há também um forte comércio de compra e venda de imóveis. E por se tratar de um comércio de habitação majoritariamente informal, que possui a peculiaridade da ausência de planejamento formal e regulação, a especulação imobiliária se tornou um grande negócio, especialmente quando se trata de compra e venda de imóveis com vistas à expansão do comércio.

³⁰ Fonte: Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/11/1367942-homem-que-morava-de-aluguel-tem-hoje-8-imoveis-em-paraisopolis.shtml>, acessado em 13 de novembro de 2013.

Antônio relatou-me que em Paraisópolis, as pessoas falam quanto querem cobrar e quem quiser pagar, paga. Disse que há uma especulação sem concorrência que faça o preço cair e que muitas pessoas estão vendendo suas casas para os comerciantes, que cada vez mais estão interessados em abrir negócios no lucrativo comércio de Paraisópolis. Citou o exemplo de uma moradora que “vendeu” sua casa para o dono de um comércio ao lado que queria expandi-lo. Na verdade, foi feito um acordo no qual o comerciante reformaria a casa, construindo em cima uma outra na qual a mulher moraria e ainda pagaria aluguel a ela por vinte anos. Segundo Antônio, essa era a única opção para que o comerciante pudesse expandir seu negócio, já que era o único imóvel térreo que poderia ser demolido.

A falta de espaço físico e o déficit de terrenos para construção faz com que os preços explodam. Vicente disse-me que um empresário de fora de Paraisópolis pagou R\$ 150.000,00 à vista a um morador por um ponto no centro no qual pretende abrir um açougue. Antônio me contou uma história parecida, dessa vez dizendo respeito a um grande comércio de material de construção.

Quando perguntei a ambos, em momentos distintos, sobre o porquê essas pessoas pagarem valores tão altos por uma posse precária de um imóvel, que sequer possui a propriedade regularizada, a resposta foi praticamente a mesma. Ambos me falaram que esses locais, nos quais serão construídos comércios, geralmente por gente de fora da favela, apesar de não serem regularizados, não há risco de perda da posse ou remoção, primeiro porque quem compra já averiguou a situação do imóvel na prefeitura e depois porque a própria prefeitura não vai lá fiscalizar, pois como a pretensão do Estado é de que se integre a favela ao mercado formal, a chegada desse tipo de investidor é mais que bem vinda e provavelmente não haverá empecilhos para um empresário se regularizar. Antônio citou o próprio exemplo da União para explicar a situação:

“Alguns terrenos são regularizados, mas em geral não existe isso, as pessoas estão na mesma situação. A associação hoje não tem escritura. Mas, a gente, obviamente, não vai ser vendido, não vai ser transferido pra ninguém. Então... hoje é muito informal e a prefeitura não vai fazer um movimento de

fiscalização, porque ela está regularizando nesse momento a situação fundiária da comunidade. Então, as pessoas se sentem mais confortáveis e mais seguras de vender e de comprar porque acham que não vão ter uma interferência negativa da prefeitura...”

A fala de Antônio coloca em evidência a forma como os espaços são produzidos em uma favela como Paraisópolis. E nisso, como sugere Roy (2011), há uma questão estratégica, que é a informalidade: o modo como se definem o que é permitido ou interdito, o que é aceitável e o que é criminalizado, a norma que deve prevalecer e o que deve ser eliminado. É justamente nesse plano que Roy situa o lugar do Estado na produção da espaços ditos de informalidade urbana: trata-se de um modo de produção do espaço no qual o Estado tem o poder de decidir o que é formal e o que vai continuar criminalizado.

Desse modo, tem-se que a informalidade é um dispositivo em constante mutação entre o legal/ilegal, legítimo/ilegítimo, autorizado/não-autorizado e será a partir desse dispositivo que se tentará compreender um pouco mais acerca da produção do espaço.

3.3.1. Espaços informalizados e as ambivalências do legal/ilegal

O diagnóstico que levou a implantação do processo de urbanização de Paraisópolis, compartilhado pelas instituições como a União dos Moradores e entidades sociais que lá atuam é o de que é necessário integrar a favela à “cidade formal”. A análise é a de que é preciso alterar a matriz econômica, basicamente informal, integrando-a aos circuitos financeirizados do mercado. A estratégia é a de que desse modo, a política habitacional também pudesse se traduzir em uma política de combate à pobreza.

Trata-se de uma política não muito inovadora. Já nos anos 1990, o Banco Mundial incentivava uma estratégia de formalização do direito à propriedade dos assentamentos informais, realizando inclusive, parcerias

com governos e disponibilizando aportes de crédito para os ditos programas “favela bairro” que visavam a regularização da posse da terra nas favelas do Rio de Janeiro³¹. Assim procedendo, o discurso oficial é o de integração da favela à cidade e, mais do que isso, a integração dos pobres aos circuitos financeiros da economia com vistas à redução da pobreza.

A justificativa para esses programas, como mostra Roy (2005) está fundamentada em uma ideia do urbano no qual há dois setores distintos: formal e o informal. Nesse contexto, o informal é visto como um domínio totalmente localizado na subsistência dos pobres. Seria como a resposta espontânea e criativa das pessoas à incapacidade do Estado em satisfazer suas necessidades básicas. Ou seja, a informalidade é vista como uma referência à pobreza. Na análise dos pesquisadores do Banco Mundial, como dos gestores públicos encarregados de levar à cabo o processo de urbanização de Paraisópolis, seria como o formal e o informal fossem dois setores fechados um para o outro. Assim sendo, os pobres seriam incapazes de negociar seus ativos no sistema formal das transações financeiras. Daí a ênfase nas políticas de formalização do direito à propriedade, pois a entrada no mercado imobiliário reduziria a pobreza e empoderaria os pobres.

Ocorre que, a despeito do discurso oficial, se colocarmos o formal e o informal como dois setores fechados e sem comunicação, dificilmente conseguiremos compreender as recentes transformações que se passam em Paraisópolis. O processo de urbanização da favela, ao mesmo tempo em que procura regularizar a propriedade de uma parcela da população, assim como expande a rede de serviços, cria um vigoroso mercado imobiliário com transações na maior parte das vezes baseada apenas na confiança e sob modos informais de regulação.

³¹ Já no início dos anos 1990, o Relatório Anual do Banco Mundial apontava o aumento da pobreza e da desigualdade socioeconômica dos grupos mais vulneráveis nos chamados países em desenvolvimento. Como parte da estratégia de enfrentamento da pobreza formuladas pelo Banco Mundial, além de medidas de estabilização econômica e reformas estruturais do Estado, com vistas a enxugar o seu papel, estava posta também a questão da habitação. A política do Banco Mundial pretendia a redução da pobreza, aumentando o nível de renda e diminuindo o número de habitações precárias, através da desregulação dos mercados, estabilidade econômica e ênfase no desenvolvimento do mercado financeiro. Para que isso acontecesse, era necessário que ocorressem transformações espaciais nos mercados habitacionais urbanos com a substituição dos assentamentos informais por áreas regularizadas. Para mais informações sobre o papel do Banco Mundial em políticas habitacionais para população de baixa renda, ver em Pugh (1991).

Aqui, cabe mais uma vez evocar o modo como Roy trabalha a noção de informalidade. Para a autora, não cabe separar o formal e o informal como dois sistemas fechados, separados por um “apartheid legal” e, muito menos colocar o setor informal localizado ao nível da economia de subsistência dos pobres. Ao contrário, a informalidade deve ser vista como um modo de urbanização e não como um setor. Nesse sentido, pode ser entendida não apenas como objeto de regulação do espaço, mas como a própria produção do espaço, já que se trata de um domínio intenso de transação de mercado.

É em razão desse modo de entender a informalidade que Roy vai dizer que o aparato legal do Estado tem o poder de delimitar quais formas de informalidade vão desaparecer e quais vão continuar. E os espaços informalizados recuperados por meio de programas de urbanização, enquanto espaços formalizados, agregam valor através da legitimidade dada pelo Estado. Assim sendo, a legalização da propriedade informal não será apenas um problema técnico ou burocrático, mas uma complexa luta política.

Mas essa relação entre o legal/ilegal, legítimo/ilegítimo, autorizado/não-autorizado, no entanto, é arbitrária, pois o Estado em si opera em formas informalizadas. Muitos dos planos de urbanização que ocorrem nas margens, são implantados mediante processos informalizados, violando as próprias normas estatais em uma relação marcada pelo poder e violência do Estado. A informalidade nesse sentido, seria um domínio estruturado através de diversas formas de regulação extralegal (Roy, 2009). Isso é importante para situar a “cidade como plano de referência” (Telles, 2009) e posicionar as questões próprias de Paraisópolis nesse jogo ampliado de perspectivas.

O processo de urbanização de Paraisópolis transformou a favela em uma área cobiçada pelo mercado financeiro. E como consequência, tem-se que as formas da informalidade ligadas às populações mais vulneráveis tendem a desaparecer. Daí a justificativa para as remoções de famílias que habitam nas chamadas “áreas de risco” e “frentes de obra”.

As chamadas “áreas de risco” concentram-se nas regiões mais pobres e degradadas, especialmente a região do Grotão, área de ocupação

recente e de onde vieram moradores expulsos das favelas da região da Av. Aguas Espraiadas. A área do Grotão representa a antítese da Paraisópolis mostrada ao mundo como exemplo de “comunidade” empreendedora. Lá as políticas não são de incremento ao consumo. Ao contrário, ali está o público alvo das remoções.

Vicente contou-me que na primeira fase da urbanização, as famílias ali removidas recebiam indenizações quase insignificantes para deixar suas casas, muitas vezes sem que tivessem alternativa de habitação. Os primeiros prédios construídos para habitação social com vistas a realocar os moradores removidos das chamadas “áreas de risco” não estavam em Paraisópolis, mas no Jardim São Luís, localizado na periferia da Zona Sul de São Paulo. Foi necessário uma ação judicial para que a prefeitura desse início às obras habitacionais em Paraisópolis, para que os moradores não tivessem suas rotinas ainda mais atingidas, já que se deslocar para áreas mais afastadas lhes traziam transtornos de ordem pessoal e profissional.

Do mesmo modo, as grandes obras do projeto como a escola de música e os parques estão previstos para serem construídos em áreas onde vivem os moradores mais pobres da favela. Mas não são só equipamentos institucionais que estão construídos nessa região. Vicente relata ainda que na área próxima ao CEU Paraisópolis, famílias foram removidas sob o argumento de viverem em área de risco, porém, aproveitando-se de uma brecha na lei uma construtora conseguiu o terreno e construiu um prédio residencial de classe média, um área destinada na lei de zoneamento da cidade à construção de habitação social³². Ele fala sobre como um discurso aparentemente cidadão, em defesa das pessoas em situação de risco e em nome da integração da favela à cidade legal, legitima-

³² Os prédios de classe média a que Vicente se refere estavam inicialmente em uma área denominada ZEIS 1(Zona Especial de Interesse Social – Tipo 1/ favelas e loteamentos precários). A ZEIS é um instrumento de regularização fundiária prevista no Estatuto da Cidade, aprovado em 2001. Trata-se de um instrumento que objetiva legalizar a terra em áreas ocupadas ilegalmente, garantindo a permanência dos moradores de baixa renda no local. Ou seja, a área deveria ser ocupada por habitação social. Mas não foi bem isso que aconteceu. Atualmente, no local, está em fase final de construção um condomínio de classe média alta, cuja construtora obteve a autorização junto à prefeitura para construí-lo, o que demonstra que os planos de urbanização muitas vezes são implantados com violação à própria lei.

se uma série de ações controversas sob a ótica da legalidade. Nas suas palavras:

“Lá embaixo, lá no CEU. Paraisópolis é onde tem a ETEC. Fizeram a área do CEU, a área do CEU tudo bem, ali já foi um terreno que foi programado pra fazer escola mesmo, desde a época que começou briga pra escola aqui dentro, ali já foi programada pra fazer escola, como tá o CEU lá hoje. Mas, a ordem da ETEC é botar tudo como área de risco, tirou aquele pessoal dali, por 3, 5 conto. Algumas famílias daqui, depois que eu entrei pra briga, foi que tão voltando pra suas moradias, conseguiu sua moradia, mas antes ela dando 3 conto, 5 conto, pra todo mundo que morava ali. Dando 5 conto pra quem morava ali, naquela época. Eu entrei pra briga...hoje, no lugar que tem certos pessoal, fizeram o CEU, fizeram a ETEC (que disse que era área de risco), fizeram um prédio que tá lá, particular deles, não pra moradia, particular deles. E era "área de risco".

Mais adiante na nossa conversa, ele retoma o tema:

“Aqui nós no centro, também não aguentamos ficar aqui em Paraisópolis não, senhora. Você acha que esses prédios que tão saindo em roda é vantagem pra gente? Não. Por isso que eles tão fazendo em roda, está jogando o projeto num curral, está fechando em roda e ninguém está dando por fé. Oh, os prédios que estão aí saindo de dentro da favela, não fala que é na favela, mas aí é dentro da favela, gente. No lugar deles era pra ser construída habitação social, mas entrou esse prefeito, dinheiro fala mais, conseguiram entrar, porque diz que as ZEIS, quando eles ganharam a licitação desses prédios aí foi em 2004... e nós tínhamos ganhado em 2005. Mentira! Era pra sair um hospital, uma escola, uma creche. Obras sociais, que era pra sair ali. Não esses prédios que saíram aí. Teve acordo com a prefeitura, com o prefeito safado que estava aí. Porque não

podia sair esses prédios aí.(...) Então, é isso, queriam acabar com a escola, precisamos entrar na justiça. Ia acabar com o colégio lá. Logo que entrou na mobilização pra vender os apartamentos, quiseram tirar o colégio de lá de perto, tirar o Etelvina e tirar tudo. Nós que entramos na justiça, nós não tínhamos escola e eles querendo acabar com a escola. Eles ainda estão com negócio na justiça, pra acabar com a escola. Porque diz que a escola tinha que ser feita dentro da favela, não lá perto deles. Não falam que é Paraisópolis. Isso é preconceito e eu fui, entrei e falei, os prédios que estão saindo na televisão, é dentro de Paraisópolis, aí um promotor lá foi pra cima ainda, mas de uma noite paro dia eles fizeram a primeira laje, fez a primeira laje, não tem como quebrar. Aí, eu fui atrás do presidente aqui do bairro, o presidente falou "esse terreno nós já perdemos." Foi o que o presidente do bairro falou pra mim."

A fala de Vicente nos dá uma pista para compreender as lutas políticas em torno da produção do espaço e sobre o modo como o Estado opera nas "margens"³³. É o aparato estatal, através dos seus técnicos, quem determina o que são áreas de risco e frentes de obra e quem deverá sair, quais tipos de habitação deverão desaparecer, ao mesmo tempo em que autoriza a permanência de outras formas de informalidade, como os prédios de classe média alta construídos em áreas destinadas pela lei à habitação social, em flagrante transgressão às normas de zoneamento e ao plano diretor da cidade.

³³ A noção de "margem" trabalhada é aquela sugerida por Das e Poole (2008): ao contrario destas serem vistas como lugares caracterizados pela ausência do Estado, são espaços produzidos pelo modo como as forças da ordem e os representantes da lei atuam nessas regiões. São, ademais, lugares onde a prática da lei e outras práticas estatais se articulam e, são por vezes, colonizadas por outras formas de regulação, emanadas das necessidades urgentes das populações a fim de assegurar a sobrevivência política e econômica. Ao fazerem a etnografia dessas práticas, as autoras mostram como nos modos de operação da lei, nessas pontas em que afetam as condições concretas de vida, são acionados procedimentos extralegais que terminam por fazer produzir esses espaços como espaços de incerteza, de indeterminação das fronteiras do legal e do extralegal, do dentro e do fora da lei.

E mais adiante, Vicente também narra sobre como se expande o comércio em Paraisópolis, especialmente com a chegada de gente vinda de fora, atraída pelas oportunidades de negócio na favela, trazidas com o plano de urbanização:

“Aqui dentro nós temos farmácias, aqui dentro nós temos padaria, nós temos aqui mercados. Então, no quanto de movimento de comércio aqui dentro de Paraisópolis está completo, isso é verdade, está completo. Mas os maiores comércios que têm aqui dentro, vêm de fora, não mora aqui dentro, não. Porque assim, cresceu como? Você vê, quando estava fazendo aquelas ação das Aguas Espraiadas na região de Santo Amaro, no Brooklin, aqueles comerciantes que tinham naquela época ali, por ali, que a gente saía daqui pra ir em festa lá porque aqui não tinha festa, nós íamos para lá. Hoje a gente tem algum deles? Porque tirou aquele mais fraco pra passar a Aguas Espraiadas, tirou todo mundo pra fazer a avenida, acabou com tudo ali, mas aqueles comerciantes mais fracos... chama expulsão "mão branca" (não expulso você de um jeito, expulso de outro). Quem pagava aluguel, não aguentou pagar aluguel. Quem já tinha a própria área dele lá, não aguentou pagar os IPTU, porque quando sobe a área, tudo sobe, então o cara e obrigado a cair mesmo, aí vem pras favelas, montar comércio em favela, porque o imposto é menos ou então nem paga imposto. Entende? Então é isso que os bairro aqui está crescendo cheio dessas coisas, cheio de comércio porque lá não expulsou o pessoal, mas expulsou.”

Aqui, mostra-se a importância de se ter a cidade como plano de referência para se pensar as reconfigurações do espaço urbano em Paraisópolis. A expansão da economia local relaciona-se também com as dinâmicas internas da cidade. D’Andrea (2008) mostra como investimentos públicos e privados na região sudoeste, especialmente através das operações urbanas Faria Lima e Aguas Espraiadas altera a centralidade da

região, transformando-a no novo eixo de negócios e consumo da metrópole paulistana.

Como consequência da formação dessa nova centralidade, algumas das favelas do entorno, aquelas que por sua constituição e desenvolvimento, não teriam como se integrar aos circuitos financeirizados e seriam mais um entrave para as reconfigurações do vetor sudoeste, simplesmente desaparecem e outras, como é o caso de Paraisópolis, que pelas peculiaridades de sua localização, seu tamanho e pelo potencial de atração de investimentos, vão passar por processos de urbanização, com vistas à integração aos novos mercados.

Ou seja, as reconfigurações internas da favela estão também relacionadas com as reconfigurações da cidade. Pode-se perceber, portanto, que as políticas de formalização da propriedade têm como um de seus principais efeitos uma maior participação dos pobres no mercado financeiro e de crédito, o que vai atrair cada vez mais investidores, especialmente aqueles vindos de fora. Muitos dos que chegam são aqueles comerciantes vindos da região da Av. Aguas Espraiadas e que não resistiram às transformações do vetor sudoeste e que veem na favela uma chance de sobrevivência no mercado, como no caso relatado por Vicente. Mas há outros, vindos das mais variadas partes da cidade e que enxergam na economia aquecida das classes populares uma ótima oportunidade para a expansão de seus negócios. Daí a força que ganha o discurso do fortalecimento do espírito empreendedor da favela, presente nas falas dos vários agentes que atuam no local e nas práticas das associações de moradores e entidades sociais.

Porém, como mostra Roy (2005), a informalidade é uma estrutura diferenciada, razão pela qual a formalização pode ser um momento em que as desigualdades são aprofundadas, fazendo com que os moradores mais vulneráveis dos assentamentos informais sejam deslocados. Isso implica em dizer que o modelo de gestão da ordem baseado na conversão da pobreza em mercado (e, como diz Roy, fronteira de expansão do capital) não abarca toda a população de uma favela como Paraisópolis, trazendo implicações na própria dinâmica interna.

3.3.2. As contradições do processo de formalização

Como já visto anteriormente, com o plano de urbanização de Paraisópolis, mais do que o direito à propriedade, a formalização coloca em cena o direito à participação no mercado. Ocorre que o acesso ao mercado é o acesso a um sistema de desigualdades, o que faz com que haja um deslocamento das populações mais vulneráveis.

Nesse sentido, nota-se que o público alvo das remoções são exatamente os moradores mais pobres da favela, que vivem nas chamadas “áreas de risco” ou “frente de obras”. Trata-se das regiões mais degradadas, com maior declividade e, portanto, menos onerosas para a parcela mais vulnerável da população, pois não se paga por serviços de água, luz ou esgoto. Mas o que poderia significar para muitas dessas famílias a conquista de uma cidadania, através de serviços básicos de infraestrutura e da tão sonhada casa própria, acaba se traduzindo em deslocamentos, na maioria das vezes para lugares ainda mais distantes e com menos infraestrutura, seguindo um padrão especulativo e discriminatório do mercado fundiário da cidade de que fala Fix (2007). Nesse sentido, Vicente contou-me uma história que ilustra bem esses deslocamentos:

“As construtoras e a prefeitura chegam aqui, sabe que você não sabe discutir seus direitos direito, chegam aqui e fala assim “ó vou te dar 20 conto pra você ir embora hoje”. Você não sabe seus direitos, você vai pegar os 20 conto e vai embora, mas só que você vai chegar e vai invadir as áreas mananciais, eu fui agora onde minha irmã e minha mãe mora, em Parelheiros, no mês passado. Tem uma área lá de linha de trem de ferro, que passava trem ferro uns anos atrás, que agora não passa mais, acabou isso muitos anos atrás... se você ver o mundaréu de barraco que tá lá, você fica boba. Aí eu, que sou curioso, chegou um cara, perguntei: da onde você veio? Ele falou: “Vim de Paraisópolis, eu morava numa área lá debaixo do Grotão, a prefeitura veio tirando todo mundo de lá, eu tinha um barraquinho, ela me deu 5 conto e eu vim para aqui.” Num lugar que não tem água, não tem esgoto, uma água vem de lá, que

eu não sei da onde que é. E uma catinga de podre, por que o esgoto deles vai correr pra onde ali? Então aquela água fica represando lá, só fede. Isso... não podia ter evitado desse coitado desse pai de família não com aqueles filhos dele pra lá, pra esse lugar? Não podia ter evitado? Não evitou. Atrás dele, tem vários que estão lá, porque lá já tem mais ou menos uns cem barracos já, muitos vindos de Paraisópolis. Não tinha nenhum. Só tinha chacinha, onde minha mãe ficava...”

A falta de informações muitas vezes faz com que algumas pessoas aceitem valores baixos de indenização, sem ao menos saberem quais são os seus direitos e acabem saindo da favela por não terem como pagar os custos da regularização e, muitas outras vão para os apartamentos construídos sem terem conhecimento do custo que isso acarretará nas suas vidas, levando-as a entrarem em um ciclo de endividamento. Nesse sentido, as histórias se multiplicam. Há muitos anos trabalhando com assistência social, Cecília tem muitas dessas narrativas no seu dia-a-dia. De todas as que me relatou, a de dona Madalena é emblemática para descrever o atual processo. Nas suas palavras:

“Vou te falar do caso da dona Madalena, uma vizinha que tem o seu neto aqui. Dona Madalena morava em uma encosta, onde pegou fogo, em 2007, quando teve um grande incêndio aqui. Para esse pessoal quando pegou fogo, perdeu tudo. Aí teve essa questão do ‘vamos urbanizar’ não tinha como não fazer isso. A dona Madalena, enquanto era construído o apartamento viveu em uma casa de aluguel da prefeitura, depois saiu do aluguel social e instalou ela dentro do apartamento. (...) Mas dona Madalena ganha um salário mínimo, R\$622,00; ela paga R\$ 83,00 de luz; R\$ 123,00 de gás; a água está entre R\$60,00 e R\$ 80,00; condomínio R\$32,00 e a prestação do apartamento, cerca de R\$ 86,00. Nisso tudo já vai quase R\$ 500,00. E agora, ela como o que? Veste o que? Se precisar de um remédio que não tem no AMA, no posto, como fica isso? Não fica. A dona Madalena me disse que vai vender. Aí eu disse a ela: ‘como vender’? vai vender o que não é seu? Primeiro porque a

senhora está inadimplente a quase um ano, oito meses. A senhora vai vender uma dívida?'. Das minhas famílias, que eu cuido aqui, estão quase cem nessa situação. E desse bolo, quem vai pagar a conta?''.

Vicente também tem histórias sobre o processo de urbanização e as consequências para a população mais vulnerável. Ele fala sobre como uma série de remoções para implantar um sistema viário e áreas institucionais, acaba por expulsar muitos dos moradores. Relata também, sobre como as informações sobre as obras são falhas:

“No governo Serra/Kassab tiraram as pessoas das suas casas e vieram com a avenida (não falava avenida), falava "perimetral", então, perimetral a gente achava que estava entrando junto com a habitação, que ia ser uma rua mais as casas... mas isso era em torno de Paraisópolis, não era dentro de Paraisópolis a avenida, era em torno. Era lá por roda, saía lá da av. Morumbi e saía na João Dias. Quando ganhou o gostinho de arrancar Paraisópolis mesmo, daí falaram que era uma avenida que ia passar, foi aí que tirou aquele pessoal daquela parte embaixo do Brejo, tirou o pessoal todinho de lá pra passar a avenida. Esse tempo todinho o dinheiro que era para vir pra habitação, foi pra avenida, gente. Como é que vai sair habitação? Agora fala que não tem dinheiro. As obras que eram para fazer pro pessoal, de habitação, na verdade funciona como no Mercado imobiliário, eles estão é vendendo. A prefeitura não está dando nada aqui, senhora. Mentira. Quebra minha casa, me põe no aluguel social, que agora diz que são só 6 meses, antes era um ano. Me dava 4 pau e 800 para ir pro aluguel social, saía o valor de 400 por aluguel. De um ano, se sair minha moradia. Se de um ano não sair, me dava mais 4.800, pra eu sair da minha casa com esse dinheiro. Que, quando eu vou pro apartamento, eu vou assinar um documento e ficar 25 anos pagando 55 mil,. Se eu ganho salário senhora, eu tenho 3, 4 filhos, estou desempregado, vivo fazendo bico aqui, bico ali... na idade que eu estou, eu não consigo arrumar emprego diretamente mais,

porque empresa nenhuma quer pegar pessoa de idade, aí quando eu chego pra pegar um serviço, é pra ganhar um salário, não mais que aquilo. Como é que eu vou comer? Como é que eu vou pagar água, como é que eu vou pagar luz? Vou pagar prestação? Então, é duro, pessoal está pegando e está vendendo os apartamentos, as pessoas que foram morar no São Luís já venderam. A maioria já vendeu, mora outras pessoas, não mora aquelas pessoas que foram, alguns já voltaram foram para Paraisópolis de novo já, na casa dos pais, invadiram de novo aí, que está cheio de barraco aí.”

As famílias em dificuldades com o pagamento das prestações dos apartamentos ou dos serviços urbanos, devem ir até o posto da assistência social da prefeitura, localizado no canteiro de obras e fazer um relatório social, enviado posteriormente à prefeitura para análise. A demora nos trâmites burocráticos, aliada à falta de informações, faz com que se proliferem boatos de despejos e mais remoções, culminando com a saída de muitas pessoas de Paraisópolis.

Nesse processo podemos perceber o que Das (2007) chama de ilegitimidade do Estado. Segundo a autora, o Estado, como entidade racional está presente na lei como em instituições para a sua implementação. Porém, do ponto de vista das pessoas, a lei é vista como algo distante e esmagador, o que chega ao seu cotidiano são as chamadas formas “mágicas” do Estado. Ou seja, o Estado adquire presença na vida das comunidades na forma de boatos, fofocas. O que permite a existência dual do Estado é a sua ilegitimidade. A ilegitimidade das regras e a legitimidade das instituições torna possível a oscilação entre o racional e o mágico, definidora do Estados em suas margens. Isso significa que entre a lei e a sua implementação há um hiato, que é o espaço para as negociações sobre como as coisas funcionam. É através dessas negociações que o Estado se faz presente no cotidiano, seja como proteção, seja como ameaça.

Embora Das esteja falando de uma experiência muito situada, o momento imediatamente posterior a partição da Índia, marcado por motins que levaram à suspensão da lei, sua reflexão pode ser adaptada para a

experiência local de Paraisópolis, para refletir sobre as formas pelas quais o Estado se faz presente para uma determinada parcela da população local. Para essas pessoas, ao mesmo tempo em que o Estado representa a proteção, com a posse da terra, ele também significa ameaça, pois a propriedade da terra implica no pagamento das prestações, de água, luz, condomínio e, devido ao ciclo de endividamento ao qual são submetidos para garantir o acesso a essa propriedade, o Estado torna-se uma ameaça constante, pois o não pagamento pode levar ao despejo. Há uma ambiguidade entre a garantia e a ameaça criando uma zona de indistinção.

E é essa ameaça constante de despejo pela falta de pagamento que faz com que os moradores que recebem as moradias subsidiadas vendam o direito à habitação a fim de lucrar nas transações e evitar que o pior aconteça. Ocorre que essas transações são realizadas de maneira informal já que para integrar o programa e ter o direito aos apartamentos, esses moradores assinam um contrato se comprometendo a não vendê-lo e, tampouco alugá-lo, já que não possuirão a propriedade definitiva, tendo em vista que os imóveis são financiados em 25 anos.

Dessa maneira, o processo de urbanização também alimenta um vigoroso mercado informal de terra em Paraisópolis, seja através da compra e venda e locação dos apartamentos construídos para habitação popular no projeto de urbanização, seja através de reocupações de áreas removidas com objetivos de transações futuras. E nesse movimento, encontram-se aqueles que pretendem capitalizar com a venda, devido ao aumento dos valores das propriedades na favela e também aqueles que não conseguem manter em dia o pagamento das prestações, gerando uma zona de indistinção típica das negociações e acordos informais. Antônio discorreu-me sobre esse processo:

“Tem muita gente que após receber as moradias subsidiadas da urbanização, sai e vende o apartamento. Tem gente que faz isso porque não tem condições de pagar e tem gente que faz isso porque acha que é um negócio. É um comércio irregular, absolutamente irregular, não pode fazer isso, mas existe a venda. A locação também não pode ser feita, mas tem gente que aluga. Tem muitas áreas sendo reocupadas em

Paraisópolis, áreas que prefeitura desocupou pra fazer intervenções e atrasou de fazer a intervenção, então, aí, teve gente que foi lá e reocupou. Alguns porque não tem moradia e veem naquilo ali a oportunidade de ir pra um apartamento e, muita gente, com má intenção, pra poder ser beneficiado com um apartamento e vender. Então, tem esses dois perfis.”

Além das transações envolvendo os apartamentos construídos no projeto de urbanização e que acabam por deslocar os moradores mais pobres, o próprio modo como o Estado opera na favela vai fazer com que haja ainda mais deslocamentos.

Como já visto nos itens anteriores, ao remover as famílias das ditas áreas de risco e frentes de obra, não há uma alternativa imediata de moradia. As famílias são cadastradas e passam a receber aluguel social. Por outro lado, o ritmo das remoções é mais intenso do que o da construção dos apartamentos. Isso faz com que atualmente existam mais pessoas em aluguel social do que imóveis construídos ou em construção. O valor pago pela prefeitura é de R\$400,00 por mês de aluguel, sendo que a cada seis meses os valores são renovados.

A saída adotada para o problema das famílias removidas acaba gerando um piso geral para o aluguel em Paraisópolis, o que encarece sensivelmente os preços. Isso faz com que aqueles moradores mais pobres não encontrem outra alternativa a não ser sair de Paraisópolis. Nesse sentido, Antônio conta o caso de uma das funcionárias da União dos Moradores:

“Olha, aluguel comercial aqui é muito caro, um dos mais caros da cidade e o residencial, o piso é R\$ 400,00 é o piso. Qualquer imóvelzinho, qualquer um: viela, um cômodo só, é R\$ 400,00, por conta da urbanização. Isso muda o perfil da população, tem gente em Paraisópolis que tá saindo, porque não consegue fazer frente a esse tipo de valor. Tem uma funcionária nossa aqui que tem o salário de 900 reais e o aluguel dela é 500. Como ela consegue sobreviver com isso? 400 reais? Não consegue. Então, existe uma briga aí, queda-de-braço, né?”

Para Vicente, com a entrada de empresas e a saída dos moradores mais pobres, a tendência é a de que daqui 15 ou 20 anos, Paraisópolis não existirá mais, ao menos nos modos que é entendida hoje. Há quem projete o desaparecimento simbólico da favela, substituída por um bairro e cada vez mais integrada aos circuitos financeiros da economia. O que se sabe, no entanto, é que há uma reconfiguração urbana em curso. As mudanças aqui apresentadas, sejam nos modos de associativismo civil e das entidades sociais que lá atuam, sejam na própria dinâmica interna da economia com cada vez mais incentivos à formação de indivíduos empreendedores e operadores do mercado ou da produção do espaço advinda com a urbanização, servem apenas como pistas para novas e necessárias pesquisas.

Considerações finais

Ao longo desta dissertação pretendeu-se colocar em cena um território em transformação. Talvez por isso não seja possível colocar aqui conclusões definitivas. Por meio da descrição e análise das reconfigurações das práticas associativas e das entidades sociais, cada vez mais reconvertidas à lógica do empreendedorismo, da celebração da pobreza, que passa a ser vista como sinônimo de criatividade e da iniciativa e vai impulsionar uma mudança do perfil da economia interna, com a expansão da financeirização, do crédito e do consumo, incentivando cada vez mais a formação de indivíduos empreendedores e do processo de urbanização, que funciona como um agente catalisador de todas essas mudanças, que vão impactar na produção do espaço, pretendeu-se problematizar a favela de Paraisópolis.

Para tanto, foi preciso contextualizar o espaço da cidade no qual se insere o território estudado, bem como as suas dinâmicas. Isso é importante, pois o processo de urbanização da favela, a chegada dos grandes equipamentos financeiros e de consumo, os seus deslocamentos com a mudança do perfil da população e do comércio, bem como a alteração da gramática política do associativismo popular não podem ser vistos como algo isolado. Trata-se de um processo que acompanha as mudanças na cidade, especialmente o vetor sudoeste, o polo globalizado da metrópole paulistana.

Não se trata aqui, em considerações finais, de pormenorizar este processo, já que ele não foi objeto da dissertação, mas sim de contextualizar as transformações urbanas em curso. Nesse sentido, é preciso apenas pontuar a existência desse novo padrão de centralidade, gerado através de intervenções urbanísticas, realizadas em parceria do Estado com a iniciativa privada e de um forte processo especulativo, que acaba por expulsar os moradores mais pobres da região, para a construção de grandes avenidas e de empreendimentos de consumo, lazer e entretenimento.

E essas ações urbanísticas que podemos denominar, nos termos de David Harvey (2005), de “empreendedorismo urbano” e que vão culminar no transbordamento dos ricos e modernos empreendimentos globais

do quadrante sudoeste para a periferia, redefinindo as dinâmicas locais.

Assim, tem-se que os chamados “territórios da pobreza” são atravessados por lógicas muito distintas (lógicas de mercado, seguramente), que ultrapassam a visão de boa parte da literatura sobre o tema, associando-os a um universo de privação. É preciso ter em vista a diversidade da configuração da pobreza e, nesse sentido, Paraisópolis, por suas características de localização e constituição, institui-se em um local privilegiado em relações a outras favelas da cidade de São Paulo. Isso significa que se trata de uma favela que pode ser integrada, ao menos em parte³⁴, aos circuitos financeirizados da economia.

Ao longo desta dissertação, pretendeu-se inserir o campo da pesquisa no interior dessas transformações. Os capítulos anteriores levantaram algumas questões, cada qual em seu contexto e particularidades, mas que possuem ressonâncias umas com as outras. Há uma transversalidade, sugerindo um deslocamento de perspectiva.

No capítulo 2, vimos um deslocamento da prática política do associativismo popular e das entidades sociais. No campo do associativismo popular, a gramática política dos movimentos sociais, que impulsionou a criação e a atuação das Uniões dos Moradores, foi substituída pelo empreendedorismo social, permeado pela lógica dos projetos e parcerias. Assim, as Uniões de Moradores cada vez mais deixam de lado a representação e a luta política, para se tornar gestoras de projetos sociais, passando a atuar, de certa forma, como instituições mediadoras. Redefinem-se os jogos de atores e os agenciamentos locais.

Isso faz com que as antigas lideranças, que ainda pautam as suas ações sob a lógica dos movimentos sociais percam espaço para aquelas mais conectadas aos novos tempos e que atuam sob novas lógicas,

³⁴ Como visto ao longo desta dissertação, a diversidade na configuração da pobreza deve ser levada em conta também quando de fala da configuração interna da favela de Paraisópolis. Não se trata de um território homogêneo econômico e socialmente. A área central, a mais antiga e consolidada e parte da região do Antonico, a maior da favela, são as mais desenvolvidas, é lá que estão os imóveis mais cobiçados e o coração do comércio. É lá também onde se encontram os bancos, as grandes redes e a sede da União dos Moradores. Já as áreas do Grotinho e Grotão, são as mais precárias. Trata-se de uma região de ocupação recente, e para onde foram boa parte dos moradores removidos com as Operações Urbanas Águas Espraiadas e Faria Lima. Agora com o processo de urbanização, essas áreas foram consideradas pelos técnicos da prefeitura como de “risco geotécnico” e terão que ser removidas.

privilegiando o marketing social e mobilizando organizações não governamentais, técnicos sociais e empresas. O sinal da diferença dos tempos em relação à décadas anteriores, pode ser percebido na dificuldade com que o combativo Vicente, que ainda atua sob a lógica dos movimentos sociais, encontra em disputar o espaço da União dos Moradores com Claudio, o atual presidente da União dos Moradores.

O modo de atuação de Claudio é muito mais eficaz nas relações internas com os demais agentes. Por meio das parcerias e projetos com empresas, na sua gestão chegaram à Paraisópolis dois bancos, uma lotérica e uma grande rede de móveis e eletrodomésticos. Além disso, os agenciamentos práticos da favela fizeram de Claudio uma liderança influente e a União dos Moradores a porta de entrada para os investimentos públicos e privados. Como consequência, as ações e projetos desenvolvidos serão no sentido de formação de indivíduos empreendedores.

Junto com as miríades de organizações sociais, também reconvertidas a léxico empresarial e que passam a fazer filantropia cada vez mais orientadas pelos critérios do mundo corporativo, aumentarão sensivelmente os incentivos das instituições que atuam em Paraisópolis às iniciativas empreendedoras – especialmente a formalização através do microempresariamento individual – inseridas em um contexto de expansão dos mercados periféricos.

Interessante notar que, na teoria social, a proposta de expansão de novos serviços para o mercado, por meio da massificação da forma empresa, não é nova. Ao contrário, ela evoca o debate teórico acerca do neoliberalismo alemão, trazido por Foucault (2009). Para Foucault, a sociedade regulada com base no mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade empresarial, o homo economicus que se quer reconstituir é o homem da empresa e da produção.

Em outras palavras, trata-se de generalizar, difundindo-se e multiplicando-as, na medida do possível, as formas empresas. Essa forma empresa de que fala Foucault, não se trata de grandes empresas em escala nacional ou internacional, nem tampouco das grandes empresas do tipo do Estado. É a multiplicação da forma empresa no interior do corpo social que se constitui o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da

concorrência e, por conseguinte da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade. E essa arte de governar neoliberal pretende obter uma sociedade indexada não na mercadoria e uniformidade da mercadoria, mas na multiplicidade e na diferenciação das empresas.

É isso que vemos em Paraisópolis, uma nova gestão econômica da pobreza, através da entrada de dispositivos de ampliação do mercado e a promoção de um espírito empreendedor, um espírito de empresa, que pressupõe que os moradores sejam empresários de si mesmo e gerentes de algum empreendimento.

No capítulo 3, vimos como essa nova forma de gestão econômica da pobreza se espacializa. A pobreza passa a ser celebrada. Tida como o lugar da criatividade e do empreendedorismo, torna-se fronteira de expansão do capital (Roy, 2010).

Dessa maneira, Paraisópolis se torna área de grande atração de investimentos, cada vez mais interessados por um mercado em expansão, empresários e comerciantes de fora da favela passam a se estabelecerem na área. Até agora já chegaram dois bancos, uma lotérica, uma loja das Casas Bahia, duas agência de viagem, uma seguradora, além dos inúmeros açougues, salões de cabeleireiros, redes de supermercado, dentre outras coisas.

Transversalmente a todas essas transformações está o processo de urbanização, que funciona como um agente catalisador das mudanças. Sob o fundamento da integração da favela à “cidade formal”, a urbanização traz uma série de intervenções urbanísticas e segue a lógica das parcerias público-privadas e da especulação imobiliária, que é a marca da produção do espaço urbano na cidade de São Paulo.

Desse modo, tem-se que o processo de urbanização reproduz em Paraisópolis, em um certo sentido, aquele demonstrado por Fix (2007) ao reconstruir a trajetória da emergência do vetor sudoeste como o polo rico e globalizado da cidade. Ou seja, através de parcerias público-privadas e operações urbanas, ergue-se um novo eixo de negócios e, a especulação imobiliária acaba por deslocar os moradores mais pobres.

Apenas uma parcela dos moradores removidos vão para os apartamentos construídos pelo plano de urbanização e lá se estabelecem.

Os moradores mais vulneráveis, na maioria das vezes, não conseguem se manter em dia os pagamentos das moradias subsidiadas e, tampouco pagar pelos novos serviços. Em outros casos, a opção de obter microfinanciamento para a habitação leva os moradores a entrarem em um ciclo de endividamento. Assim, acabam saindo e se deslocando para áreas mais afastadas e precárias. Desse modo, a parcela da favela que não possui ativos para se integrar aos novos circuitos financeirizados da economia local e que não pode ser um potencial empreendedor, será deslocada para outras regiões da cidade, de menor interesse para o mercado.

O que se pretendeu mostrar com o presente trabalho foi que os chamados “territórios da pobreza” não estão desconectados dos fluxos financeirizados do capital. Isso nos leva a se desvencilhar de uma teoria urbana que tomam esses territórios como dado e substância. Por outro lado, não implica em dizer que com a inserção de uma parcela dos moradores da favela de Paraisópolis nos padrões globalizados e financeiros do consumo, faz com que deixem de ser considerados pobres, especialmente devido às suas condições materiais de sobrevivência.

Romper com a ideia de espaços da pobreza, supõe rever categorias como centro, periferia, segregação, exclusão, dentre outras. Para tanto é preciso pensar o espaço como uma “fronteira analítica”, nos termos propostos por Sassia Sasken (2010). Ou seja, a partir dessa ordem de questões é possível perceber como a questão da informalidade em Paraisópolis se relaciona com os mercados em expansão, a lógica do empreendedorismo, bem como a legitimação de toda uma série de exclusões.

O que se coloca nesse trabalho, no entanto, são alguns apontamentos. O objeto da presente pesquisa são reconfigurações em curso. A maioria das questões levantadas não possuem uma resposta fechada. Como já dito anteriormente, o que se tem até o momento são pistas para novas pesquisas.

Referências bibliográficas

ALESSI, N. A. (2009) "*Formam-se favelas e ganham importância no cenário urbano São Paulo : Heliópolis e Paraisópolis*". (dissertação de mestrado).

ALMEIDA, R. e D'ANDREA, T.(2004) "*Pobreza e redes sociais em uma favela de São Paulo*" In: Novos Estudos, São Paulo: Cebrap, n. 68, mar, 2004.

_____.(2005) "*Estrutura de oportunidades em uma favela de São Paulo*". In: Marques, Eduardo e Torres, Haroldo. Segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Senac, 2005.

CARBONE, S. M. (2000) "*Justiceiros: fé cega, faca amolada*". Dissertação de mestrado em Antropologia, PUC-SP.

D'ANDREA, T. (2005) "*Visões de Paraisópolis: Violência, Mídia e Representações*". Sexta Feira (São Paulo), v. 8, p. 85-98.

_____.(2008) "*Nas Tramas da Segregação: o Real Panorama da Polis*".(dissertação de mestrado).

DAS, V.(2007) "*Life and Words: violence and descent into the ordinary*". University of California Press. Berkeley and Los Angeles, California; University of California Press, Ltd., London, England.London, England

DAS, V.; POOLE, D. (2008) "*O Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas*". Cuadernos de Antropología Social, n.27.

DE TOMMASI, L. ; VELAZCO, D. J. A. (2011). "*A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária*". In: 35 Encontro Anual da Anpocs, 2011, Caxambu (MG). Anais do 35º Encontro Anual da Anpocs.

DURHAM, E. R.; CARDOSO, R. (1986). "A pesquisa antropológica com populações urbanas, problemas e perspectivas." In: Eunice Ribeiro Durham; Ruth Correa Leite Cardoso. (Org.). A aventura antropológica. Teorias e pesquisas. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FERGUSON, J.; GUPTA, A. (2002) "*Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality*". In *American Ethnologist*, v.29, n.4, pp.981 -1002.

FIX, M.(2007) "*São Paulo Cidade Global: Fundamentos financeiros de uma miragem*". São Paulo: Boitempo, 2007.

_____.(2001) "*Parceiros da exclusão*". São Paulo, Boitempo.

FOUCAULT, M. (2006). Segurança, território e população. São Paulo, Martins Fontes.

_____.(2004). O Nascimento da Biopolítica. São Paulo, Martins Fontes.

FRÚGOLI JR, H. (2006). Centralidade em São Paulo. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

GOHN, M. G. M.(2010) "O Contraditório Bairro do Morumbi em São Paulo." In: Caderno CRH (UFBA. Impresso), v. 23, p. 267-281.

HARVEY, D. (2005) A produção capitalista do espaço. São Paulo, Annablume.

HIRATA, D.V. (2010) "*Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*". (tese de doutorado).

_____.(2012) "*A produção das cidades securitárias: polícia e política*". In: Dossie militarização, Le monde diplomatique, mar 2012.

MAGALHÃES JR., J.C. (2006) "*O Mercado da Dádiva: Formas Biopolíticas de um controle das populações periféricas urbanas.*" (Dissertação de Mestrado).

PUGH, C. "*Housing policies and the role of the world bank*". In: *Habitat International*, Volume 15, Issues 1-2, 1991, pp 275-298

ROY, A. (2005) "*Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning*". In: Journal of the American Planning Association, n. 71, v. 2, spring 2005, pp 147-158.

_____. (2009) "Civic Governmentality: The Politics of Inclusion in Beirut and Mumbai". In: Antipode, n.1, v.41, 2009, pp 159–179.

_____. (2009) "*The 21st- Century Metropolis: New Geographies of Theory*". In: Regional Studies, 43: 6, pp.819 —830

_____. (2011) "*Slumdog cities: Rethinking Subaltern Urbanism*". In: International Journal of Urban and Regional Research, vol 35.2, mar 2011, pp.223-238

SCIRÉ, C. D. O. (2009) "*Consumo popular, fluxos globais: práticas, articulações e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza*". (dissertação de mestrado).

SKLAIR, J. (2009) "*Relações de segregação: novas práticas filantrópicas entre a elite paulistana*". (dissertação de mestrado).

SKLAIR, J. ; VIANNA, C. M. (2008) "*Entrelaçando etnografias: um olhar pós-social sobre as redes transnacionais do Terceiro Setor*". In: 32o Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu. Anais do 32o Encontro Anual da ANPOCS, 2008.

SILVA, J. F. S.(2004) "*Justiceiros*" e *Violência Urbana*. 1a.. ed. São Paulo: Cortez Editora.

TELLES, V.S. (2009) "*Ilegalismos urbanos e a cidade.*" in *Novos Estudos*, n.84, pp.153-175.

_____. (2010a) "*Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade.*" in *Dilemas*, n.5-6, pp. 97-126.

_____ (2010b) *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm.

_____; HIRATA, D.V. (2007) “*Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito.*” in *Estudos Avançados*, v.21, n.61, pp.173-191.

_____. (2010) “*Illegalismos e jogos de poder em São Paulo.*” in *Tempo Social*, n.22, v.2, pp.39-59.

Imprensa:

Favela ou Comunidade? Nova série mostra expansão do bairro Paraisópolis (SP). Jornal da Record, 03 a 08 de junho de 2013.

Leilão das celebridades arrecada 4 milhões de reais para escola de Paraisópolis. Veja São Paulo, 21 de agosto de 2010.

O lado Morumbi de Paraisópolis. Veja São Paulo, 11 de maio de 2011.

Shopping Centers em favelas serão realidade em breve. Mas isso é positivo? Rede Brasil Atual, 20 de fevereiro de 2013.

Paraisópolis, na Zona Sul, é a maior favela paulistana. Folha de São Paulo, 22 de dezembro de 2011.

Valor do metro quadrado em Paraisópolis é similar ao de bairro nobre. Folha de São Paulo, 17 de Agosto de 2012.

O Mercado Imobiliário em Paraisópolis. Folha de São Paulo, 19 de agosto de 2012.

Homem que morava de aluguel tem hoje 8 imóveis em Paraisópolis. Folha de São Paulo, 7 de novembro de 2013.

Noite de R\$4 milhões para Paraisópolis. O Estado de São Paulo, 18 de agosto de 2010.

Arquiteto projeta prédio comercial para Paraisópolis. O Estado de São Paulo, 29 de abril de 2012.

Retailer at home in the favelas. Financial Times, 14 de novembro de 2008.

Beauty business turns heads in Brazil. Financial Times, 19 de janeiro de 2010.

Projeto em Paraisópolis oferece roteiro cultural pela comunidade. Portal Uol, agosto de 2013.

53% dos moradores de favela são bancarizados, diz pesquisa. Portal G1, 31 de outubro de 2013.

Anexo: Fotos tiradas em algumas visitas ao campo

Foto 1: Corretora de seguros localizada no centro de Paraisópolis

Foto 2: Uma das muitas padarias reformadas, também próxima à área central da favela.

Foto 3: Uma das duas agências de viagens que chegaram nos últimos anos à Paraísopolis.

Foto 4: Escada do Antonico, construída como parte do plano de urbanização, mas que atualmente serve como depósito de lixo.

Foto 5: Obras do projeto de urbanização, ao fundo estão os prédios que estão sendo pelo programa, na área com estacas serão construídas sedes para algumas das entidades sociais que atuam no local.

Foto 6: *Vista dos barracos de madeira que ainda existem no Grotão e que serão removidos.*

Foto 7: Vista parcial dos edifícios de classe média que estão sendo construídos praticamente dentro da favela, em uma área prevista para habitação social na lei de zoneamento da cidade de São Paulo.